

RICARDO LUIS SAMPAIO PINTADO

**CURRÍCULO E ENSINO DE ARQUITETURA E
URBANISMO NO CAU/UFPeI**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Doutor José Fernando Kieling.

Pelotas
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Pelotas
1999

Dissertação defendida e aprovada, em 20 de janeiro de 2000, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. José Fernando Kieling - Orientador

Prof^a Maria Isabel Cunha

Prof^a Ester Judite B. Gutierrez

Prof. José Lino Hack

**Para Eliana,
Laura e
Letícia.**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram na elaboração desta dissertação. Em especial,

Aos meus pais Marli e Selmar, pelo incentivo e apoio em todas as fases de nossas vidas;

A amiga Cláudia Pedreira pelos esclarecimentos sobre legislação;

A então acadêmica, hoje colega arquiteta, Leila Gisela Weizmann da Silva pela preparação das tabelas e quadros;

A Maria Regina Rebelo Lorangeira, a Nina, e ao José Antônio Costa Fernandes do Departamento de Registros Acadêmicos;

A Maria do Carmo Brum Silva da Seção de Cadastro e Lotação do Departamento de Pessoal;

Ao Ricardo do Colegiado dos Cursos de Artes Plásticas;

Ao José Eduardo Magalhães da Secretaria dos Conselhos Superiores;

Ao Sr. José de Oliveira Tavares da Divisão de Documentação e Arquivo;

A Aide Oliveira, bibliotecária do ISP, pela elaboração da ficha catalográfica deste estudo;

Aos colegas da FAUrb, professores Sylvio Dick Jantzen e Rosa Maria Garcia pelos comentários, críticas e sugestões, e em particular a Rosa pela generosidade;

Ao meu orientador, Professor Dr. Fernando Kieling, pela palavra sábia, segura e indispensável, pelo apoio e entusiasmo excedendo a relação orientador-mestrando.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VI
LISTA DE FIGURAS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	4
1.1 O conceito de currículo	4
1.2 Currículo e estrutura do ensino superior	12
CAPÍTULO 2 – CONSTITUIÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL	22
2.1 O processo de autonomia do ensino de arquitetura no país .	23
2.2 A contribuição de Lúcio Costa para a renovação do ensino de arquitetura	27
2.3 A implantação do atelier central como modelo de ensino	31
2.4 A reforma universitária e o currículo mínimo de 1969	38
CAPÍTULO 3 – O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFPel	51
3.1 A implantação e o funcionamento do curso nos primeiros anos	52
3.2 A avaliação do ensino de arquitetura e urbanismo na UFPel	66
3.3 A proposta de reforma do currículo	70
3.4 A implantação da reforma curricular	76
CAPÍTULO 4 – OS CURRÍCULOS DO CAU/UFPel E A AVALIAÇÃO DA REFORMA CURRICULAR	89
4.1 Os currículos do curso	90
4.2 As áreas de estudo	102
4.3 A área de projeto	109
4.4 A distribuição da carga horária	115
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXOS	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disciplinas comuns aos cursos de artes plásticas	57
Quadro 2 – Classificação das disciplinas nos currículos 1975, 1976, 1977 e 1978	91
Quadro 3 – Departamentos que constituíram o CAU	94
Quadro 4 – Distribuição das disciplinas e da carga horária nos currículos do CAU	97
Quadro 5 – Desdobramento das matérias no currículo implantado em 1978	99
Quadro 6 – Desdobramento das matérias no currículo implantado em 1992	101
Quadro 7 – Proporção das áreas de estudo no currículo	107
Quadro 8 – Proporção dos ciclos básico e profissionalizante no currículo	108
Quadro 9 – Temas de projeto	111
Quadro 10 – Distribuição anual da carga horária – Currículo pleno	116
Quadro 11 – Média de horas aula semanais – Currículo pleno	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Classificação das disciplinas no currículo dos cursos de graduação	14
---	----

RESUMO

A presente dissertação tem por objeto de estudo a trajetória do ensino de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Pelotas, através da análise dos currículos do curso. Para compreender os processos implicados na implantação e posterior desenvolvimento do curso, processos estes que resultaram em um elevado número de alterações curriculares, retoma o conjunto de leis que antecederam e reformaram a universidade brasileira e as disposições normativas da instituição. As disposições legais e regimentais definem um modo de organização e funcionamento da estrutura da universidade, onde o currículo se encaixa como um elemento articulador dos diversos elementos que constituem o ensino superior. Especificamente, resgata a história recente do ensino de arquitetura no país e acompanha a formação das áreas de estudo que se consolidaram com a edição do currículo mínimo de 1969. Finalmente, analisa as causas, os objetivos e os resultados do processo de reforma do currículo que foi empreendido em diversas etapas, e que resultou em uma nova configuração para o ensino de arquitetura e urbanismo na Universidade.

ABSTRACT

This work refers to the teaching of architecture and city planning in the Federal University of Pelotas, analysing the contents of the course. To understand the process of how the course started and its later development (this process suffered many changes in the curriculum) this work checks the laws which came before and changed brazilian universities and their standards. The legal and regimental intentions define a way of the organization and the functioning of the university where the contents fit, joining several elements together which set up the teaching in the university. Specifically it goes over the recent history of the teaching of architecture in this country and goes along with the creation of study areas which consolidate with the minimum curriculum in 1969. Finally, it analyses the causes, aims and results of the changing process of the curriculum which was carried out in several parts and which resulted in a new configuration for the teaching of architecture and city planning in the university.

INTRODUÇÃO

Este estudo iniciou com uma indagação a respeito do ensino de projeto na formação do arquiteto. Na sua origem, pretendia pesquisar as disciplinas de projeto no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Meu interesse por este assunto decorria das questões que se colocaram a partir do exercício da docência naquela escola e que desafiavam a qualificar a minha prática de professor. A questão central, naquele momento, envolvia a relação entre tema de projeto e conteúdo da disciplina, tomando como premissa que as disciplinas desta seqüência diferenciam-se a partir da variação dos temas de projeto, e do modo como, a partir de minhas aulas cujos conteúdos seriam preparados a partir de um tema, o aluno aprendia a elaborar seus conceitos. Assim, o primeiro movimento foi verificar como este assunto vinha sendo tratado na proposta curricular do curso.

Ao buscar a documentação no colegiado de curso defrontei-me com uma multiplicidade de currículos. Constatei que em vários currículos mantinha-se a mesma seqüência de disciplinas projetuais, e que outra parte fazia referência a reformas parciais, entre as quais colocava-se uma reforma setorial da área de projeto. Esta descoberta colocava um ‘divisor de águas’, um antes e depois, que ampliava a questão do estudo da disciplina para um estudo da relação entre estrutura curricular e ensino de projeto. Se houve uma reforma do currículo específica para as disciplinas da seqüência de projeto, possivelmente os temas e conteúdos haviam sido modificados, o que possibilitaria um estudo comparativo. Neste sentido, a abordagem sobre ensino de projeto remeteria para uma análise mais ampla das disposições curriculares, na comparação entre seqüências de disciplinas, conteúdos, carga horária, amarração com outras disciplinas do currículo, das práticas de ensino, programas das disciplinas, exercícios aplicados, conteúdos desenvolvidos, critérios de avaliação, e dos resultados da

aprendizagem, mediante a análise dos produtos - projetos elaborados pelos alunos no contexto da disciplina. Um estudo de tal amplitude transborda os limites de tempo para sua efetivação, o que nos restringiu ao privilegiamento das disposições curriculares, formalizadas institucionalmente, cuja compreensão é imprescindível para entender a totalidade daqueles aspectos.

De qualquer forma, fazia-se necessário retomar o projeto de reforma curricular para verificar o que havia mudado em relação às disciplinas de projeto, e em que medida seus objetivos foram atingidos. Além dessas, outras questões se apresentavam:

- a partir de que pressupostos se propunham as reformas?
- qual foi o ponto de partida das reformas?
- qual currículo se pretendia reformar?
- qual foi o primeiro currículo?
- quantos currículos teve o curso?

Ao delinear o novo quadro que agora se apresentava, constatei que muita documentação do processo de reforma se perdera e que não havia registros de todos os currículos. Assim, para responder a estas novas questões necessitaria aprofundar a investigação em direção às origens do curso e buscar outras fontes de dados na UFPel. A reconstituição dos currículos do curso exigia a busca de outros documentos. Na fase exploratória, consultamos os arquivos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Letras e Artes, da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, da Secretaria dos Conselhos Superiores e da Divisão de Documentação e Arquivo. Ao final da etapa inicial de sondagem, constatei que desde a sua implantação, em 1972, o Curso da Arquitetura da UFPel teve 17 currículos.

Esse segundo movimento de pesquisa trouxe à tona outro conjunto de indagações. Qual o significado, ou que relações estavam implicadas neste fato que se apresentava? Que processos haviam ocorrido no decurso da história do curso, processos estes que deixavam como testemunho, como sinal aparente uma

seqüência de 17 currículos? Corresponderiam, efetivamente, a 17 formas diferentes de ensino de arquitetura?

A questão inicial centrada nas disciplinas, que se deslocara para a relação ‘ensino de projeto x currículo’, deslocava-se agora para a questão dos currículos e sua evolução. O estudo ampliou-se e ganhou novos contornos, absorveu a questão específica do ensino de projeto que, de ponto de partida, passou a ser posterior e possível ponto de convergência, síntese da estrutura de planejamento do ensino de arquitetura.

O desenvolvimento do estudo seguiu o seguinte percurso. Nos capítulos iniciais procuramos construir um quadro de referência que nos possibilitasse ver melhor a trajetória do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Pelotas. O primeiro capítulo, nesta perspectiva, discute a noção de currículo e as disposições legais privilegiadas na reforma universitária de 1968. O capítulo seguinte recupera historicamente a autonomização dos cursos de Arquitetura no Brasil, e as discussões centrais em torno da formação profissional até a reforma de 1968 e o estabelecimento do currículo mínimo de 1969. A segunda parte da dissertação detém-se sobre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Optamos pelo detalhamento quantitativo como uma das estratégias de ordenação do vasto material coletado e analisado. O capítulo terceiro privilegia a implantação do curso, as contingências institucionais de sua criação e a trajetória de autonomização do curso através das reformas curriculares até a consolidação do projeto atual. O último capítulo retoma a proposta de reforma curricular para avaliar o seu resultado efetivo. Estaríamos, ao final dessa segunda parte, em condições de retomar a questão inicial sobre ensino de projeto de arquitetura e urbanismo, formação profissional, currículo e disciplinas de projeto, o que poderá ser feito em estudos ulteriores.

CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo está dividido em duas partes. Inicialmente, fomos buscar na bibliografia a idéia contida no conceito currículo. Verificamos que, de modo geral, a expressão currículo escolar refere-se às atividades de aprender e ensinar que se processam na escola. Esta definição genérica, no entanto, comporta diferentes acentuações por vezes enfatizando as atividades de ensino, por outra, as experiências de aprendizagem.

De qualquer forma, a organização e execução de um currículo, em todos os níveis de ensino, está sujeito a um conjunto de parâmetros legais que buscam delimitar a forma de realização do conhecimento escolar. Na segunda parte, buscamos identificar qual o sentido atribuído pela legislação ao termo currículo no ensino superior, e como este se articula com a estrutura acadêmica das universidades na constituição dos cursos de graduação. Retomamos, no plano geral, o conjunto de documentos legais que implantaram a reforma universitária de 1968, e, no plano da regulamentação daqueles dispositivos ao nível das instituições, o estatuto e o regimento da Universidade Federal de Pelotas.

1.1 O conceito de currículo

As definições apresentadas por diferentes autores permitem afirmar de uma forma bastante ampla, que o currículo escolar é um guia que orienta o ensino e a aprendizagem fundamentado em alguma hipótese acerca da finalidade do ensino. O currículo define qual o processo que deve ser realizado no âmbito da escola pelo professor, visando à aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a mudança de comportamentos dos alunos, a partir de uma

concepção sobre o papel social da escola e da formação institucional. No entanto, se por um lado os teóricos do currículo concordam de modo genérico que se trata de um guia ensino-aprendizagem, por outro lado acentuam aspectos que apesar de não serem mutuamente excludentes, diferenciam-se pela abrangência dos fatores e variáveis da experiência escolar incluídos nas definições. Assim, a idéia de currículo pode assumir diferentes direcionamentos tendo em vista as posturas ideológicas dos educadores frente ao fenômeno educacional, de tal forma que a diferença entre uma postura educacional e outra reside nos valores que direcionam cada proposta.

Algumas definições acentuam que o currículo é algo dado para o professor, portanto, privilegiando o ensino, outras, ao contrário, afirmam que é algo dado para o aluno, para a aprendizagem.

As posturas que enfatizam o ensino são identificadas, de modo geral, sob o título de racionalismo acadêmico¹. O enfoque que caracteriza o racionalismo acadêmico é aquele que estrutura o currículo a partir do conteúdo da disciplina, caracterizada como um conjunto de verdades consagradas pela tradição científica e cultural. As verdades que constituem a estrutura das diferentes disciplinas do currículo são o material a ser organizado em forma de programa de ensino e definem a escolha dos processos educacionais. As alterações nos procedimentos de ensino decorrem dos acréscimos de conhecimentos ocorridos na própria estrutura da disciplina em conseqüência do progresso do saber em cada área ou campo de conhecimento.

Nesta linha de pensamento situam-se autores como Arthur Bestor e Caroline Coll citados por PEDRA (1997). Bestor entende currículo como um programa de conhecimentos verdadeiros, válidos e essenciais, transmitidos sistematicamente na escola, para desenvolver a mente e treinar a inteligência, enquanto que Coll, afirma que currículo é o projeto que preside as atividades

¹ Cf. EISNER, Elliot W. **Conflicting conceptions of curriculum**. Berkeley: McCuchan; 1974 apud SILVEIRA Fº, Noêmio Xavier. Avaliação do enfoque dominante de currículo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. **Educação e Avaliação**, São Paulo, Cortez, ano I, n. 2, p.101-130, jan. 1981.

educativas escolares, precisando suas intenções e proporcionando guias de ação para os professores. Estas definições enfatizam a transmissão do conhecimento e as atividades de ensino que tem lugar na escola. Mas não qualquer conhecimento. Ao especificar que no currículo somente serão incluídos aqueles conhecimentos considerados verdadeiros e que possibilitem o desenvolvimento da inteligência, os autores circunscrevem e delimitam o universo do conhecimento escolar.

As posturas que enfatizam a aprendizagem asseveram que o currículo é algo dado para o estudante. No entanto, apresentam variações na orientação específica, estando algumas mais voltadas para a cognição e o conhecimento, e outras para os processos de socialização. A postura que enfatiza o processo cognitivo, objetiva o desenvolvimento de capacidades de resolver problemas que o aluno possa aplicar em situações futuras. Pretende a autonomia intelectual do aluno e a auto-suficiência em suas habilidades mentais. Estas concepções são impulsionadas pelas teorias da aprendizagem e da psicologia da educação estando abertas, portanto, a mudanças que resultem de inovações nas teorias e técnicas do desenvolvimento mental. Por outro lado, há os que enfatizam a auto-realização do aluno, valorizando as situações que promovam a individualidade. A concepção de currículo que enfatiza a auto-realização está fundamentada nas teorias educacionais não diretivas, onde o professor é um facilitador das condições de aprendizagem. Aqui a prioridade é o desenvolvimento da personalidade sobre a transmissão do conhecimento².

Concordando que o essencial na definição de currículo são as experiências vividas sob a influência da escola, Kearney e Cook citado por PEDRA (1997), afirmam que currículo são todas as experiências que os estudantes desenvolvem sob a tutela da escola. Seguindo a mesma linha de pensamento, Guerra DUARTE (1986) afirma que qualquer que seja o ramo e o grau de ensino, o currículo é o conjunto de todas as experiências do aluno - atos, fatos, compreensões e crenças - sob a influência da escola, programadas ou não.

² SILVEIRA Fº; 1981.

As duas definições concordam em que o currículo está naquilo que foi realizado pelo aluno relativizando a transmissão do conhecimento; no entanto diferenciam-se ao classificar estas experiências.

Ao afirmar as experiências sob a influência da escola, Kearney e Cook incluem na definição de currículo todas aquelas atividades que não são exatamente de transmissão de conteúdo, e que se tem denominado de extraclasse, mas que de qualquer forma são programadas e controladas pela escola. Por outro lado, Duarte considera tudo o que acontece com o aluno desde o momento em que entra no espaço da escola como situação de aprendizagem. A interação com os colegas, o relacionamento com os professores, o contato com funcionários, as atividades extraclasse, a percepção do espaço construído, seriam assim, algumas das experiências não programadas e que por constituírem a vivência escolar, integram o currículo. Segundo o autor, *“esse sentido é dinâmico, flexível, individualizado e abrangente, pois leva em conta as possibilidades e interesses individuais do aluno³”*. Concebido desta forma, como soma total das situações de aprendizagem que permitem ao aluno a aquisição de experiências, o currículo se diferencia de aluno para aluno: varia como variam as diferenças individuais.

As ênfases das definições são variadas: o planejamento das atividades de ensino e aprendizagem, os conhecimentos, as experiências vivenciadas pelos alunos, direcionando a escolha de conteúdos e experiências para a realização do ensino segundo um propósito, um ideal. As diferenças entre concepções teóricas mostram que embora divergindo, não há um ensino desvinculado do contexto social, pelo contrário, estas diferenças mostram que há formas planejadas, ideológicas no sentido de uma explicação provisória da realidade, da qual o ensino institucional é uma de suas dimensões. De qualquer forma, não existe o currículo puro, ou seja, aquele que atenda de forma absoluta e exclusiva apenas um dos enfoques, no entanto, a ênfase volta-se para uma direção, e é esta direção que o caracteriza e identifica.

³ DUARTE (1986: 90).

O que há em comum, é que em todo ensino institucionalizado, sempre há um conhecimento a ser transmitido e apreendido sob a forma de disciplinas. Assim, qualquer que seja a concepção, esta orientará o que estudar, como estudar e para que estudar, através da mediação de disciplinas⁴. O currículo, então, contém uma seleção de conteúdos que sempre terá, explícita ou não, uma lógica a justificar-lhe.

A abordagem da sociologia da educação

A sociologia da educação aborda o currículo na seguinte perspectiva: os conteúdos que são incluídos no currículo e os procedimentos de seleção e validação de conhecimentos são a materialização de um processo de seleção e distribuição de conteúdos⁵. Nesta perspectiva a análise volta-se para determinar quem seleciona e determina os conhecimentos válidos, verdadeiros, úteis e necessários. O conhecimento que se apresenta no currículo será aquele que a sociedade sancionou como desejável ou necessário como conhecimento válido. Por sociedade e classes sociais, no entanto, não se deve entender algo difuso e

⁴ Por 'disciplina', entendemos a "*forma de tratamento didático e sistematizado dos conhecimentos transmitidos pela escola*" (DUARTE; 1986).

⁵ A nova sociologia da educação propôs uma nova forma de abordar o fenômeno educação relacionando-o com as estruturas mais amplas da sociedade. Surgiu no início dos anos 70 na Inglaterra, com a publicação do livro *Knowledge and control*, organizado por Michael Young, reunindo artigos em torno da tese de Basil Bernstein, segundo a qual *a forma pela qual a sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia o conhecimento educacional que ela considera ser público, reflete tanto a distribuição de poder quanto os princípios de controle social*. A sociologia da educação buscou determinar como a escola, na sociedade capitalista, reproduz às condições de reprodução da sociedade. Seu ponto de partida é a teoria da reprodução social, para a qual escola é o instrumento por excelência na reprodução das condições de produção e da estrutura de classes. Os teóricos da reprodução afirmam que a educação formal institucionalizada pelo Estado, não só reproduz a força de trabalho, mas também a estrutura de classes, realizando reprodução social. A teoria da reprodução social deslocou a influência da psicologia, notadamente a de orientação comportamentalista, que restringia a análise às questões individuais do educando, no entanto, ao excluir a possibilidade de modificação do sistema, a teoria da reprodução negou a dimensão histórica e as possibilidades de transformação do ensino e, por meio dele, da sociedade mesmo que parcialmente, instaurando um discurso desmobilizador, tendente à conservação da ordem. A nova sociologia da educação buscou superar este impasse deslocando o foco de interesse para os processos de seleção do conhecimento escolar. Ver: YOUNG, M. (org.) **Knowledge and control: new directions for the sociology of education**. Londres: Collier Macmillan; 1971. Sobre a teoria da reprodução social ver: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1985, e BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do ensino**. Rio de Janeiro: Editora Alves; 1977.

sem fisionomia. O termo sociedade nada tem de abstrato e se materializa nos grupos sociais, profissionais ou acadêmicos que se alternam assumindo posições de poder, e são estes grupos, através de suas particulares concepções sobre o ensino e a formação, que determinam qual conhecimento será incluído nos currículos⁶. Como o tempo escolar é finito e o conhecimento acumulado ultrapassa esta finitude, faz-se necessário eleger alguns conteúdos e recusar outros.

Segundo Basil Bernstein, em qualquer instituição educacional existe uma organização do tempo em unidades que são preenchidas por um determinado conteúdo. A unidade é entendida como a divisão formal do tempo e o conteúdo dizem respeito ao que preenche este tempo. Assim, para se compreender o modo como os currículos estão estruturados, a análise deve considerar a relação entre os diferentes conteúdos, considerando o tempo que lhe é dedicado, pois se dedica mais tempo a certos conteúdos do que aos outros⁷.

Este é o plano do currículo ideal ou ideológico que emerge de processos de planejamento como resultado das idéias de grupos de pessoas que selecionam conteúdos, determinam objetivos a serem atingidos, selecionam experiências a serem vivenciadas pelos alunos. Traduz uma ideologia, uma determinada concepção sobre a finalidade do ensino. No entanto, entre as diferentes concepções e sua aplicação efetiva na escola sob a forma de um

⁶ Pierre Bourdieu afirma que as relações internas ao campo científico revelam as mesmas disputas concorrenciais do campo econômico. O espaço universitário como lugar onde se produz conhecimento, é um campo social sujeito ao estabelecimento de relações de força e monopólios, com lutas e estratégias para conquista e manutenção da autoridade científica e acadêmica, não havendo atitude desinteressada quando se pensa na produção, apropriação e seleção do conhecimento. BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática; 1983. As relações entre conhecimento científico e sua distribuição e apropriação entre os diferentes grupos que constituem a Universidade, tem despertado a atenção dos pesquisadores. Estudos como os de Maria Isabel Cunha e Denise Leite buscam identificar os fatores que incidem sobre as decisões curriculares dos diferentes cursos de graduação. CUNHA & LEITE afirmam que os docentes profissionais das distintas áreas *introduzem valores e práticas inerentes ao seu campo profissional, reproduzindo no fazer docente os mecanismos de controle do conhecimento, influenciados pelo mercado profissional, pelo campo econômico e pelo poder da profissão nesse campo e na sociedade em geral*. CUNHA, Maria Isabel & LEITE, Denise. **Conhecimento Formal na Universidade x Conhecimento Social e Profissionalmente Válido: quem decide o quê nos currículos de graduação?** Pelotas: (np); 1994.

⁷ DOMINGOS (1986).

projeto de ensino-aprendizagem, há uma série de disposições legais de caráter normativo, que modelam a concepção ideológica e regulam a sua aplicação, caracterizando o que Eisner (apud SILVEIRA Fº; 1981) identifica como o currículo formal. O ideológico, portanto, se materializa no currículo formal como um conjunto de especificações a ser adotado por determinação legal. É o documento escrito que afirma valores e atitudes, conhecimentos, habilidades, comportamentos, a serem adquiridos pelos alunos. Arrolam conteúdos, procedimentos didáticos, métodos de avaliação, cargas horárias.

As atividades de aprendizagem a serem ministradas nos diversos níveis de ensino são consignadas no documento escrito denominado grade curricular. Este contém o rol de disciplinas e práticas educativas a que se acham obrigados, com frequência e elaboração de trabalhos, os alunos de determinada escola ou sistema escolar de ramo e grau específicos. No ensino superior, remete a expressão que o define como listagem de disciplinas com suas respectivas cargas horárias, créditos, seqüência, de acordo com os documentos oficiais da administração, a serem ministrados ao aluno. Esta forma de definir currículo tem sido apontada como a mais restrita, limitada e tradicional, porém, definir currículo como documento escrito é reduzi-lo à sua forma de registro, a qual não explicita a ideologia e princípios utilizados na seleção de conteúdos e experiências de aprendizagem. No documento escrito fica visível um aspecto, o planejamento das atividades de ensino e aprendizagem que tem lugar na sala de aula para transmissão do conhecimento. Os princípios, objetivos e resultados requerem mediações para serem explicitados: como se processa a seleção de conteúdos; como se definem objetivos; como se verificam os resultados da aprendizagem, como o currículo se realiza na perspectiva do aluno confrontado com os objetivos que o originaram. A grade curricular é o aspecto visível e mais imediatamente apreensível de uma proposta de ensino, no entanto, apesar de aparentemente simples e restrita, é ponto de partida para determinação dos outros aspectos apontados.

A constituição dos currículos envolve decisões sobre que conhecimentos ensinar, qual a importância relativa destes conhecimentos, o que se pretende atingir e como fazê-lo. Qualquer que seja a postura adotada pelos educadores, por trás dessas decisões há um conjunto de relações que está sujeito a um estabelecimento normativo que regula estas relações, e que se denomina estrutura jurídica da transmissão do conhecimento.

“[...] as formas jurídicas - leis, códigos, regulamentos, portarias, regimentos - fazem parte e integram o saber e o fazer do nosso cotidiano. Muitos dos conhecimentos que se tornam públicos, e a forma como se tornam públicos, dependem de regulamentos preexistentes” (PEDRA; 1997).

Este aspecto da estrutura escolar delimita o espaço para os demais. Estreitando o foco de nossa exposição, identificaremos por concepção legal e institucional de currículo aquela que decorre da aplicação dos dispositivos legais na organização do ensino superior. A concepção legal aplica-se ao sistema como um todo. Está presente no conjunto de dispositivos legais que dispõe e regulam o funcionamento da estrutura do ensino universitário. A concepção institucional é restrita ao âmbito da instituição considerada; está presente no estatuto e no regimento das universidades. Esta não difere da primeira, porém detalha e complementa sua aplicação na instituição.

1.2 Currículo e estrutura do ensino superior

No ensino superior o termo currículo refere-se ao documento escrito, a grade curricular que contém a programação das atividades de aprender e ensinar de cada formação de grau universitário. A concepção de currículo está presente na legislação, mas não de forma explícita e inequívoca. A legislação consultada não define currículo e quando menciona o faz qualificando-o como currículo mínimo. Assim, a definição identificada por concepção legal decorre por

inferência da análise do conjunto de documentos que a partir de 1965 modificaram o modo de organização e funcionamento da universidade brasileira⁸.

Na legislação, currículo é o documento válido para todo o sistema de ensino que especifica matérias e carga horária consideradas o mínimo a ser atingido nos cursos que habilitam ao exercício de profissões reguladas em lei e que exigem, para este exercício, a certificação ou diploma obtidos em curso superior. As matérias especificadas para cada curso constituem o esboço primário dos conteúdos que devem ser ministrados sob a forma de disciplinas ou outra atividade de aprendizagem. A carga horária estabelecida é o menor período de tempo admissível para o desenvolvimento destas matérias. Este conjunto de matérias e carga horária denomina-se currículo mínimo. Constitui um núcleo comum de formação profissional fixado pelo Conselho Federal de Educação e válido em todo o território nacional.

As matérias especificadas nos currículos mínimos são de inclusão obrigatória nos programas de ensino dos cursos de mesma habilitação dividindo-se em básicas e técnico-profissionalizantes. A carga horária fixada no currículo mínimo define a duração mínima de cada curso superior compreendendo o tempo útil e o tempo total de trabalho escolar⁹. Tempo útil é o mínimo de horas-aula para execução das matérias do currículo do curso, enquanto que o tempo total compreende o período entre a primeira matrícula e a conclusão do curso. O tempo total admite variações e resultará para cada aluno da quantidade de disciplinas matriculadas por período. A flexibilidade no tempo de integralização

⁸ As definições e o sentido atribuído aos termos que seguem referem-se à idéia contida nos documentos consultados. Muitos destes termos já perderam os seus significados originais, sejam porque no cotidiano das instituições foram feitas adaptações, seja porque consagrando o uso à legislação foi modificada. Alguns termos, portanto, necessitam ser atualizado na denominação e no significado, como por exemplo, currículo mínimo e matérias básicas, atualmente diretrizes curriculares e matérias de fundamentação. No entanto, para os propósitos deste estudo interessa o significado original contido na legislação consultada.

⁹ A duração dos cursos superiores foi fixada pela Portaria n° 159/65 do MEC. O ano letivo foi fixado pela Lei n° 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação, em 180 dias de trabalho escolar efetivo, ou seja, sem considerar o período para realização de provas e exames, correspondendo a 30 semanas de seis dias úteis, divididos em dois semestres de 15 semanas.

das disciplinas dos cursos possibilita diferentes ritmos de integralização anual do tempo útil ajustável às necessidades individuais dos alunos¹⁰.

No âmbito das instituições o termo currículo refere-se ao conjunto de disciplinas que constituem um curso de graduação. Por disciplina entende-se a divisão e distribuição das matérias em programas de estudos a serem desenvolvidos em um semestre letivo. O conjunto de disciplinas ministradas em uma instituição, correspondentes ao desdobramento daquelas matérias especificadas para todos os cursos de mesma habilitação, denomina-se currículo mínimo do curso. As disciplinas incluídas no currículo mínimo são de frequência e avaliação obrigatórias para o aluno e assim como as matérias são classificadas em básicas e profissionalizantes conforme correspondam ao desdobramento das matérias básicas ou das matérias profissionalizantes. O currículo mínimo do curso de uma instituição poderá ter um número de horas-aula superior ao que está fixado no currículo mínimo para a habilitação correspondente; neste caso, o tempo útil será aquele que resultar da distribuição das matérias em disciplinas e será superior ao mínimo estabelecido na legislação.

Além das disciplinas incluídas no currículo mínimo há as disciplinas complementares que são agregadas as primeiras a critério da instituição para adequar a programação do curso à realidade local e regional. Constituem um grupo de disciplinas que tem como finalidade complementar à formação necessária para a graduação do estudante. As disciplinas complementares podem ser de caráter obrigatórios ou optativos, considerando-se optativas aquelas que são de livre escolha para o aluno. O conjunto de disciplinas que corresponde ao desdobramento das matérias do currículo mínimo e as complementares recebem o nome de currículo pleno. Quando não forem incluídas disciplinas complementares o currículo pleno do curso será igual ao seu currículo mínimo.

¹⁰ O tempo total, apesar de variável, tem limites máximo e mínimo a partir da consideração de um termo médio. O termo médio é uma quantidade de no máximo 30 horas-aula semanais, tomada como referência para o planejamento das atividades de ensino e considerado como padrão recomendável para a aprendizagem. O termo médio é utilizado para fixar a duração do curso em anos.

CURRÍCULO PLENO			
CURRÍCULO MÍNIMO		COMPLEMENTAR	
CICLO		Obrigatória	Optativa
Básico	Profissionalizante		

Figura 1 – Classificação das disciplinas no currículo dos cursos de graduação.

Como se vê toda disciplina que constitui o currículo pleno de um curso pertence ao currículo mínimo do curso ou é complementar. Se pertencer ao currículo mínimo, é básica ou técnico-profissionalizante.

Os currículos de um curso de mesma habilitação podem variar de uma instituição para outra se diferenciando no desdobramento das matérias do currículo mínimo e nas disciplinas complementares acrescentadas. Como na legislação não havia qualquer indicação para aplicação do currículo mínimo, quanto ao número de disciplinas desdobradas por matéria e quanto a proporção entre disciplinas básicas e profissionalizantes, estas decisões ficaram ao critério dos colegiados de curso. De fato, no âmbito das instituições, é o colegiado de curso quem tem a competência específica em determinada área de ensino, o que lhe outorga autonomia para distribuir o conteúdo das matérias e a carga horária em disciplinas, segundo a perspectiva do grupo acadêmico que assume a posição de decidir qual o projeto de ensino a partir de seu particular ponto de vista, enfatizando determinadas matérias que seriam desdobradas em um número maior de disciplinas. É aqui que podem incidir às recomendações dos especialistas e a tradição na área de ensino, cujas prioridades na constituição dos currículos podem conflitar com as determinações regimentais das instituições.

Estrutura do ensino superior

O modo de organização do ensino superior e a estrutura acadêmica da universidade brasileira foram alterados em 1968 com a edição da lei da reforma universitária. O projeto de reforma contido na legislação e sua posterior implantação nas instituições foi objeto de avaliações e críticas, portanto não nos deteremos neste assunto que escapa ao foco deste estudo¹¹. Mesmo assim, no Capítulo 2, inclui-se um breve comentário sobre as causas e os objetivos da reforma e suas conseqüências para o ensino de arquitetura e urbanismo. No entanto, aqui interessa destacar que a reforma universitária instituiu e tornou obrigatórios os departamentos, os colegiados de curso e os conselhos superiores de ensino nas universidades; os currículos mínimos e a divisão dos estudos superiores nos ciclos básico e profissionalizante. Vejamos como estes elementos se articulam para a oferta dos cursos de graduação.

O departamento constituiu-se como o menor elemento da estrutura universitária para a organização didático-científica e de distribuição do corpo docente¹². Reúne professores que atuam com objetivos comuns de ensino vinculados a uma área ou campo de conhecimentos do qual são extraídas e reunidas disciplinas afins. Os departamentos, da mesma forma que as matérias e as disciplinas incluídas nos currículos, se dividem em básicos e profissionalizantes. As disciplinas desdobradas das matérias básicas são ministradas por departamentos das áreas básicas; as disciplinas desdobradas das matérias profissionalizantes são ministradas por departamentos profissionalizantes.

¹¹ Sobre os objetivos e resultados da reforma universitária, instaurada com a edição da Lei nº 5.540/68, ver, entre outros, as análises de: CESARINO JR., Antônio Ferreira. **Reforma Universitária: curso de graduação**. São Paulo: Saraiva; 1971. GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil**. Petrópolis: Vozes; 1984. PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, Autores Associados; 1986. DUARTE, Sérgio Guerra. **A reforma do ensino**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; 1972. A revista *Em Aberto*, do INEP, dedicou um número especial à questão da reforma universitária. Ver os artigos de: SCHMIDT, Isaura Belloni. Universidade: a busca de uma estratégia de transformação - p. 1-9; GARCIA, Walter Esteves. A questão da relação universidade e sociedade brasileira - p. 11-15; VEIGA, Laura da. Os projetos educativos como projetos de classe: estado e universidade no Brasil - p. 29-53. **Em Aberto**, Brasília, n.10, ano I, out. 1982.

¹² Lei nº 5.540/68, Art. 12, inciso 3º.

A constituição de uma estrutura acadêmica departamental para as universidades vinha se delineando na legislação desde 1966 com a edição do Decreto-Lei 53/66. Inicialmente o sistema departamental foi instaurado para as “áreas fundamentais dos conhecimentos humanos”, correspondendo “as ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, às geociências, às ciências humanas, bem como à filosofia, às letras e às artes¹³”. Posteriormente, com a lei da reforma universitária, foi tornado obrigatório também para as áreas de formação profissional constituindo um sistema comum de ensino e pesquisa para toda a universidade¹⁴. Os departamentos profissionalizantes são criados quando um novo curso é implantado na instituição para atendimento de necessidades específicas da formação técnico-profissionalizante. Novas disciplinas afins com o campo de aplicação de conhecimento, de domínio do departamento, poderão ser oferecidas para atender outros cursos.

O colegiado de curso é o órgão de coordenação didática, composto por docentes representantes de todos os departamentos que ministram disciplinas para o curso. A coordenação didática exercida pelo colegiado consiste na competência para propor a organização curricular do curso correspondente cabendo-lhe desdobrar as matérias especificadas no currículo mínimo em disciplinas, definir as disciplinas complementares e distribuir a carga horária.

Para cada curso há um colegiado, e em cada universidade um conselho superior com a função de supervisionar o ensino de todos os cursos mantidos pela

¹³ Decreto-Lei nº 252/67 - Art. 3º / Único.

¹⁴ A proposta contida no projeto de reforma pretendia transformar a universidade numa federação de departamentos, no entanto admitiu a manutenção das unidades de ensino existentes. A Resolução nº 29/74 do Conselho Federal de Educação consagrou as soluções encontradas pelas universidades para se adaptarem a legislação e manterem em parte sua organização anterior. Esta resolução dispõe sobre três modelos estruturais correspondendo a diferentes formas de organizações administrativas, variáveis em função do tamanho e do grau de concentração das atividades de ensino e pesquisa por área de conhecimento. No modelo mais simples, os departamentos estão diretamente subordinados à administração superior. No modelo de complexidade intermediária, os departamentos vinculam-se a unidades de ensino e pesquisa, constituindo os institutos para os departamentos das áreas básicas, e as escolas superiores e faculdades para os departamentos técnico-profissionalizantes. O terceiro modelo é caracterizado pela existência dos centros como unidade aglutinadora dos departamentos, os quais se ligam à administração superior. A diferença entre este modelo e o anterior reside na maior amplitude da área de conhecimento abrangida pelos centros (DUARTE; 1986: 170).

instituição¹⁵. Assim, os currículos elaborados no âmbito dos colegiados são submetidos à aprovação deste conselho que verifica a adequação das propostas às diretrizes gerais de organização curricular da instituição e às determinações legais estabelecidas nos currículos mínimos fixados pelo Conselho Federal de Educação. A adequação dos currículos a estas determinações é condição indispensável ao reconhecimento dos cursos mantidos pela instituição¹⁶.

A reforma universitária instaurou os ciclos de estudos básico e profissionalizante nos cursos de graduação correspondendo, segundo a idéia original, a diferentes momentos da formação. Determinava a legislação que os estudos profissionais de graduação seriam precedidos de um primeiro ciclo comum a todos os cursos ou grupos de cursos afins. No ciclo básico, ou primeiro ciclo, seriam ministradas disciplinas oferecidas pelos departamentos das áreas básicas; o segundo ciclo corresponderia ao período de profissionalização propriamente, constituído por disciplinas ministradas pelos departamentos técnico-profissionalizantes.

O ciclo profissionalizante parece conter na denominação a sua própria definição, tanto é que a seu respeito os textos legais, pareceres e indicações explicativas da aplicação da lei não se detém. A referência a ciclo profissionalizante remete de imediato ao que é específico, distintivo e qualificativo na formação; às disciplinas particulares a cada carreira ministradas por departamentos também específicos. Já o ciclo básico se apresentou como uma novidade que suscitou dúvidas na sua aplicação, necessitando detalhamento

¹⁵ Lei nº 5.540/68, Art. 13.

¹⁶ O reconhecimento de um curso é o ato da autoridade que concede permissão para funcionamento, mediante a verificação das condições exigidas na legislação, entre as quais se coloca, para os cursos de graduação, o cumprimento do currículo mínimo. Somente os cursos reconhecidos através de decreto do Ministério da Educação poderão conceder certificados ou diplomas de habilitação profissional que possibilitarão a inscrição nos órgãos de classe que regulam e autorizam o exercício da profissão. Uma vez reconhecidos, os cursos passam a categoria de 'curso regular', onde o ensino "*tem seqüência, currículo, duração e freqüência definidos em lei*" (DUARTE; 1986: 66).

posterior. Mesmo assim, a implantação do ciclo básico nas universidades se mostrou problemática, de modo que seus objetivos iniciais foram logo revistos¹⁷.

Em síntese, a partir da reforma universitária de 1968, os cursos de graduação passaram a ser constituídos, necessariamente, por dois grupos de disciplinas a partir de currículos mínimos previamente definidos, oferecidos por diferentes departamentos sob a coordenação de um colegiado de curso, compreendendo os ciclos de formação básica e profissionalizante. Este sistema vinculou todos os cursos de nível superior a uma estrutura universitária através da oferta de disciplinas comuns aos diversos cursos mantidos pelas instituições¹⁸.

Currículo na instituição

No Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas, o currículo dos cursos de graduação é definido como “*um conjunto de disciplinas (...), cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado*”¹⁹.

Adiante, o regimento discrimina os elementos constitutivos, da grade curricular para aprovação das propostas elaboradas nos colegiados de curso. Os currículos dos cursos de graduação conterão as seguintes informações²⁰:

- título ou denominação das disciplinas;
- semestre para o qual foi programada na seqüência do curso;
- código que indica o departamento no qual está lotada²¹;

¹⁷ Sobre a proposta original do ciclo básico, seus objetivos e limites, ver: GARDENAL, Lília & PAIXÃO, Antônio Luiz. Ciclo básico na Universidade Brasileira: temas e problemas principais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 41, p. 3-11, mar. /1982.

¹⁸ Ao instituir os departamentos como unidade mínima para a realização do ensino, os currículos fixando os conteúdos necessários à formação, e os colegiados como órgão de coordenação didática dos cursos, a legislação retirou das escolas e faculdades a característica de unidade de ensino. Para a realização do ensino, passou a ser suficiente a existência de departamentos nas áreas de conhecimento necessárias às formações profissionais, definidas pelo currículo mínimo, sob a coordenação de um colegiado.

¹⁹ UFPel – Regimento Geral. Art. 171.

²⁰ Idem; Art. 179.

²¹ A UFPel adota um sistema de código numérico constituído, atualmente, de seis algarismos para identificar as disciplinas. Os dois primeiros algarismos indicam o departamento, os algarismos restantes são utilizados para ordenar a seqüência de implantação da disciplina no departamento. A disciplina Estética V, código 1323, por exemplo, foi a vigésima terceira disciplina implantada no Departamento de

- distribuição da carga horária semanal por natureza da atividade programada em aulas teóricas, de exercício ou práticas²²;
- total de horas no semestre;
- total de créditos atribuídos pelo somatório da carga horária semanal por natureza da atividade programada²³;
- pré-requisitos através do código das disciplinas exigidas para matrícula.

O regimento também determina que as disciplinas devem ser identificadas se pertencentes ao currículo mínimo ou se complementares. Acompanha a grade curricular a ementa de cada disciplina.

A grade curricular registra uma determinada forma de aplicação do currículo mínimo, porém nem toda alteração que incide sobre a grade curricular indica um novo desdobramento das matérias em disciplinas. Assim, considerando que a grade curricular registra o planejamento das atividades de ensino, mas também a estrutura acadêmica mobilizada para a oferta de um curso, as mudanças podem se verificar por qualquer um destes fatores ou pela conjugação de ambos.

Às diretrizes legais de organização e funcionamento do ensino superior enfatizam o aspecto de seleção de conhecimentos válidos para todo o sistema através dos currículos mínimos. Nas instituições, normas complementares

Estudos de Arte, Letras e Comunicação. Os códigos das disciplinas são atribuídos pela Secretaria Geral dos Cursos, após a aprovação das propostas curriculares pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE.

²² A discriminação das parcelas da carga horária por atividade semanal é utilizada para atribuição de créditos às disciplinas. O sistema de créditos é utilizado para comparar as atividades de aprendizagem dos diferentes cursos. Desta forma, o trabalho exigido do estudante para aquisição do conhecimento em uma disciplina do curso de agronomia pode ser comparado com o de outros estudantes dos cursos de medicina ou de direito, por exemplo. O crédito toma uma quantidade de trabalho escolar que equivale a 15 horas de aulas teóricas e 30 horas de aulas práticas ou de exercícios. O Art. 172 do Regimento Geral da Universidade estabelece que a menor carga horária de uma disciplina deve corresponder a dois créditos; conseqüentemente, uma disciplina exclusivamente teórica, terá no mínimo, 30 horas semestral, e outra exclusivamente constituída de aulas práticas ou de exercícios, terá no mínimo, 60 horas semestral. As disciplinas constituídas por mais de uma modalidade de trabalho escolar terão carga mínima semestral de 45 horas, correspondentes a 15 horas de aulas teóricas e 30 horas de aulas práticas ou de exercícios conforme o Parecer nº 4 do Conselho Federal de Educação.

²³ Sobre os princípios e objetivos do sistema de créditos, implantado no ensino superior, ver a Indicação nº 4, do Conselho Federal de Educação, em 15 de maio de 1971.

detalham a forma de apresentação e registro para verificação das determinações legais, e posterior certificação do ensino com o aval do Estado e dos órgãos de regulamentação profissional. É assim que neste nível de ensino prevalece a idéia de currículo como documento escrito, como grade curricular que especifica disciplinas, suas seqüências e encadeamentos, sobre a idéia de currículo como conjunto de vivências e experiências de aprendizagem proporcionadas pela escola. Estas também estão presentes e constituem parte significativa da experiência do aluno, entretanto, não estão no cerne da definição. De qualquer forma, a grade curricular também traz implícito um projeto de ensino, de formação, a partir do qual se enfatizam alguns conteúdos e experiências de aprendizagem considerados centrais em cada formação, e que por isso são definidoras do perfil profissional.

O projeto de ensino se apresenta de duas formas. Primeiro está na macro-definição dos conhecimentos e práticas necessárias às formações profissionais. Resulta do que é consensual nas diversas experiências particulares, do que foi sendo afirmado através do tempo como indispensável para a formação. É a tradição de uma área de ensino, que será mais ou menos determinante das decisões curriculares quanto maior for o status social da profissão correspondente²⁴. Toma como referência o perfil profissional, e sintetiza a experiência de ensino e o exercício da profissão, corporificando princípios que, por determinação legal, passam a servir de referência normativa através dos currículos mínimos. Em segundo lugar, aparece na forma como a transmissão destes conhecimentos e práticas será operacionalizada em cada instituição, no modo, novamente particular, como aqueles princípios e conteúdos mínimos serão transformados em ação de ensino.

A definição de currículo como rol de disciplinas com suas respectivas cargas horárias, indica que o projeto de ensino está no conteúdo das disciplinas e

²⁴ CUNHA (1996).

na ênfase sobre uma área de estudos²⁵ privilegiando um tipo de experiência de aprendizagem considerada central para cada profissão. Assim, uma primeira aproximação para explicitação do projeto de ensino contido no currículo de um curso superior, pode ser feita a partir da consideração da relação entre as unidades de tempo e os seus conteúdos, ou seja, entre as disciplinas desdobradas por matéria e a carga horária alocada nas disciplinas e áreas de estudo.

Por outro lado, a concepção de ensino encontra seus limites na estrutura acadêmica das universidades e nas particulares concepções presentes nas diferentes áreas de conhecimento reunidas nos departamentos que concorrem na constituição de um curso, e que gozam de relativa autonomia para definir conteúdos de ensino segundo objetivos próprios. As injunções departamentais na administração pedagógica de um curso de graduação, por exemplo, podem minimizar o projeto teórico em favor da resolução e valoração das atribuições administrativas dos departamentos, dos interesses dos seus corpos docentes e da particular compreensão de seu papel na formação do estudante.

²⁵ “Por áreas de estudo, entende-se a forma de organizar no currículo o conjunto de conteúdos afins. As áreas de estudo comportam campos de estudo, ou subáreas, como as partes que compõem uma área de estudo e que se relacionam entre si e guarda, em tal relação, um equilíbrio entre o que é específico de cada um e o que é comum ou afim entre elas. As áreas de estudo podem se caracterizar como uma seqüência de disciplinas encadeadas entre si, cujos conteúdos correspondem a parcelas de uma área de conhecimento” (DUARTE; 1986: 16).

CONSTITUIÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL

As diretrizes legais e institucionais fixaram o modo de organização do ensino superior. Os currículos mínimos, incluídos neste conjunto de diretrizes, definiram as matérias consideradas indispensáveis às diversas habilitações profissionais obtidas nos cursos de graduação. A legislação, no entanto, não especificou como os currículos mínimos seriam aplicados nas instituições. Essa atribuição compete aos colegiados de curso, um dos elementos centrais constitutivos da estrutura acadêmica instaurada pela reforma universitária.

As determinações legais provocaram impactos de forma diferente no ensino de arquitetura e urbanismo. Por um lado, para as escolas de arquitetura existentes até 1968, a reorganização da universidade não implicou, necessariamente, em mudanças de conteúdos e na adoção de novos métodos de ensino. A estrutura de ensino mudou e, por essa razão, algumas disciplinas comuns a diversas formações profissionais foram retiradas do âmbito das escolas passando a constituir o ciclo básico. Porém, as disciplinas consideradas profissionalizantes permaneceram como definidoras da identidade de formação: manteve-se o mesmo ensino sob uma nova forma de organização acadêmica. Isto porque o currículo mínimo para graduação em arquitetura e urbanismo, editado em 1969 pelo Conselho Federal de Educação, tomou como referência a prática destas escolas sintetizando a experiência de ensino acumulada até aquele momento¹.

¹ CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - Parecer n° 384/69. Currículo Mínimo de Arquitetura.

Por outro lado, para os novos cursos que surgiram depois de 1968, à reforma universitária foi determinante do modo de organização do ensino. Alguns destes cursos, como o da Universidade Federal de Pelotas, foram criados a partir das áreas básicas sem que houvesse um núcleo de disciplinas específicas ao ensino de arquitetura e urbanismo previamente constituído. Dada a ausência de diretrizes de ensino para aplicação do currículo mínimo, a definição do currículo particular a cada um destes novos cursos, foi sendo resolvida de diferentes formas. Tendo como referência a experiência de ensino daquelas escolas para interpretação e aplicação do currículo mínimo, estes currículos resultaram do grau de conhecimento dos membros dos colegiados sobre a área de ensino e profissional.

Vejamos então como se constituiu o modelo de ensino de arquitetura e urbanismo que se consolidou em meados dos anos sessenta servindo de referência para elaboração do currículo mínimo de 1969. Limitaremos a exposição ao período compreendido entre 1945, quando teve início a autonomização do ensino de arquitetura, e o final dos anos sessenta quando foi editada a Resolução nº 3/69 do Conselho Federal de Educação, fixando o mínimo de conteúdos e carga horária para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo.

2.1 O processo de autonomia do ensino de arquitetura no país

O ensino de arquitetura e urbanismo no país, tal como o conhecemos hoje, caracterizado como área de ensino com identidade própria entre as formações universitárias, começou a delinear-se em meados da década de 40. A constituição das primeiras escolas autônomas de arquitetura desvinculadas do ensino das Belas Artes e da Engenharia ocorreu em um momento histórico em que a produção arquitetônica brasileira incorporava os princípios da arquitetura moderna européia.

Desde a sua implantação em 1826, na sua forma acadêmica, o ensino de arquitetura no país fora ministrado nas academias de belas artes e mais tarde

nas escolas de engenharia, substituindo os antigos cursos de engenheiros militares e as aulas livres de desenho e geometria. Nas escolas de engenharia, ministrava-se um curso de engenharia civil onde a ênfase recaía sobre os aspectos tecnológicos e construtivos. Posteriormente, nos últimos anos do curso os alunos eram treinados para ajeitar as fachadas, introduzindo *no produto da engenharia uma maquiagem de arquitetura* (GRAEFF; 1980). No ensino vinculado às escolas de belas artes, a formação do arquiteto, vinculada a do artista pintor e escultor, privilegiava os aspectos compositivos capazes de conferir expressão estética aos edifícios com a utilização do repertório de formas acumuladas ao longo da história da arquitetura. Ou a arquitetura era encarada como uma das Belas Artes, ou como especialização da engenharia.

Estes modos de formação do arquiteto reproduziam no Brasil as formas européias tradicionais do ensino institucional de arquitetura, originando-se nas matrizes francesas da *Academie Royale d'Architecture* fundada por Luis XIV em 1671, e na *École Polytechnique* estabelecida em 1794 pela república instaurada pela Revolução Francesa². Fundada no Rio de Janeiro em 1826, a Academia de Belas Artes correspondeu a primeira matriz. A Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894, correspondeu a segunda matriz. Na escola paulista o curso de arquitetura conferia o título de engenheiro-arquiteto³.

² Na Europa, até ao final da idade média, tudo o que dizia respeito à construção enquadrava-se no campo da arquitetura. No canteiro de construção fazia-se o aprendizado do ofício; a formação do arquiteto ocorria dentro das corporações de ofício. Foi dos ateliês dos pintores e escultores italianos do renascimento que nasceram as academias de arte originando um novo espaço para a formação dos arquitetos. A *Academie* de Paris seguiu o exemplo italiano e estabeleceu um modelo de formação que se difundiu, inicialmente, por toda a Europa e posteriormente também no Novo Mundo. Com o advento da revolução industrial, na metade do século XVIII, associada ao desenvolvimento da ciência moderna, as necessidades em termos de construção transbordaram o campo da arquitetura nos tradicionais moldes acadêmicos. Foi neste período que ocorreu a separação entre arquitetura e engenharia: a primeira continuou sendo uma das grandes artes enquanto que a segunda desenvolveu-se como um ramo de aplicação técnico-científica aos problemas da construção. Foi assim que por volta de 1750, foram fundadas na França a Escola de Pontes e Caminhos e a Escola dos Engenheiros de 'Túneis' (Mezières, no original), reunidas mais tarde no Instituto de França, passando o ensino de arquitetura, na vertente ligada ao ensino de engenharia, a ser desenvolvido em uma de suas seções (KOSTOF; 1984).

³ Estes dois cursos de arquitetura têm sido apontados como pioneiros; os únicos existentes naquele século. No entanto, Günter Weimer registra a existência de um curso de arquitetura na Escola de Engenharia no Rio Grande do Sul, desde 1898 (WEIMER; 1990).

Excetuando-se a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais⁴, foi somente a partir de 1945 que o ensino de arquitetura começou a desvincular-se de suas matrizes no ensino de belas artes e de engenharia. Naquele ano, a 31 de agosto, o curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes - ENBA⁵ foi transformado na Faculdade Nacional de Arquitetura - FNA.

A criação da FNA resultou da pressão exercida por estudantes e arquitetos. Congregados no Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB e contando com o apoio dos arquitetos, os estudantes reivindicavam a renovação do ensino sintonizando-o com os postulados da arquitetura moderna. Já no I Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado no início de 1944, o IAB recomendava a criação de faculdades de arquitetura autônomas como condição necessária para a renovação do ensino. Buscava-se, assim, orientar a formação para uma

“[...] posição modernista, no sentido estético, influenciada pela Bauhaus e por Le Corbusier e, ao mesmo tempo, voltada para uma compreensão mais ampla dos problemas da construção no país” (ABEA; 1977).

A transformação do curso da ENBA em faculdade marcou o início do processo de autonomização do ensino de arquitetura. Nos dez anos que se seguiram, entre 1945 e 1955, consolidou-se a autonomia conquistada com a transformação dos demais cursos existentes no país. Assim, em 1947 o Instituto Mackenzie inaugurou sua Faculdade de Arquitetura substituindo o anterior curso de engenheiro-arquiteto da Faculdade de Engenharia. Em 1948, a Universidade de São Paulo inaugurou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, extinguindo o curso existente na Escola Politécnica. Em 1952, os dois cursos de arquitetura que funcionavam em Porto Alegre, um no Instituto de Artes e o outro na Escola de Engenharia foram unificados, originando a Faculdade de Arquitetura da

⁴ Criada em 5 de agosto de 1930, a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais foi à primeira escola autônoma no país.

⁵ No Segundo Império a Academia de Belas Artes passou a denominar-se Academia Imperial de Belas Artes, mantida até a Proclamação da República quando foi sucedida pela Escola Nacional de Belas Artes, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Universidade do Rio Grande do Sul⁶. No final da década de 50, foram criadas as faculdades de arquitetura da Universidade de Pernambuco e da Universidade da Bahia.

No entanto, a tão desejada renovação do ensino para adotar os princípios da arquitetura moderna não ocorreu neste período. A proposta de criação da FNA encontrou reação contrária entre os docentes do curso de arquitetura, na sua maioria engenheiros e engenheiro-arquiteto, que não desejavam desvincular-se da ENBA. Recusaram o plano curricular proposto pelos estudantes e elaborado, a pedido destes, por Lúcio Costa. A autonomização do ensino restringiu-se ao plano administrativo e o programa de ensino da FNA resultou de uma adaptação dos dois modelos anteriores: manteve em linhas gerais a estrutura do curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes e agregou os conteúdos do ensino técnico dos cursos vinculados às escolas de engenharia. Desta fusão, o currículo ficou constituído por 23 disciplinas distribuídas da seguinte forma:

- **1º ano** - Matemática Superior, Geometria Descritiva, História da Arte, Desenho Artístico, Arquitetura Analítica (1ª parte);
- **2º ano** - Mecânica Racional, Sombras, Perspectiva e Estereotomia, Materiais de Construção, Teoria da Arquitetura, Arquitetura Analítica (2ª parte), Composição de Arquitetura - Pequenas Composições (1ª parte);
- **3º ano** - Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções, Técnica da Construção e Topografia, Física Aplicada, Composição Decorativa, Composição de Arquitetura - Pequenas Composições (2ª parte);
- **4º ano** - Concreto Armado, Legislação e Economia Política, Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades, Arquitetura no Brasil, Grandes Composições de Arquitetura (1ª parte);

⁶ Sobre o processo de criação da FA-URGS, ver: FIORI, Renato Holmer. **Arquitetura moderna e o ensino de arquitetura: os cursos de Porto Alegre de 1945 a 1951**. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC / RS.

- **5º ano** - Sistemas Estruturais, Organização do Trabalho e Prática Profissional, Urbanismo e Arquitetura Paisagista, Grandes Composições de Arquitetura (2ª parte)⁷.

A formação de urbanista era obtida em um outro curso de dois anos acessível aos portadores de diploma de arquiteto, engenheiro-arquiteto ou engenheiro civil. A Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo foi à primeira escola brasileira de arquitetura a incorporar o ensino de urbanismo no currículo do curso de graduação, a partir de 1948.

O currículo da FNA, composto pelo somatório de disciplinas das belas artes com aquelas peculiares aos cursos de engenharia não correspondia à concepção moderna de formação de arquitetos que era reivindicada. Os estudantes buscavam, efetivamente, a renovação dos conteúdos, disciplinas e métodos, para incorporar os avanços da arquitetura moderna e sintonizar o ensino com a produção brasileira mais recente. Mesmo assim, este currículo foi adotado pelas demais faculdades, pois a FNA era uma das unidades que integravam a Universidade do Brasil. Nesta condição o seu currículo constituía-se como um modelo devendo ser adotado pelas demais faculdades de arquitetura de acordo com o que determinava o Estatuto das Universidades Brasileiras⁸. Assim, no período 1931-1962, o padrão válido para o ensino de arquitetura foi aquele estabelecido, inicialmente, pela ENBA e depois pela FNA.

A desvinculação dos cursos de arquitetura de suas matrizes, portanto, ficou restrita a autonomia administrativa. A renovação do ensino somente ocorreria na década seguinte.

2.2 A contribuição de Lúcio Costa para a renovação do ensino de arquitetura

⁷ ABEA; 1977: 55-6.

⁸ A Universidade do Brasil e o Estatuto das Universidades Brasileiras foram instituídos em 1931 com a reforma do ensino promovida pelo ministro da educação Francisco Campos. A Universidade do Brasil abrangeu todas as áreas do ensino superior previstas para o país, e o Estatuto das Universidades Brasileiras instaurou um padrão nacional modelar a ser seguido pelas demais instituições de ensino superior. (ROMANELLI; 1978).

Para compreender a origem das reivindicações dos estudantes e arquitetos pela renovação do ensino faz-se necessário recuar no tempo, pois o primeiro movimento neste sentido fora dado em 1931 quando Lúcio Costa foi convidado para dirigir a ENBA com o propósito de renovar, não só o ensino de arquitetura, mas o das artes em geral⁹.

A gestão de Lúcio Costa à frente da Escola Nacional de Belas Artes proporcionou uma opção entre

“[...] o ensino acadêmico, ministrado por professores catedráticos, e o ensino ministrado por elementos mais jovens, identificados com o espírito moderno” (BRUAND; 1981: 78).

Sob a orientação de Lúcio Costa, as tendências do movimento moderno na arquitetura começaram a influir na formação dos arquitetos em oposição ao ensino acadêmico, cujas origens remontavam a Academia de Belas Artes. Esse se caracterizava pela aplicação de regras para a utilização de elementos de composição previamente codificados nos tratados de inspiração neoclássica. Ensinar arquitetura, sob esta ótica, consistia em ensinar a operar aquele conjunto finito de elementos previamente codificados, segundo regras estabelecidas. A arquitetura moderna, por outro lado, apresentou novas condições de produção e de atuação do arquiteto, e implicou na renovação dos métodos de ensino e de formação.

No entanto, esta abertura de perspectivas para a renovação do ensino da arquitetura e das artes encontrou resistência nos professores catedráticos. Sobre a nova arquitetura, acusavam-na de ser subversiva e destruidora dos

⁹ Lúcio Costa, arquiteto formado na Escola Nacional de Belas Artes em 1924, teve uma atuação profissional intensa e diversificada. Como projetista coordenou as equipes que projetaram a sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, em 1936, e do Pavilhão do Brasil para a Exposição Mundial de Nova York, em 1939, obras inaugurais que inscreveram a arquitetura brasileira no panorama internacional da arquitetura moderna. Como urbanista venceu o concurso de propostas para a elaboração do Plano Piloto da nova capital federal – Brasília – em 1957. Como intelectual Lúcio Costa interpretou e teorizou os princípios da arquitetura moderna corbusiana, divulgando-a no país. Também atuou na defesa e preservação do patrimônio arquitetônico herdado do período colonial, participando do grupo que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – em 1937. Neste

autênticos valores da cultura arquitetônica nacional. Afirmavam que era “*feita por comunistas, com dinheiro de judeus, para agradar a mulatos*” (GRAEFF; 1995: 43), referindo-se ao caráter despojado de ornamentação da arquitetura moderna. Na sua maioria de tendência acadêmica, os professores resistiram às inovações propostas e mobilizaram-se para expulsar o novo diretor no que tiveram êxito. Desgostoso com a reação contrária à sua permanência na Escola Nacional de Belas Artes, Lúcio Costa afastou-se pouco tempo depois, tendo dirigido a Escola de dezembro de 1930 a setembro de 1931.

Apesar da rápida passagem, o curto período de tempo foi suficiente para lançar as bases da renovação e da autonomia do ensino de arquitetura entre os estudantes. O ensino acadêmico já dava sinais de esgotamento: não acompanhava a produção mais recente dos arquitetos brasileiros. O projeto e a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, a partir de 1936, evidenciaram esta diferença. E foi justamente o descompasso entre a produção dos arquitetos e o ensino tradicional que mobilizaram profissionais e estudantes pela reforma do ensino.

Após sair da ENBA, Lúcio Costa dedicou-se à fundamentação teórica da nova arquitetura. Em seus escritos do período, Costa balizou princípios que apesar das resistências institucionais consolidaram uma doutrina para o ensino e a produção dos novos arquitetos. Mais tarde quando estes mesmos profissionais prestigiados por sua produção arquitetônica foram convocados para o exercício da docência nas novas escolas que surgiam, apoiaram-se nestas idéias sobre a arquitetura e o seu ensino atendendo às pressões dos estudantes pela autonomia do ensino de arquitetura.

Dois textos deste período são fundamentais para entender o pensamento de Lúcio Costa: *Razões da nova arquitetura* e *Considerações sobre o ensino da arquitetura*, escritos em 1930 e 1945, respectivamente. O primeiro é um manifesto em prol da arquitetura moderna na sua vertente racionalista, no

período projetou o Museu das Missões junto às ruínas de São Miguel, em Santo Ângelo no Rio Grande do Sul.

qual desenvolve e interpreta as idéias de Le Corbusier¹⁰. O segundo texto delinea um modelo para o ensino e estabelece diretrizes para a organização dos currículos. Vejamos então em que consiste este modelo que ainda hoje é adotado nas escolas de arquitetura do país.

A concepção de ensino de Lúcio Costa toma como ponto de partida uma definição sobre a arquitetura e o modo de realizá-la. Para ele arquitetura é fundamentalmente “*construção concebida com uma determinada intenção plástica [...] em função de um determinado material, e de uma determinada técnica*”; e a sua prática consiste na “*arte de compor tecnicamente os edifícios*” (COSTA; 1962).

O exercício da composição é central na definição do saber fazer do arquiteto, porém adquire outro significado que difere da concepção acadêmica. Quando Lúcio Costa menciona composição está se referindo, de forma abrangente, ao “*planejamento integral do edifício e a sua construção*”, e, especificamente, a capacidade de manejar adequadamente a técnica utilizada, através da qual a construção adquire atributos estéticos que a qualifique como arquitetura.

Esta concepção de composição não constituía propriamente uma novidade: o planejamento do edifício, sua construção e a busca de atributos estéticos com a utilização das técnicas disponíveis, historicamente constituíram o campo de domínio do arquiteto. No entanto, naquele momento, a ênfase sobre a expressão estética no emprego da tecnologia, buscava superar uma prática compositiva anacrônica em face da disponibilidade de novos materiais e recursos tecnológicos. A busca desta nova forma de expressão, através da utilização dos recursos tecnológicos, pelo menos do ponto de vista formal, definiu um dos temas centrais da modernidade na arquitetura. E foi por esta atualização que os estudantes da época buscaram a renovação da estrutura de ensino.

¹⁰ Le Corbusier (1887-1969), arquiteto suíço, expoente da arquitetura moderna da qual foi teórico e difusor através de sua obra construída e escrita. Exerceu grande influência sobre os arquitetos brasileiros. Em 1929 veio ao Brasil e palestrou na ENBA, ocasião em que Lúcio Costa tomou contato

O modelo delineado em *Considerações sobre o ensino da arquitetura*, propôs a formação do arquiteto em torno desta concepção de composição arquitetônica. O modelo de ensino baseado no atelier central de projetos, fundamentava-se no predomínio desta prática que

“[...] constituir-se-á como disciplina tronco, central na formação e na organização do ensino, (...) a ser conduzida por um mestre arquiteto com a cooperação dos professores das demais matérias interessadas no desenvolvimento de cada tema” (COSTA; 1962).

Este modelo de ensino contém uma didática, um roteiro para o ensino de projeto que inclui

“[...] a análise do programa, os estudos preliminares, o anteprojeto, o estudo da estrutura, o estudo das instalações e o projeto definitivo de execução com os respectivos pormenores e especificações” (COSTA; 1962).

O grau de concentração do ensino de arquitetura no modelo do atelier de projetos é de tal ordem, que Lúcio Costa afirma que as demais disciplinas que constituem os currículos só podem interessar ao arquiteto, na medida de sua aplicação efetiva ao planejamento e à construção de edifícios.

Confrontado com o currículo da FNA que vigorava naquele momento, nota-se que o modelo proposto enfatizava o predomínio dos arquitetos na formação, definia uma seqüência central estruturadora do currículo e hierarquizava as disciplinas.

2.3 A implantação do atelier central como modelo de ensino

A renovação do ensino de arquitetura reivindicada pelos estudantes em 1945, efetivamente começou a concretizar-se na década de 50. Em 1956, por iniciativa dos estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio

com suas idéias. Retornou em 1936, a convite deste, na qualidade de consultor do projeto da nova sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro.

Grande do Sul, o movimento pela reforma do ensino de arquitetura foi retomado sob a conjunção de fatores internos à universidade e decorrentes da incidência da área profissional sobre o ensino. Por um lado, no âmbito interno, discutia-se qual a participação da universidade brasileira e, mais especificamente, da arquitetura no desenvolvimento social. Por outro lado, no campo da produção da arquitetura, o projeto e a construção de Brasília significaram a afirmação da profissão e da própria arquitetura nacional criando novas condições para discussão da formação e do ensino de arquitetura.

A questão da universidade brasileira

No final da década de 50 e início dos anos 60, a universidade brasileira engajou-se no projeto de transformação da sociedade. Naquele momento a universidade tomou a dianteira na formulação de um amplo projeto de emancipação social. O tema desenvolvimento social era hegemônico, no entanto as estratégias divergiam conforme os grupos que o defendiam. Segundo Vera França e LEITE (1978), de um lado colocava-se a perspectiva de que a modernização do aparato escolar com a tecnização do ensino possibilitaria a formação de profissionais capazes de desenvolver uma técnica nacional e preparar quadros para a industrialização vinculada ao capital multinacional. De outro, a concepção humanista identificada com a política de crescimento independente, considerava que a universidade deveria criar condições à formação da consciência da realidade brasileira, visando à transformação social.

Embora os rumos da política econômica adotada por Juscelino Kubitschek tenham seguido a opção de abertura do país para associação com o capital estrangeiro, na universidade prevaleceu à visão do desenvolvimento auto-sustentado. Sob a liderança da área de Ciências Humanas, a universidade elaboraria um corpo de conhecimentos sobre as condições de formação da sociedade brasileira para alicerçar a elaboração de propostas de desenvolvimento. Esta opção exigiu da universidade um esforço muito grande para responder às suas novas atribuições. O engajamento e a ampliação da participação dos

universitários na discussão dos temas centrais para o desenvolvimento implicaram em profundas remodelações dos cursos superiores.

Neste contexto de discussão da universidade brasileira ficou fortalecida a idéia de que a formação do arquiteto deveria ser vista através de seus compromissos com a estrutura geral da sociedade. As reivindicações de reforma do ensino de arquitetura traziam implicitamente o conteúdo ideológico da concepção humanista de desenvolvimento. O ensino autônomo da arquitetura que se constituíra a partir da síntese dos conhecimentos das belas artes e da engenharia, resultara numa capacitação profissional que era técnica e artística, mas que também, a partir daquele momento, deveria responder aos problemas sociais do Brasil.

Disso resultou a preocupação dos arquitetos e estudantes voltar-se para duas condições básicas: a primeira, de ordem funcional, se traduzia na necessidade de ajustamento dos currículos e programas de ensino às novas exigências impostas pelo fenômeno da industrialização e conseqüente urbanização. Fazia-se necessário vencer a resistência interna das escolas de arquitetura à implantação de um novo modelo de ensino eliminando às restrições da formação no sentido único de projetista de edifícios. Apesar da autonomia administrativa conquistada nas décadas de 40 e 50, o panorama geral para esta reorientação do ensino era pouco animador, pois, a maioria das faculdades de arquitetura ainda era dirigida por engenheiros, os quais mantinham a orientação pedagógica dos antigos cursos vinculados às escolas de engenharia. As disciplinas técnicas, que possuíam engenheiros catedráticos, continuavam com a maior carga horária nos cursos. Os arquitetos eram minoria nos órgãos colegiados.

A outra condição, de ordem política mais geral, estava voltada para a integração do ensino e da prática profissional na luta contra o subdesenvolvimento. Respondendo a esta vocação, a inserção de disciplinas de formação humanística visava capacitar o arquiteto para o entendimento e intervenção na realidade, a partir do campo de atuação da arquitetura e do

urbanismo. Constituiu-se assim uma área de sociologia e economia nos currículos dos cursos de arquitetura para fundamentar os estudos sobre a realidade urbana, sobre as condições de produção e consumo da habitação e cidade¹¹.

No entanto, apesar do conteúdo ideológico contido nas propostas de engajamento da universidade na superação do subdesenvolvimento, da inserção de disciplinas do campo das ciências humanas nos currículos, para o ensino de arquitetura as mudanças mais profundas foram decorrentes do desenvolvimento do campo profissional. A adoção do modelo de atelier central de projetos, idealizado por Lúcio Costa, viabilizou-se muito mais em função dos avanços e conquistas da profissão, do que propriamente das transformações porque passava a universidade. Vejamos melhor como os arquitetos se inseriram nessa conjuntura desenvolvimentista.

A questão da profissão

O concurso para elaboração do projeto do Plano Piloto de Brasília, em 1956, e a construção da nova capital federal significou para os arquitetos o amadurecimento tecnológico e cultural da arquitetura e do urbanismo. A produção dos arquitetos brasileiros adquirira um caráter próprio, desvinculado da vertente européia da qual se originara.

Na perspectiva da produção cultural, a arquitetura brasileira já ganhara projeção internacional na década de 40 com a produção que se concentrava no eixo Rio - São Paulo. Nos anos 50, a nova arquitetura afirma-se também no interior do país como símbolo de modernização. Sinal evidente desta aceitação são as inumeráveis construções espalhadas no país que reproduzem as formas da arquitetura criada no período. Edgar Graeff assinala que

“[...] trata-se, indiscutivelmente, de manifestações ingênuas, meio desajeitadas, mas que traduzem de modo muito claro o

¹¹ CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS - Anais; 1976: 156-7.

‘gosto’ popular pela arquitetura moderna” (GRAEFF; 1995: 55)¹².

Na perspectiva da profissão, o despontar do sentimento nacionalista contribuiu para o desenvolvimento da tese de uma arquitetura capaz de contribuir com as transformações da sociedade. Para os arquitetos, o projeto passou a ser considerado como instrumento dessa transformação. Até aquele momento, o projeto brasileiro, fosse o de arquitetura ou de qualquer outra área, não tinha importância maior. No entanto esta situação começava a mudar, pois no final da década de 50

“[...] já podíamos definir o projeto, os projetos em geral, como manifestação de soberania, de emancipação de nossa cultura técnica e artística” (ARTIGAS; 1977: 34).

Intensificou-se a partir de então um movimento de afirmação do trabalho do arquiteto e da necessidade de renovar a formação. O momento era propício para discutir um currículo que caracterizasse claramente a formação do arquiteto, diferenciando-a do engenheiro; e que efetivamente colocasse os rumos da formação sob a orientação e controle dos arquitetos. Ocorria assim, depois de um longo processo de luta iniciado em 1931, o encontro entre a categoria profissional e a comunidade universitária, agora identificada com uma mesma concepção de arquitetura.

Aproveitando esta conjugação oportuna de fatores positivos, foram realizados entre 1958 e 1962, oito *Encontros Nacionais de Arquitetos, Professores e Estudantes de Arquitetura*. Já no primeiro encontro, surgiu a proposta do modelo de ensino baseado no atelier central, substituindo as antigas cadeiras de composição pela prática de projeto como atividade central da

¹² Um exemplo que ilustra bem este sentimento são as reproduções das colunas do Palácio da Alvorada em construções residenciais. Igualmente significativo para a difusão da nova arquitetura foi à intervenção sobre o espaço urbano nos planos de expansão das cidades existentes, como Belo Horizonte e Niterói, e também no traçado e construção de novas cidades. Neste sentido, o projeto de Brasília não se constituiu como experiência pioneira em urbanismo, mas antes como síntese, como ponto de chegada na área do planejamento urbano e na arquitetura do espaço edificado.

formação. Esta proposta trazia implícita a idéia de Lúcio Costa sobre o ensino de arquitetura.

A adoção do modelo do atelier central de projetos veio ao encontro das pressões dos arquitetos para adquirirem maior força nas decisões de ensino e afirmar a necessidade de formação de um profissional específico. Com a centralização do ensino em torno das disciplinas de projeto, os arquitetos assumiram a liderança dos cursos via atelier.

“[...] buscava-se organizar, inicialmente, a área própria de domínio dos arquitetos, uma espécie de base de luta pelo poder de decisão do curso” (FERNANDES; 1976: 12).

A criação de uma prática dentro das escolas no molde da prática profissional de então, trouxe para o contexto do ensino o instrumental, as linguagens, o mobiliário, os métodos e atitudes do trabalho, enfim, as relações de produção de projetos no contexto da arquitetura. A presença cotidiana dessa prática nos cursos representou a conquista de um espaço onde sobressaíam às posturas do profissional arquiteto. Configurou-se então a área de projeto com a maioria de professores arquitetos que organizavam um novo espaço escolar no sentido de superar o domínio político dos engenheiros nas escolas de arquitetura. Este sentimento fica bem claro nas palavras de ordem utilizadas pelos estudantes da época que reivindicavam a reforma do ensino, quando afirmavam que *arquitetura não é engenharia e o atelier é a espinha dorsal do curso de arquitetura*.

As estratégias adotadas incluíam o aumento das cargas horárias das disciplinas de projeto e do espaço físico do atelier, visando fazer dessa área a mais importante politicamente do curso. Com o modelo do atelier central, o projeto passou a ser considerado como atividade meio e fim, seu produto final síntese dos demais conteúdos do curso.

No último encontro realizado em 1962 foi definido um currículo mínimo que mesmo não tendo sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação foi sendo adotado pelas escolas de arquitetura seguindo à experiência da escola

da USP. Essa conquista consolidou a reforma do ensino de arquitetura. Primeiro, porque este currículo definia matérias em substituição ao anterior conjunto de disciplinas segundo o padrão definido pela FNA desde 1945. Segundo, porque a idéia de currículo mínimo, já naquele momento, significava um mínimo de conteúdos capaz de assegurar a unidade indispensável à formação do arquiteto em nível nacional; no entanto, resguardava a possibilidade de adaptação do ensino às peculiaridades regionais, admitindo diferentes desdobramentos em disciplinas e possibilitando novas experiências de ensino.

O currículo mínimo estava constituído pelas matérias de Cálculo, Física Aplicada, Resistência dos Materiais, Estabilidade das Construções, Desenho, Plástica, Geometria Descritiva, Materiais de Construção, Técnica de Construção, História da Arte e da Arquitetura, Teoria da Arquitetura, Estudos Sociais e Econômicos, Sistemas Estruturais, Legislação e Prática Profissional, Evolução Urbana, Composição Arquitetônica de Interiores e de Exteriores, e Planejamento, organizadas em três seqüências de disciplinas integradas¹³.

Estas seqüências de disciplinas passaram a constituir, desde então, as áreas de Teoria e História, Tecnologia da Construção, e Planejamento e Projeto na organização dos currículos. A área de Teoria e História abrangia as subáreas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbano com fundamentos de ciências sociais. Esta área tem por objeto de estudo o enraizamento social das condições em que foram e são produzidos edifícios, em que foi sendo transformado e humanizado o meio ambiente construído. Caracteriza-se pelo pensamento reflexivo sobre os resultados da prática disciplinar da arquitetura e do urbanismo na transformação do ambiente construído.

A área de Tecnologia da Construção, abrangendo as subáreas de Estrutura, Materiais e Técnicas de Construção, e de Conforto Ambiental, caracteriza-se pela abordagem do objeto de conhecimento através da matematização e de procedimentos empírico-experimentais visando à materialização de edifícios. As subáreas de Estrutura, e Materiais e Técnicas de

¹³ ABEA; 1977: 72.

Construção têm sua origem nas disciplinas tradicionais dos cursos de engenharia. A subárea de Conforto Ambiental constituiu-se como uma área de aplicação específica aos cursos de arquitetura.

A área de Planejamento e Projeto é constituída pelas subáreas de Projeto Arquitetônico e de Planejamento Urbano. Esta área caracteriza-se pelo pensamento e prática visando à ação prospectiva com a proposição de hipóteses para transformação do meio ambiente, a partir das condições sociais, históricas, materiais e tecnológicas, previamente determinadas. Utiliza linguagens de representação gráfica como instrumento de pesquisa, exploração e transformação do ambiente construído.

Ainda em 1962, cumprindo decisões das diversas reuniões e congressos, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP implantou sua primeira reforma de ensino organizando a escola em torno do atelier. Tendo a disciplina de projetos como tronco da formação, foram organizados três departamentos correspondendo às áreas de estudo em que se organizou o currículo: História, Projeto, e Técnicas da Construção. No departamento de Projetos foram incluídas disciplinas caracterizando quatro linhas básicas de estudo nas seqüências de Desenho Industrial, Projeto de Edificações, Programação Visual e Planejamento Urbano. O departamento de História, além das tradicionais disciplinas de História e Teoria da Arquitetura, incluiu o estudo de elementos de ciências sociais como fundamentação da arquitetura e do urbanismo, seja no sentido histórico, seja no que se denominou de estudos urbanos¹⁴.

2.4 A reforma universitária e o currículo mínimo de 1969

A década de 60 marcou um período de profundas transformações na universidade brasileira. Em parte, como consequência do debate iniciado nos anos 50 sobre o papel da universidade no projeto de desenvolvimento social do país; em grande medida, por pressões exercidas por estudantes e professores que

¹⁴ ABEA; 1977: 56.

buscavam a modernização de sua estrutura. Os estudantes reivindicavam o aumento de vagas e uma universidade mais democrática voltada para as demandas da realidade brasileira. Os professores mais jovens, que ocupavam posições inferiores na carreira universitária, buscavam uma estrutura acadêmica que fosse menos vulnerável às pressões políticas conservadoras, representada naquele momento pela instituição da cátedra vitalícia¹⁵.

Até 1968 a universidade brasileira era uma federação de escolas profissionais semi-autônomas, que ofereciam o ensino básico e profissional, selecionavam seus estudantes e professores, definiam o número de vagas e seus programas de ensino, seguindo critérios próprios sem vinculação com uma estrutura universitária. As formações de nível superior eram obtidas com o ingresso nas faculdades e escolas e os cursos de formação profissional confundiam-se com as próprias escolas e faculdades em que eram oferecidos. O argumento dos defensores de uma outra estrutura universitária era que este arranjo gerava baixo grau de controle central sobre as atividades acadêmicas e altos custos organizacionais e econômicos para a educação superior.

“[...] como cada escola detinha autonomia para definir seu currículo e organizar seus próprios cursos, a taxa de redundância era elevada e recursos físicos e humanos se dispersavam ao longo das escolas e cátedras” (GARDENAL & PAIXÃO; 1982).

Por outro lado, o elevado tempo de permanência, o pequeno número de concluintes e o reduzido número de vagas, deram origem a um movimento pela reforma do ensino superior e modernização da universidade, desencadeado

¹⁵ A cátedra era ocupada por um professor catedrático que detinha o poder de decisão sobre o ensino e a pesquisa de uma determinada área do conhecimento, com caráter vitalício e inamovível. As decisões sobre a distribuição de encargos de ensino entre os demais docentes vinculados a uma cátedra, e mesmo sobre a qualificação e progressão funcional - o que implicava em definir quem seria o próximo professor a ocupar a cátedra - eram atribuição exclusiva e pessoal do professor titular ou catedrático. A cátedra e a figura do professor catedrático foram extintas em 1968 com a implantação dos departamentos. As decisões que antes eram individuais passaram a ser tomada coletivamente pelo corpo de professores reunidos no departamento (GARDENAL & PAIXÃO; 1982).

pelos estudantes excedentes dos concursos vestibulares que mesmo aprovados não conseguiam ingressar nas faculdades.

No início dos anos sessenta, algumas iniciativas isoladas já indicavam a direção das reformas pretendidas. A organização das áreas de conhecimento em departamentos, o modelo de institutos e ciclos de estudos básicos comuns a diferentes cursos afins, foram incorporados na estrutura universitária. O projeto acadêmico da Universidade de Brasília, elaborado por Darci Ribeiro, se inspirava na agilidade do sistema norte-americano estruturado a partir de institutos¹⁶.

A pressão exercida por estudantes e professores teve ressonância nas autoridades educacionais. Para o governo central, fazia-se necessário adequar o ensino universitário à nova ordem econômica e às demandas tecnológicas do crescimento industrial brasileiro, e esvaziar o foco de contestação política representado pelo movimento estudantil. Embora com perspectivas opostas e visando resultados diferentes, a pressão exercida por estudantes e professores de um lado, e os técnicos da burocracia educacional de outro, somaram-se contra a estrutura tradicional da universidade. Combinar esses objetivos foi tarefa difícil, e para tal intento o governo contou com assessoria externa.

Em 1964, logo após a tomada do poder pelos militares, foi realizado um diagnóstico da universidade brasileira sob a orientação do professor norte-americano Rudolph Atcon. O Plano Atcon, como ficou conhecido o relatório, reafirmava a necessidade de ampliar quantitativamente o ensino universitário e diversificar o número de carreiras profissionais. Para isto, propunha a integração e concentração de serviços afins visando economizar recursos materiais e humanos. Recomendava que a universidade devesse manter-se autônoma, desvinculada do Estado, tornando-se entidade privada com ensino pago.

¹⁶ Em 1963, entrou em funcionamento a Universidade de Brasília. A estrutura de ensino baseava-se em três componentes essenciais: os institutos centrais, as faculdades profissionalizantes e os órgãos complementares de apoio ao ensino e a pesquisa. A organização da UnB já trazia a idéia de ciclo básico introdutório e comum a várias especialidades vinculadas a um campo mais amplo de conhecimento. Deste campo derivavam diversos cursos profissionalizantes ministrados nas faculdades. A UnB desde o início teve um curso de Arquitetura e Urbanismo vinculado ao Instituto Central de Artes. As outras formações profissionais oferecidas neste instituto eram artes, cinema e teatro (PEREIRA; 1968).

Entre 1965 e 1968, foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development, MEC-USAID, para reforma da estrutura do ensino no país. Estes acordos integravam um plano maior denominado *Concentração da Política Norte-Americana na América Latina para reorganização da Universidade e a integração da Economia*¹⁷. Para o ensino superior, estes acordos previam a matrícula por disciplinas, a implantação de cursos básicos, o vestibular unificado por região, a redução no período de duração dos cursos de graduação e a extinção do ensino gratuito.

Acolhendo em parte as sugestões do Plano Atcon, a reforma da universidade pretendeu racionalizar a estrutura do ensino superior visando a melhor utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis, possibilitando, simultaneamente, o aumento de vagas e a abertura de novos cursos. Assim, a partir de 1965 uma série de dispositivos legais foi editada visando reorganizar a estrutura acadêmica e o funcionamento da universidade brasileira¹⁸. Consolidando este processo, em novembro de 1968 o governo federal editou a Lei n° 5540/68, ou lei da reforma universitária, fixando normas para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, complementada pelo Decreto-Lei n° 464/69 e currículos mínimos editados pelo Conselho Federal de Educação para cada curso de graduação. A partir da reforma universitária a formação de nível superior passou a ser obtida com o ingresso na universidade através de um concurso vestibular unificado para todas as carreiras, e a escolha de um curso dentro de uma área tendo em comum um ciclo inicial de estudos básicos de fundamentação.

¹⁷ Segundo Miguel Pereira (1982) estes acordos “*chegavam a requintes de detalhes, tais como os que constavam do Acordo n° 9, que falava da colocação de 51 mil livros nas escolas, sob controle de técnicos americanos da USAID, reservada ao MEC apenas a tarefa de execução*”.

¹⁸ Os instrumentos legais que antecederam a lei da reforma universitária foram: Portaria n° 159/65, que fixou novos critérios e duração dos cursos superiores; Decreto-Lei n° 53/66, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais; Decreto-Lei n° 252/67, que estabeleceu normas complementares ao Decreto-Lei n° 53/66.

Apesar da reforma universitária responder aos anseios quanto a modernizar a estrutura acadêmica, reestruturar a carreira docente e ampliar as vagas no ensino superior, a comunidade universitária posicionou-se contrariamente a sua implantação. A exclusão do debate de professores, alunos e comunidade acadêmica, atitude típica dos encaminhamentos daquele período de regime militar, tornaram a reforma um ato de força e arbitrariedade.

O currículo mínimo

Para o ensino de arquitetura e urbanismo como para as demais formações de nível superior este período, além das profundas mudanças na organização acadêmica das universidades, foi marcado pelos novos currículos mínimos editados em nível nacional como complementação necessária à Lei nº 5540/68. A Resolução nº 3, de 25 de junho 1969, do Conselho Federal de Educação, fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos currículos para graduação em Arquitetura e Urbanismo. O currículo mínimo definiu as seguintes matérias básicas:

- Estética; História das Artes e, especialmente, da Arquitetura;
- Matemática;
- Física;
- Estudos Sociais;
- Desenho e outros meios de expressão;
- Plástica.

Definiu também as seguintes matérias profissionalizantes:

- Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira;
- Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções;
- Materiais de Construção e detalhes técnicos de construção;
- Sistemas Estruturais;
- Instalações e Equipamentos;

- Higiene da Habitação;
- Planejamento Arquitetônico.

O currículo mínimo de 1969 manteve em linhas gerais o elenco de matérias definido no início da década. Porém apresentava ambigüidades para sua aplicação decorrentes, por um lado, da separação de conteúdos de mesma natureza em diferentes ciclos de formação como, por exemplo, ao localizar História da Arquitetura como matéria básica e Arquitetura Brasileira, também de conteúdo histórico, como matéria profissionalizante.

As matérias básicas incluídas nos currículos mínimos corresponderiam disciplinas preparatórias de fundamentação para estudos profissionalizantes no sentido amplo de básico para áreas das quais derivavam diversos cursos profissionalizantes. Para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo o currículo mínimo quando especificou matérias básicas incluiu matérias que seriam muito mais de fundamentação na própria área de arquitetura do que propriamente e amplamente básico para estudos posteriores, ou seja, parte do que foi definido como básico só interessava como fundamentação para a arquitetura e assim constituiria estudo específico da formação do arquiteto. É o caso da matéria ‘História das Artes e, especialmente, da Arquitetura’, considerada no currículo como ‘disciplina comum aos currículos de arte’. Ainda que o critério de inclusão da Arquitetura e do Urbanismo no campo das artes seja discutível, a história das artes se constitui como disciplina de fundamentação para a arquitetura como também para os diversos cursos incluídos nesta categoria, sendo, portanto uma disciplina básica. Porém a história da arquitetura se pode interessar como disciplina auxiliar em outras áreas, no curso de arquitetura é fundamental e específica para a formação do arquiteto constituindo, portanto, o campo de conhecimento profissional.

Por outro lado, porque as matérias especificadas derivavam de princípios diferentes de classificação, ora indicando uma área de conhecimento bem delimitada, como a ‘física’, ora um título genérico que indicava campos de

aplicação de conhecimentos como ‘desenho e outros meios de expressão’. Embora os limites entre área de conhecimento e campo de aplicação não sejam muito precisos, o princípio da reforma universitária de separação das matérias em dois ciclos de formação era de que as matérias básicas corresponderiam às áreas fundamentais do conhecimento identificadas com as ciências constituídas e as matérias profissionalizantes aos saberes originados nas diversas práticas profissionais em que se aplicam os conhecimentos científicos.

A matéria ‘Desenho’ também apresentava ambigüidades para seu desdobramento em disciplinas ao ser associada à Matemática e a ‘outros meios de expressão’. Ao esmiuçar as matérias, a resolução menciona que “*a Matemática e o Desenho compreendem Cálculo, Estatística, Geometria Descritiva e suas aplicações*”, e “*o estudo do Desenho abrange todas as modalidades expressivas cabíveis*”. A Geometria Descritiva ao constituir-se como um capítulo da Matemática adequava-se a idéia de matéria básica, no entanto ‘suas aplicações’ nas diversas ‘modalidades expressivas cabíveis’, apontam para especificidades próprias do campo da Arquitetura e do Urbano e, portanto, para uma aplicação de natureza profissionalizante. Quanto às matérias que a legislação definiu como áreas básicas do conhecimento a especificação do currículo mínimo também era vaga. Por exemplo, quando menciona ‘Física’, que também é fundamental para as engenharias, não especificou qual parte da física interessava à formação do arquiteto.

Se por um lado, o currículo mínimo confundia ao tentar explicitar as matérias básicas, por outro, era vago quanto às matérias profissionalizantes. A Resolução não fez qualquer referência ao estudo da Teoria da Arquitetura e da Arquitetura Brasileira, bem como a todas as matérias profissionalizantes da área de tecnologia da construção. Quanto ao Planejamento Arquitetônico, definiu de modo amplo como “*a atividade criadora aplicada*”, incluindo nesta categoria desde o projeto do objeto ao planejamento de cidades e regiões.

A duração mínima do curso foi fixada em 3600hs com enquadramento em cinco anos ou 150 semanas, a serem preenchidas com disciplinas desdobradas

das matérias especificadas no currículo mínimo, facultado a cada instituição fixar a carga horária total do curso¹⁹. A duração dos cursos poderia ser ampliada com o desdobramento daquelas matérias especificadas ou com a inclusão de disciplinas complementares. Como termo médio, resultava uma integralização anual de 720hs do tempo útil para conclusão do curso em cinco anos, o que equivalia a uma média de 24 horas-aula semanais. O currículo mínimo previa a conclusão do curso em quatro anos, situação limite que corresponderia a uma integralização média anual de 900hs com 30 horas-aula semanais.

Com a reforma universitária e a edição dos currículos mínimos o padrão curricular de referência deixou de ser uma experiência concreta de ensino, aquela das unidades acadêmicas da Universidade do Brasil, e passaram a ser um conjunto de matérias, mais ou menos vagas, que buscavam abstrair e sintetizar os conhecimentos necessários às formações através de especificações genéricas. Esta mudança no padrão de definição dos currículos de referência, de conjunto de disciplinas para conjunto de matérias, por um lado flexibilizou a distribuição e organização dos conteúdos e da carga horária em relação às seqüências fixas dos cursos seriados²⁰. Por outro lado, ao desvincular o currículo de uma experiência concreta, deixou de considerar a dimensão didática da prática do ensino, das experiências de aprendizagem, da escola tomada como modelo que de qualquer modo também serviam de referência.

A nova situação para o ensino de arquitetura se apresentava da seguinte forma: a) um modelo de ensino que centralizava a formação no atelier com disciplinas de projeto ministradas exclusivamente por arquitetos, e agrupava as demais disciplinas do currículo nas áreas de teoria e história, tecnologia da construção e estudos sócio-econômicos; b) uma nova ordenação da estrutura

¹⁹ O novo currículo reduziu em 450hs o tempo útil para graduação em Arquitetura e Urbanismo anteriormente fixado em 4050hs pela Portaria n° 159/65.

²⁰ Os cursos seriados são cursos com duração pré-fixada em certo número de anos no qual cada série anual apresenta disciplinas que todos os alunos da série devem obrigatoriamente cursar ao mesmo tempo. A promoção à série seguinte se fará com a aprovação em todas as disciplinas da série inscrita. No ensino superior os currículos destes cursos constituíam-se de um conjunto único de disciplinas seriadas que deveriam ser adotadas por todas as faculdades e escolas de uma mesma habilitação (DUARTE; 1986: 48).

acadêmica da universidade; c) um currículo mínimo que consagrava as matérias definidas em 1962. O modelo de ensino e o currículo mínimo se apresentavam como elementos unificadores da formação ao nível nacional, porém o modo de aplicá-los diferia conforme a situação da escola. Para as escolas existentes não era necessária instrução adicional, a própria definição do currículo mínimo levava em conta a experiência de ensino destas escolas. No entanto, para os novos cursos a situação não foi exatamente à mesma.

A reforma universitária, entre outros objetivos, buscava expandir o ensino superior e para atingir este objetivo, a reorganização da universidade mostrou-se eficiente: no período 1965-1978 a universidade elevou a oferta de vagas em torno de 2000% (GRAEFF; 1995: 50). A área do ensino de arquitetura também seguiu esta tendência de crescimento. Até 1968, existiam no país oito escolas de arquitetura localizadas nas capitais dos estados²¹. Em 1974, este número elevava-se para 28 cursos.

Os novos cursos foram implantados em condições semelhantes. Segundo o diagnóstico da situação do ensino, elaborado em meados da década de 70, estes cursos apresentavam as seguintes características:

- absorviam a demanda excedente dos vestibulares das escolas mais antigas;
- as instituições que abrigavam estes cursos pouco ou nada sabiam de ensino de arquitetura, assumindo o novo curso dentro dos modelos convencionais de outros cursos superiores;
- ocupavam prédios existentes, geralmente, construídos para outros fins, sem realizar sequer as adaptações ambientais necessárias²².

²¹ Identificadas como escolas pioneiras, este grupo estava constituído pela Faculdade Nacional de Arquitetura (1945) no Rio de Janeiro, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (1930) em Belo Horizonte, pelas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1948) e Faculdade de Arquitetura Mackenzie (1947) ambas na cidade de São Paulo, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul (1952), pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Pernambuco, em Recife, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Bahia, em Salvador e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1963) da Universidade de Brasília, na capital federal. Em 1961 foi implantado o ensino de arquitetura na Universidade Federal do Paraná, e em 1965 na Universidade Federal do Ceará e do Pará.

²² CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS - Anais; 1976: 129.

Sobre a situação do quadro docente constatou que no início dos cursos era mínimo para o funcionamento da 1ª série e ampliava-se na medida da necessidade prática a cada ano. Constituía-se a partir de um grupo de ‘pioneiros’ que residiam nas capitais viajando semanalmente para dar aulas nos locais onde funcionavam as novas escolas.

De modo geral, os novos cursos entravam em funcionamento com a definição do ciclo básico aproveitando disciplinas existentes nas universidades que correspondiam, satisfatoriamente, às matérias básicas exigidas pelo currículo mínimo. O ciclo profissionalizante se constituía aos poucos, procurando seguir o modelo das escolas pioneiras. Nestas condições o ciclo básico era ampliado, retardando a implantação do ciclo profissionalizante, que exigia para seu adequado funcionamento, corpo docente, espaços e equipamentos próprios ao ensino de arquitetura e urbanismo.

Essa situação era imprópria, embora fosse regular do ponto de vista estritamente legal. Na ausência de diretrizes sobre o desdobramento das matérias em disciplinas e distribuição da carga horária mínima entre disciplinas e áreas de estudo, a aplicação do currículo mínimo nos novos cursos resultou do grau de afinidade dos colegiados de curso com a área de ensino e profissional, no limite das possibilidades e conveniências das instituições.

Assim, mesmo atendendo formalmente ao currículo mínimo, o currículo pleno dos novos cursos descaracterizava o ensino de arquitetura e a formação do arquiteto. O currículo mínimo não restringiu a organização dos currículos plenos; pelo contrário, a generalidade e imprecisão da Resolução nº 3/69 possibilitou múltiplas interpretações na sua aplicação. Dessa forma, muitos assuntos estranhos ao campo de conhecimento foram incluídos nos currículos. Um estudo realizado pelo Departamento de Assuntos Universitários do MEC, em 1978, constatou que os 31 cursos em funcionamento na época ofereciam 2006 disciplinas diferentes, correspondendo ao desdobramento das 13 matérias

especificadas no currículo mínimo²³. Diante deste quadro as escolas pioneiras se articularam para manter o padrão de ensino de arquitetura e urbanismo.

Em 1973, por iniciativa do Instituto dos Arquitetos do Brasil foram criados a Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - CEAU²⁴, e a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura - ABEA²⁵. Em meados dos anos 70, a ABEA elaborou um roteiro para avaliação do ensino de arquitetura, no qual constavam, entre outros itens, questões sobre o perfil do profissional a ser formado, e situação do agrupamento das disciplinas do currículo por áreas. O resultado desta avaliação marcou o início de um novo processo de discussões sobre o currículo mínimo para o ensino de arquitetura e urbanismo. Tendo como diretriz geral à determinação de que a carga horária mínima de 3600hs fosse distribuída atendendo ao mínimo de 40% para a área de Planejamento e Projeto, 20% para a área de Teoria e História, e 20% para a área de Tecnologia, com uma reserva de 20% para distribuição a critério de cada escola, segundo as tendências predominantes e as necessidades regionais (ZANETTINI; 1980: 89).

No entanto, não era somente a situação das novas escolas que colocavam questões a qualidade do ensino. Por um lado, o rápido processo de urbanização dos anos 60 e 70 colocavam problemas que igualmente afetavam a área de arquitetura e demandavam respostas mais rápidas, que em parte, superavam o modelo estabelecido em 1962. A inserção do ensino acadêmico na realidade brasileira - premissa dos anos 50 - começou a sofrer o impacto das características subdesenvolvidas do crescimento econômico e populacional do Brasil. Por outro lado, o ideário da arquitetura moderna e da própria arquitetura

²³ COMISSÃO DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO - DAU/MEC. Catálogo Geral das Disciplinas dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Brasília: MEC; 1978.

²⁴ A constituição das comissões de especialistas estava prevista no Decreto nº 63.338, de 1º de outubro de 1968, como órgão de assessoramento do Ministério da Educação e Cultura para tratar de assuntos específicos de cada área visando à melhoria da qualidade do ensino. A CEAU foi criada através da Portaria nº 699, de 18 de dezembro de 1973, tendo sido a quarta comissão a ser constituída, após a constituição das comissões de ensino de medicina, engenharia e ciências agrárias (ABEA; 1975).

²⁵ A ABEA surgiu com o objetivo de elaborar diagnósticos da situação do ensino, propor medidas gerais e definir critérios para o seu aperfeiçoamento através da promoção de encontros nacionais e regionais de escolas de arquitetura e urbanismo e da elaboração de publicações temáticas. A ABEA não está vinculada aos organismos governamentais.

que inspirara o movimento pela autonomia e reforma do ensino esgotara-se e, conseqüentemente, o perfil profissional subjacente ao currículo.

No início dos anos 80, novas demandas incidiram sobre o campo de atuação do arquiteto. Podem-se citar, sem entrar em pormenores, uma série de novos fatores, decorrentes das peculiaridades de nosso desenvolvimento, que passaram a incidir sobre o campo da arquitetura. A expansão desordenada da urbanização, estimulada pela política do Banco Nacional de Habitação - BNH e dos anos de milagre econômico, incidiram sobre a gestão e controle do uso do espaço urbano, do meio ambiente natural e do patrimônio cultural construído. Estes fatores geraram novas pressões sociais, externas ao ensino, mas que pressionaram a profissão e conseqüentemente o processo de formação.

O primeiro período de expansão do ensino de arquitetura e urbanismo – 1968-1980, também se caracterizou como uma fase de discussão dos currículos e de avaliação da prática de ensino. Ocorreu de certa forma, um grande balanço das trajetórias, das tendências, dos percalços, dos recuos, mas também dos avanços e acréscimos de conhecimentos, que as escolas procuraram incorporar, atualizando seus currículos. A legislação de 1968 possibilitou a criação imediata de 20 novos cursos, e este incremento relativizou o poder das escolas pioneiras que, apesar disso, empenharam-se para evitarem a descaracterização da área de conhecimento e manterem o perfil de formação profissional que fora consolidado nos anos 60, muito embora este perfil já estivesse em vias de transformar-se.

A ênfase na questão curricular após 70 objetivou manter aquele padrão, mas também serviu como tema para retomar as discussões sobre o projeto de sociedade do ponto de vista e das propostas da arquitetura, processo este que fora interrompido em 1968 com o expurgo de professores das universidades e a cassação dos direitos civis de profissionais engajados com a militância política. Com o quadro instaurado pela reforma universitária, o currículo se colocava como um dos poucos fatores determinados pela reforma que poderia ser alterado no âmbito das escolas, representando um espaço de relativa autonomia. A discussão do currículo abriu espaço para questionar o sistema de ensino

decorrente da reforma universitária, o modo como fora implantado, suas conseqüências sobre as comunidades acadêmicas e o projeto de sociedade no qual se inseria.

De qualquer forma, com o processo de distensão política e abertura democrática iniciada no final da década, também a reforma universitária foi revista nos seus objetivos iniciais e nos resultados alcançados. Esse processo recente relativo à conjuntura da ‘redemocratização’ dos anos 80 e 90, e o impacto sobre o ensino de arquitetura, mereceria, sem dúvida uma análise atenta e meticulosa, mas isso foge aos propósitos dessa dissertação.

No contexto instaurado pela reforma universitária foi criado o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas - CAU-UFPel. Este curso, a exemplo dos demais implantados na época, surgiu da disponibilidade de disciplinas básicas existentes na universidade. Esta forma de constituição marcou profundamente os primeiros anos do curso, tanto nos aspectos pedagógicos como no de administração do ensino. Nesta situação, o currículo se colocou como um elemento estratégico para implantar um modelo de ensino sintonizado com a tradição de ensino da área. Deste assunto nos ocuparemos nos capítulos seguintes.

O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFPel

Neste capítulo buscamos reconstituir a história da implantação e da evolução dos programas de ensino do curso. Descreveremos o processo de alteração de disciplinas e dos currículos utilizando, fundamentalmente, o recurso do documento escrito.

Esta abordagem implicou no resgate de documentos em diferentes locais da Universidade seguindo o caminho dos procedimentos processuais. Assim, considerando que toda alteração de disciplina e elaboração de currículo inicia nos colegiados a primeira fonte foram os arquivos dos colegiados de curso ao qual o Curso de Arquitetura esteve vinculado. Nestes recolhemos grades curriculares e as atas das reuniões em que o tema foi discutido e aprovado.

Os novos currículos para vigorar precisam antes ser aprovados pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, o que nos indicou uma segunda fonte onde pesquisar. Na Secretaria dos Conselhos Superiores recolhemos as atas onde estão consignados os processos de alteração dos currículos do CAU. Finalmente, completando o processo, o Departamento de Registros Acadêmicos – DRA, órgão da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, emite a nova grade curricular que passa a servir de referência para as matrículas e oferta de disciplinas, e elabora os quadros de equivalência do desdobramento das matérias do currículo mínimo com as novas disciplinas implantadas.

Antes de passarmos à exposição, cabe fazer um registro com relação às fontes e aos documentos. Em primeiro lugar a dispersão das fontes e a falta de indicação quanto a critérios de classificação e arquivamento dos documentos dificultou a coleta dos dados. Em segundo lugar, a ausência de datas e de autoria dos documentos, e a imprecisão com que as alterações de disciplinas e de currículos foram registradas nas atas dos colegiados, dificultaram a reconstituição das transformações operadas no primeiro conjunto de disciplinas.

Conseqüentemente, a definição das disciplinas anteriores à implantação do primeiro currículo foi definida a partir de uma amostra dos históricos escolares, podendo divergir do que foi efetivamente ministrado naqueles anos.

3.1 A implantação e o funcionamento do curso nos primeiros anos

Os primeiros estudos para implantar um curso de arquitetura na UFPel datam de 1970. Naquele ano, o reitor, visando expandir todas as áreas de conhecimento no âmbito da universidade autorizou a subcomissão de estruturação dos currículos do Instituto de Artes a elaborar o ciclo básico para graduação em arquitetura¹. O estudo realizado consistiu na verificação da adequação das disciplinas que já vinham sendo oferecidas na Universidade ao currículo mínimo para graduação em Arquitetura e Urbanismo.

No ano seguinte a reitoria constituiu uma comissão para estudar a viabilidade da criação do curso de arquitetura. A comissão contou com a colaboração do professor Luiz Lesseigner de Faria do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que forneceu diretrizes e prestou esclarecimentos. Em junho de 1971, a comissão apresentou seu relatório pautado em três pontos, onde destacou a realidade regional, o mercado de trabalho e o interesse de prováveis estudantes como fatores favoráveis à criação do curso. Intercalando exaltados elogios às ações do governo federal², o relatório afirmou que o desenvolvimento regional, notadamente visível no âmbito da construção civil, justificava a criação de um curso de Arquitetura na Universidade³. Notou que Pelotas e a região sul recebiam o impacto das primeiras intervenções urbanas com a construção de núcleos habitacionais impulsionado pelos recursos do Banco Nacional de Habitação. O incentivo à construção civil, conseqüentemente,

¹ UFPel – Processo nº 2532/70.

² *Extraordinária euforia fundamentada nos êxitos administrativos (...) novos rumos para a nação (...) orientação esclarecida do BNH (...) esforço tão bem logrado para favorecer as diferentes camadas da população (...) sadia política a que se apegou a administração federal (...) sistemático aumento da riqueza nacional*”. UFPel - Processo nº 1657/71.

³ Na mesma época, foi criado o curso de nível médio com habilitação em Edificações na Escola Técnica Federal de Pelotas.

demandava do poder público municipal a realização de obras de infra-estrutura para atendimento aos novos núcleos de concentração populacional, exigindo das administrações ações de planejamento que “não poderiam prescindir da valiosa orientação dos arquitetos para bem administrar”. Assim, considerando o reduzido número de arquitetos que atuavam na região e a demanda criada, enfatizou a ‘notável amplitude’ do mercado de trabalho, mercado este que absorveria os futuros profissionais formados pela UFPel. Mencionou o interesse despertado na comunidade, pois tão logo tornou-se público a constituição da referida comissão, os seus membros foram procurados por estudantes interessados na implantação do curso. O relatório lembrou, também, que na época havia somente dois cursos de arquitetura na região sul do país - um em Curitiba e outro em Porto Alegre - resultando numa demanda reprimida por novas vagas, percebida pela grande disputa no vestibular da UFRGS. Portanto, concluía, não seria excessiva a criação de um novo curso de arquitetura. Por outro lado, a implantação de um curso de arquitetura na UFPel, prestigiaria a Universidade “*por ser na época, o ensino nesta área pouco vulgarizado, somente disponível nas grandes universidades*”. Conseqüentemente “*a Universidade Federal de Pelotas seria intensamente procurada, inclusive por estudantes de outros estados, o que repercutiria para o conceito universitário de Pelotas*”. Finalmente, o relatório avaliou as condições da Universidade para implantação do ensino de arquitetura. Entendeu a comissão que a Universidade reunia condições para colocar em funcionamento um curso de arquitetura, pois a formação básica poderia ser ministrada nos institutos então existentes, conforme demonstrou o estudo realizado em 1970.

O estudo da comissão foi submetido à apreciação do então Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa - COCEP, através do parecer do professor Paulo Assumpção Osório, na época diretor do Instituto de Artes. O relator resumiu os argumentos do relatório nos seguintes termos:

“[...] fundamentado no desenvolvimento regional da Zona Sul, consubstanciado pelo extraordinário incremento da construção

civil através dos diversos planos do BNH, demonstrado pelo crescimento demográfico sempre a exigir novas e maiores construções; constatado pelo reduzido número de arquitetos na Zona Sul do Estado; verificado pela enorme demanda de candidatos ao exame vestibular e pela existência de somente um curso de Arquitetura no Estado; solicitado por listagem de 200 assinaturas de estudantes interessados. Ciente de que a Universidade reúne condições para implantação imediata do referido curso, uma vez que o seu ciclo básico poderá ser ministrado nos institutos em funcionamento, recomenda enfaticamente a criação do Curso de Arquitetura na UFPel”.

O relator lembrou, “a título de subsídio”, que a subcomissão de currículos do Instituto de Artes definira o ciclo básico do Curso de Graduação em Arquitetura em quatro semestres, constituído por 27 disciplinas distribuídas nos institutos de Artes, de Física e Matemática, e de Ciências Humanas; disciplinas que já estavam sendo ministradas. Concluindo, recomendou a criação imediata do curso para que fosse iniciado no ano seguinte.

Fundamentado no parecer do COCEP, o reitor criou o Curso de Arquitetura através da Portaria nº 215/71 de 24 de novembro de 1971. No mesmo ato designou uma ‘Comissão Especial’ encarregada de formalizar o processo de implantação do curso⁴. Esta comissão aproveitou os estudos realizados no ano anterior e estruturou o ciclo básico do Curso de Arquitetura em quatro semestres, constituído por 27 disciplinas disponíveis nos institutos da universidade, assim distribuídas:

1. Instituto de Artes (13 disciplinas)

1.1 Departamento de Artes Visuais - DAV

Análise e Exercícios de Materiais Expressivos I / 90hs.

Análise e Exercícios de Materiais Expressivos II / 90hs.

Plástica I / 60hs.

⁴ Participaram daquela comissão: Paulo Assumpção Osório, médico; Guido Kaster e Breno Simões de Oliveira, engenheiros agrônomo; Paulo de Castro e Silva, professor do IFM; Gastão Coelho Pureza Duarte, dentista; Francisco José Passos, advogado e José Raphael Gomes Lopes. Dados obtidos junto à Seção de Cadastro e Lotação, do Departamento de Pessoal da Pró-Reitoria de Administração - UFPel.

Plástica II / 60hs.

Plástica III / 60hs.

Desenho Artístico I / 60hs.

Desenho Artístico II / 60hs.

1.2 Departamento de Estudos de Arte, Letras e Comunicação - DEALC

História das Artes e das Técnicas I / 45hs.

História das Artes e das Técnicas II / 45hs.

História das Artes e das Técnicas III / 45hs.

Estética I / 45hs.

Estética II / 45hs.

Estética III / 45hs.

2. Instituto de Física e Matemática (12 disciplinas)

2.1 Departamento de Matemática e Estatística - DME

Introdução à Análise Matemática / 60hs.

Cálculo Diferencial e Integral / 60hs.

Cálculo Vetorial / 60hs.

Geometria Analítica / 60hs.

Estatística / 75hs.

2.2 Departamento de Desenho - DD

Geometria Descritiva III / 75hs.

Geometria Descritiva IV / 75hs.

Construções Geométricas I / 45hs.

Construções Geométricas II / 30hs.

Desenho Geométrico / 60hs.

2.3 Departamento de Física - DF

Física III / 90hs.

Física IV / 90hs.

3. Instituto de Ciências Humanas (2 disciplinas)

3.1 Departamento de Estudos Brasileiros - DEB

Estudo dos Problemas Brasileiros I / 30hs.

Estudo dos Problemas Brasileiros II / 30hs.

A carga horária total do ciclo básico somava 1590hs, que correspondia a quase metade das 3600hs previstas no currículo mínimo para graduação em Arquitetura e Urbanismo. Com este conjunto de disciplinas o Curso de Arquitetura iniciou suas atividades no primeiro semestre de 1972 preenchendo as 35 vagas oferecidas no concurso vestibular⁵. O restante das disciplinas foi sendo definido na medida em que a primeira turma avançava na seqüência do curso. A área profissionalizante começou a ser implantada no ano seguinte.

Nos primeiros anos, o Curso de Arquitetura estava vinculado ao Colegiado dos Cursos de Artes Plásticas que também coordenava o Curso de Licenciatura em Desenho e Plástica e o Curso de Graduação em Pintura, Gravura e Escultura. Disposição divergente da legislação em vigor que determinava que a coordenação didática de cada curso ficasse a cargo de um colegiado específico.

No final de 1972, o colegiado aprovou os currículos parciais dos cursos de Licenciatura em Desenho e Plástica e de Graduação em Pintura, Escultura e Gravura até o quinto semestre, com 37 e 34 disciplinas respectivamente, e do Curso de Arquitetura até o quarto semestre com 34 disciplinas (inferido dos currículos parciais aprovados na 3ª reunião do CCAP, realizada em 6 de dezembro de 1972). Os três currículos tinham 14 disciplinas em comum, com o mesmo posicionamento na seqüência dos semestres e mesma carga horária, e outras quatro com o mesmo nome, porém com diferenças de carga horária no

⁵ De 1972 a 1980, havia um ingresso anual para o Curso de Arquitetura no primeiro período de cada ano. A partir de 1981, mudou o regime para dois ingressos anuais de 18 e 17 alunos no primeiro e segundo períodos, respectivamente.

currículo do Curso de Arquitetura, lotadas nos departamentos básicos de Artes Visuais, Estudos de Arte, Letras e Comunicação e no Departamento de Desenho.

Este novo currículo parcial implantava disciplinas profissionalizantes e alterava aquele conjunto de disciplinas da implantação do curso. Foram excluídas as disciplinas Análise e Exercícios de Materiais Expressivos I e II, oferecidas somente para a primeira turma, e incluída Introdução à Arquitetura, Arquitetura Brasileira, Teoria da Arquitetura I, Topografia e Prática de Projetos I, de caráter profissionalizante, e também Desenho Técnico III, no ciclo básico. As disciplinas incluídas possibilitavam o funcionamento do segundo ano do curso, mas ainda era necessário completar o currículo como um todo.

QUADRO 1
DISCIPLINAS COMUNS AOS CURSOS DE ARTES PLÁSTICAS

SEMESTRE	DISCIPLINAS
1º	História das Artes e das Técnicas I Estética I Plástica I Desenho Artístico I Desenho Técnico II e III Geometria Descritiva III Construções Geométricas I
2º	História das Artes e das Técnicas II Estética II Plástica II Desenho Artístico II Geometria Descritiva IV Construções Geométricas II
3º	História das Artes e das Técnicas III Estética III Plástica III Perspectiva e Sombras
4º	Teoria da Informação e Cultura de Massas

No segundo semestre de 1973, uma comissão de arquitetos nomeada pelo diretor do Instituto de Artes elaborou o primeiro ‘plano curricular’ para o curso. Esta proposta sugeria o direcionamento de disciplinas básicas para o Curso

de Arquitetura. Acrescentava as disciplinas Economia, Sociologia, e Organização Social das Cidades, implantando a área de estudos sócio-econômicos; Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura Legal (legislação e deontologia), Arquitetura de Interiores, e Trabalho de Graduação. Definiu a área de Tecnologia da Construção constituída pelas disciplinas Resistência dos Materiais, Materiais de Construção, Técnica das Construções, Estabilidade das Construções, Instalações e Equipamentos Elétricos, Estruturas Metálicas e em Madeira, Estruturas em Concreto Armado, Higiene das Habitações, Sistemas Estruturais e Saneamento Ambiental. As seqüências de disciplinas teóricas e históricas, comuns aos outros cursos da área, seriam substituídas por novas disciplinas com enfoque voltado para o ensino de arquitetura. O plano curricular continha 59 disciplinas, totalizando 3795hs.

Ao final daquele ano, o colegiado estruturou um currículo integralmente definido para o Curso de Arquitetura aproveitando, em parte, as sugestões contidas no plano curricular elaborado pela comissão de arquitetos e tomando como modelo o currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Do plano curricular, o colegiado aproveitou a sugestão de direcionar as disciplinas básicas que eram comuns aos cursos de Artes Plásticas para a formação do arquiteto. Foram extintas 15 disciplinas e implantadas Desenho Arquitetônico, Perspectiva Arquitetônica, História da Arte V, História da Arquitetura I, II e III, e Estética IV e V. Na ocasião, os professores representantes do Departamento de Desenho e do Departamento de Estudos de Arte, Letras e Comunicação concordaram que as novas disciplinas deveriam dar maior ênfase “*a aspectos que atendam a necessidade dos futuros profissionais arquitetos*”⁶. Do currículo do curso da UFRGS foram aproveitadas às disciplinas específicas da área de arquitetura e urbanismo. Na proposta aparecem textualmente às disciplinas Evolução Urbana, Legislação Profissional para Arquitetos, Especificações e Custos, e Governo

⁶ Conforme atas da 9ª e 10ª reuniões do Colegiado dos Cursos de Artes Plásticas, realizadas nos dias 20 e 21 de dezembro de 1973.

Local Brasileiro, e outras, claramente inspiradas naquele currículo, como Organização e Métodos de Trabalho Profissional, e Edificação Industrializada. As disciplinas da área de tecnologia da construção foram reposicionadas na seqüência do curso. A proposta curricular que resultou, e que seria submetida pela primeira vez à apreciação do conselho superior de supervisão do ensino na universidade, estava constituída por 68 disciplinas totalizando 4575hs.

Até aquele momento as modificações de disciplinas ficavam no âmbito dos colegiados e dos departamentos; a Universidade não dispunha de instrumentos normativos para exercer controle sobre as modificações introduzidas nos currículos dos cursos oferecidos pela instituição. Na época, o Reitor queixava-se que a forma como os currículos estavam sendo organizados, com freqüentes alterações de disciplinas e mudanças de pré-requisitos a cada semestre, causava descontentamento na comunidade acadêmica, inclusive “*com indesejáveis repercussões na imprensa sempre atrás de notícias sensacionalistas*”. Os estudantes reclamavam que as constantes mudanças curriculares provocavam atrasos na oferta de disciplinas com conseqüências para a conclusão dos cursos.

Em 1974, o então Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa - COCEP aprovou o documento Guia Acadêmico da UFPel⁷, embrião do regimento geral da universidade editado em 1977. O guia acadêmico normalizava, no âmbito da universidade, a aplicação dos dispositivos contidos na lei da reforma universitária relativos à organização acadêmica dos cursos de graduação. Determinou que para cada curso houvesse um colegiado com funções de coordenação didática e pedagógica, com atribuições para elaborar ou rever o currículo do curso correspondente, e fixou os seguintes critérios a serem observados pelos colegiados na elaboração dos currículos: a) as matérias serão desdobradas no menor número possível de disciplinas; b) as matérias do currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação deverão preencher, no

⁷ Aprovado em reunião do COCEP, realizada em 26 de agosto de 1974.

mínimo, 90% do total da carga horária do curso; c) o total da carga horária dos currículos plenos corresponderá, no máximo, a 10% além do total da carga horária do currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação.

O guia acadêmico também previa a inclusão de conteúdos diversos, diferentes daqueles definidos no currículo mínimo, para complementar à formação do estudante sob a forma de disciplinas complementares incluídas no limite máximo de carga horária admitida para o curso. Este limite admitia dois valores diferentes, porém próximos, dependendo de como forem interpretados os dispositivos acima. Se considerarmos que o mínimo de 3600hs estabelecido para graduação em Arquitetura e Urbanismo corresponde a 90% do total do currículo pleno, aplicando uma regra de três simples, obtém-se a carga horária máxima igual a 4000hs. Porém, se considerarmos que a carga horária total somente poderá exceder em 10% do mínimo previsto pelo Conselho Federal de Educação, obtém-se um valor de 3960hs como carga horária máxima do currículo pleno do curso, resultando numa diferença de 40hs em relação ao critério de cálculo anterior. A diferença de 360hs ou 400hs entre o mínimo fixado pela legislação e o máximo admitido pela Universidade poderiam ser preenchidas com disciplinas complementares ou com disciplinas desdobradas das matérias do currículo mínimo.

A partir da edição do guia acadêmico o COCEP passou a verificar e a aprovar os currículos de todos os cursos oferecidos pela universidade. Ainda naquele ano foram implantados os colegiados dos cursos de Arquitetura, de Licenciatura em Educação Artística, e do Curso de Graduação em Pintura, Escultura e Gravura, extinguindo a coordenação dos cursos de Artes Plásticas⁸. A proposta curricular elaborada ao final de 1973 excedia em, pelo menos, 570hs a carga horária máxima admitida para o Curso de Arquitetura. Deveria, portanto, o colegiado, agora Colegiado do Curso de Arquitetura, reduzir o total de horas do curso para atender às diretrizes contidas no 'guia acadêmico'. Na segunda

⁸ UFPel - Portaria nº 161/74, da Reitoria.

reunião do novo colegiado, realizada em setembro de 1974, foram reduzidas onze disciplinas, entre básicas e profissionalizantes, diminuindo em 615hs a carga horária total do currículo.

No segundo semestre de 1974, quatro anos após a sua implantação, o COCEP aprovou o primeiro currículo do Curso de Arquitetura da UFPel, para vigorar a partir do primeiro semestre de 1975. Estava constituído por 57 disciplinas desdobradas do currículo mínimo e dez disciplinas de Prática Desportiva, totalizando 3960hs. Na mesma ocasião foram aprovados os currículos dos cursos de Engenharia Agrônômica, Ciências Domésticas, Educação Artística, Graduação em Instrumentos e Canto, Licenciatura em Música e do Curso de Graduação em Pintura, Gravura e Escultura⁹. Nos anos seguintes o currículo foi modificado outras três vezes. Em 1976, mudanças no currículo do curso de Licenciatura em Educação Artística alteraram o título das disciplinas Teoria da Comunicação e Cultura de Massas, e de Estética IV, que passaram a denominar-se Teoria da Comunicação e Cultura de Massas II, e Estética V, incluindo uma parte relativa à arquitetura¹⁰. Em 1977, o currículo passou por nova revisão tendo em vista o processo de reconhecimento do curso a ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação. No segundo semestre, colou grau a primeira turma de arquitetos da Universidade Federal de Pelotas constituída por dois estudantes que ingressaram em 1972 e um em 1973. O curso foi reconhecido em abril de 1978, sete anos após a fundação do curso¹¹. Naquele ano implantava-se o quarto currículo do CAU fechando um ciclo de modificações de disciplinas.

Os primeiros anos de funcionamento do curso caracterizaram-se como um período de muitas mudanças que resultaram na curta duração das disciplinas. Nos primeiros três anos, o curso funcionou sem currículo e, nos quatro seguintes, teve um currículo diferente a cada ano. No período em que não havia um

⁹ Conforme ata da 8ª reunião do COCEP, realizada em 10 de outubro de 1974.

¹⁰ Conforme ata da 7ª reunião do Colegiado do Curso de Arquitetura, realizada em agosto de 1976.

¹¹ MEC - Decreto nº 81.607, de 27 de abril de 1978.

currículo completo, alteraram-se as disciplinas do ciclo básico. Assim, as turmas que ingressaram nos anos de 1972, 1973 e 1974 cursaram disciplinas diferentes, algumas oferecidas somente durante um semestre. Os elencos de disciplinas cursadas por estas turmas são apresentados no Anexo A¹². As disciplinas profissionalizantes também passaram por modificações, no entanto não diferiram entre as turmas, pois mesmo aprovadas pelo colegiado não foram oferecidas. Com a implantação do primeiro currículo um núcleo de disciplinas profissionalizantes se constituiu e se completou no quarto currículo.

As alterações entre os currículos do curso serão vistas em detalhe no Capítulo 4, mas aqui cabem algumas considerações a respeito do quarto currículo. O currículo implantado em 1978 foi o primeiro a ter todas as disciplinas ministradas no período especificado na grade curricular. As disciplinas foram oferecidas regularmente durante sua vigência. Segundo consolidou a estrutura curricular que vinha se constituindo desde a implantação do curso. Ajustou disciplinas básicas adaptando-as no que foi possível ao ensino de arquitetura e definiu a área profissionalizante. Terceiro, estabilizou a oferta de disciplinas. As seqüências implantadas somente foram modificadas a partir de 1987 vigorando por dez anos. No entanto, esta relativa estabilidade não decorria da implantação de um projeto de ensino previamente delineado, pois não era claro quais seqüências de disciplinas deveriam ser implantadas, tanto no ciclo básico como no profissionalizante, para completar o currículo. Pelo contrário, este currículo resultou de uma série de mudanças parciais, por vezes desconexas, motivadas pelas situações a serem resolvidas e levando em conta as condições efetivas de implantação do curso na universidade.

Em que pese as condições conjunturais favoráveis à criação do curso, a implantação do ensino de arquitetura na UFPel deveu-se mais ao grande

¹² Reconstituíram-se os conjuntos de disciplinas destas turmas a partir de uma amostra dos históricos escolares dos alunos que ingressaram no curso através do concurso vestibular e concluíram-no, à exceção da primeira turma, em cinco anos. Com a implantação do Curso de Arquitetura, muitos alunos dos demais Cursos de Artes Plásticas solicitaram transferência para o novo curso, com aproveitamento de disciplinas.

interesse da Reitoria por esta área, do que propriamente das condições efetivas da instituição em termos de infra-estrutura material e recursos humanos para criar e por em funcionamento uma escola de arquitetura. A rápida tramitação do processo de implantação do curso bem demonstra o interesse da administração central da universidade em ampliar as áreas de estudo, atingindo a universalidade de campos de conhecimento preconizada pela reforma universitária. Em menos de um ano, foi criado e posto em funcionamento um curso numa área de conhecimento não abrangida pela universidade. Mas a inexistência daquelas condições fez com que o curso funcionasse de maneira precária nos seus primeiros anos.

A viabilidade para implantação do curso era burocrática. Segundo o modelo de constituição dos cursos superiores instaurado pela reforma universitária, com aproveitamento máximo dos recursos existentes nas instituições, tornou-se possível criar novos cursos sem implantar de imediato a área profissionalizante correlata, o que requereria, para sua oferta, pessoal docente especializado, instalações adequadas e outros recursos materiais como biblioteca e laboratórios. Como os dois primeiros anos de todos os cursos de graduação correspondiam ao ciclo inicial de estudos básicos constituído de disciplinas genéricas, bastava selecionar entre as disciplinas existentes na Universidade aquelas que fossem compatíveis com o desdobramento das matérias básicas especificadas no currículo mínimo para viabilizar a implantação de novos cursos. Esta seleção poderia ser feita por qualquer pessoa, pois não requeria conhecimento da área de ensino. A constituição das comissões encarregadas de estudar a viabilidade e de implantar o curso demonstra bem o caráter meramente burocrático da sua constituição inicial. Havia, no momento de constituição das referidas comissões um arquiteto na Universidade, que sequer foi convocado para participar das referidas comissões.

As disciplinas selecionadas pela subcomissão de currículos atendiam formalmente ao desdobramento das matérias do currículo mínimo, mas a inadequação do que a Universidade dispunha e a desvinculação das disciplinas

profissionalizantes fez com que mais da metade destas disciplinas fossem substituídas antes da implantação do primeiro currículo. Do conjunto inicial de 27 disciplinas, 17 foram extintas antes de 1978. Destas, 15 foram oferecidas somente nos dois primeiros anos: Análise e Exercícios de Materiais Expressivos I e II, Construções Geométricas I e II, Desenho Geométrico, Desenho Artístico I e II, História das Artes e das Técnicas I, II e III, Estética I, II, e III, Física III e IV. As disciplinas Geometria Analítica e Cálculo Vetorial foram ministradas até 1974 e 1977, respectivamente. Entre as dez disciplinas que permaneceram no currículo, Estudos dos Problemas Brasileiros I e II integravam o currículo de todos os cursos de graduação como disciplinas complementares obrigatórias, e, nesta condição, a sua inclusão, contrariamente ao que foi afirmado, não viabilizava a implantação do curso porque não correspondiam ao desdobramento de matérias do currículo mínimo.

As disciplinas profissionalizantes foram implantadas nos departamentos de Engenharia Rural e de Arquitetura. A área de tecnologia da construção foi lotada no Departamento de Engenharia Rural - DER, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. A área de projeto arquitetônico e urbanístico e as disciplinas de teoria foram lotadas no Departamento de Arquitetura - DeArq, criado no segundo semestre de 1973 e lotado no Instituto de Artes. O corpo docente condicionou a oferta efetiva das disciplinas implantadas nestes departamentos, nem sempre coincidindo com o andamento da seqüência curricular. O Departamento de Engenharia Rural estava ajustado para atender às necessidades do Curso de Agronomia, mas não para atender os novos encargos de ensino decorrentes do currículo do curso de Arquitetura. Assim, as disciplinas de tecnologia da construção, implantadas desde 1973, foram sendo alteradas na seqüência dos semestres retardando sua oferta efetiva. A partir de 1975, com a contratação de seis professores engenheiros, as disciplinas implantadas foram oferecidas regularmente. Em relação às necessidades da primeira turma, a defasagem na implantação desta área ocasionou o atraso na conclusão do curso. Na coluna 'observações' dos quadros apresentados no Anexo 1, estão indicadas

as datas da primeira oferta efetiva das disciplinas, quando esta não coincidiu com o semestre programado na grade curricular.

No Instituto de Artes a situação quanto à constituição do quadro docente foi diferente. O primeiro professor arquiteto ingressou no curso no segundo semestre de 1972, e nos semestres seguintes até 1978, ingressaram mais 13 professores. O problema aqui foi à distribuição nos departamentos do instituto, pois deste total nove foram lotados nos departamentos da área básica de Artes Visuais, e Estudos de Artes, Letras e Comunicação, e somente cinco no Departamento de Arquitetura. Esta situação explica algumas alterações de currículo. A disciplina Prática de Projetos I, por exemplo, estava programada inicialmente para o 4º semestre devendo ocorrer à primeira oferta no segundo período de 1973. Em meados daquele ano esta disciplina foi reposicionada para o 5º semestre o que faria com que a oferta efetiva somente ocorresse a partir do primeiro período letivo de 1974. Na época o coordenador do curso alegou motivos de ordem pedagógica, afirmando que “*os alunos no quarto semestre seriam ainda imaturos para elaborar projetos*”, e sugeriu a criação da disciplina Plástica IV¹³. No entanto, o que de fato alterava a posição da disciplina não eram as condições dos estudantes, mas sim a insuficiência do quadro docente, pois durante aquele ano ingressaram cinco professores arquitetos no curso e as disciplinas de projeto foram mantidas no 4º semestre.

3.2 A avaliação do ensino de arquitetura e urbanismo na UFPel

Em 1976, o colegiado do Curso de Arquitetura implantou o Grupo de Trabalho de Avaliação do Ensino de Arquitetura – GTAEA, órgão interno de avaliação do ensino criado por indicação do DAU-MEC. Os grupos de avaliação do ensino instaurados nos diversos cursos do país, por sugestão da Comissão do Ensino de Arquitetura e Urbanismo - CEAU tinham por objetivo diagnosticar as condições em que vinha se realizando o ensino de arquitetura e remeter estas

¹³ Conforme ata da 5ª reunião do Colegiado dos Cursos de Artes Plásticas, realizada em 15 de julho de 1973.

informações para CEAU, que juntamente com a ABEA e o IAB proporião diretrizes gerais para a reforma do ensino de arquitetura. O levantamento da situação do ensino realizado nas diversas escolas do país serviu de subsídio para elaboração de uma proposta de reformulação do currículo mínimo submetida ao Conselho Federal de Educação.

Na UFPel, o Grupo de Trabalho de Avaliação do Ensino de Arquitetura - GTAEA¹⁴, promoveu e realizou dois seminários internos, o primeiro em 1978 e o segundo em 1979. Do primeiro seminário não foi localizado nenhum documento; como também não foram localizadas as atas da 8ª a 19ª reuniões do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, compreendendo o período de 1976 a 1979. Do segundo foi localizado o relatório elaborado ao final do evento com os antecedentes, diagnóstico e proposições da plenária.

O segundo Seminário de Avaliação do Ensino de Arquitetura foi instaurado com o objetivo de analisar a estrutura e o funcionamento do curso, visando à proposição de reformas na organização do ensino. O diagnóstico apontou que a administração central da universidade não ofereceu as condições mínimas necessárias à implantação e funcionamento do curso em termos de estruturação do quadro docente, espaço físico adequado e equipamentos. Em consequência da falta de espaço físico próprio, o curso estava funcionando em prédios situados em cinco locais diferentes, “*ocasionando uma total desintegração entre professores e alunos*”¹⁵. A coordenação do ensino também apresentava problemas. Segundo o diagnóstico, na forma como o curso fora implantado não era possível interferir nos departamentos que o compunham para estabelecer os conteúdos programáticos das diversas disciplinas. Conseqüentemente, as três grandes áreas do curso encontravam-se desvinculadas

¹⁴ O GTAEA foi constituído em maio de 1977, dele participando os seguintes professores: Luiz Antônio Machado Veríssimo, Arturo Carlos Dorner Linne, Rogério Gutierrez Filho, Ester Judite Bendjouya Gutierrez e Ivan Gervini.

¹⁵ UFPel/ILA/CAU - 2º Seminário de Avaliação do Ensino de Arquitetura e Urbanismo na UFPel. Relatório Final. Março de 1979.

“acarretando a inadequação dos métodos de ensino e dos conteúdos necessários à formação¹⁶”.

A qualificação do ensino, portanto, passava “*pela autonomia do ensino de arquitetura na universidade*”. Esta conclusão de caráter geral foi detalhada em termos de reivindicações específicas: a) pela destinação de um prédio para o Departamento de Arquitetura; b) pela criação da Faculdade de Arquitetura como elemento integrador indispensável; c) pela reformulação do atual currículo mínimo do curso; d) pela transformação do Grupo de Trabalho de Avaliação do Ensino de Arquitetura em Comissão de Avaliação do Ensino para coordenar os estudos de reformulação do currículo.

A reforma do currículo tinha como referência a proposta do novo currículo mínimo em tramitação no Conselho Federal de Educação para definição dos conteúdos e distribuição da carga horária entre as três grandes áreas de estudo. Esta orientação inseriu o Curso de Arquitetura da UFPel no processo de renovação das estruturas curriculares que se realizava nas escolas de arquitetura do país. No mesmo período 1978-1979, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAU-UFRGS, também realizou dois seminários de avaliação do ensino para modificar o currículo, agrupando as disciplinas em três áreas “*em função da proposta de alteração do currículo mínimo que tramita no Conselho Federal de Educação*¹⁷”.

Na avaliação do ensino o pedagógico e o administrativo apareceram relacionados. No entanto, a reivindicação ‘pela autonomia do ensino’ com a criação de uma faculdade de arquitetura, e a reforma do currículo juntaram duas coisas que funcionavam em planos distintos e que gozavam de relativa autonomia entre si. Certamente, a gestão administrativa e a pedagógica somada contribuiriam para a qualificação do ensino, porém a desvinculação do curso do Instituto de Letras e Artes não era condição necessária para reformar o currículo.

¹⁶ Idem.

¹⁷ SILVEIRA, Roberto Py Gomes. **O ensino de arquitetura na UFRGS: um documento para debate.** Porto Alegre: PIMEG-Arq/SESu; 1984.

A manifestação de que a coordenação do ensino não tinha condições de interferir nos departamentos para determinar o conteúdo das disciplinas e os procedimentos de ensino era uma situação que afetava igualmente outras coordenações de curso, inclusive daqueles vinculados a faculdades, e não decorria, portanto, da forma como fora implantado o Curso de Arquitetura na UFPel ou de estar vinculado a um instituto. O colegiado teria tanta autonomia estando ou não o curso vinculado ao Instituto de Artes, pois o modo de organização do curso não se alterava em função deste vínculo.

O vínculo do curso e do departamento ao ILA era apenas no plano administrativo. Primeiro, porque embora a área das artes fosse uma das áreas em que tradicionalmente os cursos de arquitetura foram implantados, no momento de criação do curso da UFPel este era um modelo superado. Segundo, porque todos os cursos e departamentos da Universidade deveriam estar ligados a unidades maiores, embora este vínculo pudesse ser dispensável¹⁸. Assim, a lotação do curso no Instituto de Artes pode ter ocorrido simplesmente porque a maior quantidade de disciplinas oferecidas ao curso na sua implantação fosse desta unidade; e do Departamento de Arquitetura porque já estando o curso lotado naquela unidade, seria quase uma decorrência natural que o departamento que melhor caracteriza a formação profissional também o estivesse.

Em 1983, o curso adquiriu autonomia administrativa. O Departamento de Arquitetura e o Curso de Arquitetura foram desvinculados do Instituto de Letras e Artes passando a constituir juntamente com a Coordenação do Curso uma unidade especial diretamente vinculada à reitoria¹⁹. No entanto, esta alteração não mudou a capacidade da coordenação do ensino de interferir no

¹⁸ Consoante com as diretrizes da reforma universitária, o estatuto da UFPel, no Art. 139, indica que os Institutos, Faculdades e Escolas poderão ser abolidos, transformada a Universidade num conjunto de departamentos, quando assim for considerado oportuno. No entanto, não só as unidades que lhe deram origem foram mantidas, como também novas unidades foram sendo criadas e agregadas nos anos seguintes. Sobre a fundação da UFPel e a história da constituição de suas unidades acadêmicas, ver: JANTZEN, Sylvio Arnold Dick. **A Ilustre Pelotense. Tradição e modernidade em conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização**. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFRGS.

¹⁹ UFPel - Portaria nº 17/83, de 18 de janeiro de 1983, do Gabinete do Reitor.

conteúdo das disciplinas. O curso continuava tão vinculado às orientações dos departamentos quanto antes²⁰. Mesmo com autonomia administrativa, as condições primárias de estruturação do curso que ainda se faziam presentes no currículo determinavam a orientação do ensino. O currículo implantado em 1978 estava constituído por disciplinas lotadas em oito departamentos da área básica - Artes Visuais; Estudos de Arte, Letras e Comunicação; Estudos Brasileiros; Economia e Finanças; Desenho; Física; Matemática e Estatística, e Ginástica e Saúde - e somente dois departamentos da área profissionalizante - Departamento de Arquitetura e Engenharia Rural. Mudar esta situação exigia uma reforma curricular. Agindo sobre o currículo seria possível ampliar o grau de interferência do colegiado sobre conteúdos e orientação didática, concentrando disciplinas em departamentos com origem no curso, e que por isso, em tese, estariam mais afinados com as orientações do colegiado.

3.3 A proposta de reforma do currículo

Em 1980, cumprindo decisão do segundo seminário, o Grupo de Trabalho de Avaliação do Ensino de Arquitetura foi transformado em Comissão de Avaliação do Ensino - CAE²¹. Sendo uma comissão do colegiado de curso o seu âmbito de ação era o pedagógico; no entanto a CAE também articulou as ações necessárias para criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, objetivo que se colocava mais no âmbito administrativo.

No período 1980 a 1983, a Comissão de Avaliação do Ensino desenvolveu intensa atividade retomando os encaminhamentos apontados no

²⁰ A desvinculação entre direção administrativa e gestão pedagógica estava colocada no projeto de reforma universitária. A primeira está mais voltada às questões de controle e manutenção do espaço físico, instalações e gestão de pessoal das unidades de ensino. A coordenação pedagógica pode ser múltipla em uma mesma faculdade, escola ou instituto, trata das questões de aplicação dos currículos mínimos, seleção de conteúdos e distribuição de encargos de ensino entre os departamentos que participam de cada curso.

²¹ A CAE foi instituída através da Portaria nº 921/80, da Reitoria da UFPel, para elaborar “o novo currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo”.

segundo seminário. Elaborou os estudos para implantação de uma Faculdade de Arquitetura na UFPel, como parte integrante do processo de reformulação do estatuto da Universidade, e uma proposta de reforma curricular para o Curso de Arquitetura e Urbanismo, objetivo para a qual fora implantada.

A criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Sobre este processo não vamos nos deter neste estudo; mas, como ao nível do discurso, a criação da faculdade aparece vinculada com a questão curricular, registraremos as etapas deste processo. De fato, a reforma do currículo e a criação da faculdade constituíram processos separados com tempos diferentes de encaminhamento, não dependendo a reforma curricular da solução a ser dada à criação da faculdade, nem esta daquela. Mesmo assim, as justificativas apresentadas para empreender as duas ações condicionavam o pedagógico e o administrativo.

Em 1980, a Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo enviou um documento contendo subsídios à comissão de reformulação do regimento e do estatuto da Universidade, manifestando que a integração das diversas áreas que compõe o curso somente se verificaria com a organização em uma única unidade - a faculdade - de todos os docentes que participavam do funcionamento do curso. Lembrou que no funcionamento dos institutos, embora existindo disciplinas básicas comuns a vários cursos, já havia professores direcionando os conteúdos aos diversos cursos profissionalizantes. O documento sugeria, portanto, que esses professores passassem a integrar as faculdades.

Em 1982, a Comissão de Avaliação do Ensino juntamente com o Departamento de Arquitetura apresentou à comissão encarregada da elaboração do anteprojeto de reforma estatutária da UFPel²² um estudo que delineava a estrutura de uma Faculdade de Arquitetura, justificando que somente esta superaria os problemas de descoordenação acadêmica e pedagógica do ensino

²² Processo de revisão da estrutura acadêmica e organizacional da Universidade que ocorreu no início dos anos 80.

dando unidade de orientação aos conteúdos de formação. A faculdade teria uma estrutura organizada a partir de dois departamentos - Departamento de Fundamentos de Arquitetura e Departamento de Projetos de Arquitetura, e um núcleo de pesquisa e extensão. O Departamento de Fundamentos de Arquitetura reuniria matérias como matemática, física, teoria e história das artes, da arquitetura e do urbanismo, legislação profissional, economia, sociologia, conforto ambiental, sistemas estruturais, geometria, desenho e representação, constituindo as linhas de estudo das Ciências do Homem, das Ciências Exatas e Tecnologia, e da Expressão e Representação. O Departamento de Projetos de Arquitetura reuniria todas as atividades de projeto, incluindo os projetos de paisagismo, da edificação, do urbano e do rural, das estruturas e das instalações. O Núcleo de Pesquisa, Extensão e Experimentação - NUPEE estaria voltado para os objetivos de proporcionar a prática do canteiro de obras, desenvolvendo a pesquisa e a extensão em função do ensino e da aprendizagem e da vinculação da universidade com a comunidade.

Em 1984, o coordenador do curso designou uma comissão formada por professores e estudantes para elaborar um projeto de transformação do curso em faculdade. Na exposição de motivos do processo encaminhado ao Conselho Universitário à comissão justificou a necessidade de criação da Faculdade de Arquitetura dada à composição do colegiado constituída por professores de departamentos não vinculados ao curso, o que dificultava a solução dos problemas didáticos. No entanto, ressaltava que a proposta não se deteria na estrutura curricular, onde efetivamente poderia alterar a constituição do colegiado, mas que a alteração do curso para faculdade implicaria apenas na criação do cargo de direção. Mais razoável como justificativa, foi à menção aos critérios de distribuição de recursos entre as unidades da Universidade - faculdade, escolas e institutos - ao constatar que estas usufruem recursos que os cursos não dispunham.

Em 1985, o Conselho Universitário aprovou um conjunto de alterações no estatuto e no regimento da instituição. Dentre estas, foram

modificados o Artigo 53 do Estatuto e o Artigo 89 do Regimento Geral que relacionavam as faculdades e escolas da Universidade. A nova redação destes artigos transformava os cursos isolados em faculdades. O Conselho Federal de Educação aprovou a solicitação da Universidade. A Portaria nº 581 do Ministro da Educação criou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Faculdade de Engenharia Agrícola, a Faculdade de Nutrição, a Faculdade de Meteorologia e a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal de Pelotas²³.

A proposta de reforma do currículo

Em 1983, a CAE apresentou ao colegiado de curso o documento ‘Proposta Curricular para o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas’, concluído em outubro daquele ano, contendo o resultado parcial dos estudos efetuados desde o segundo semestre de 1980 para reforma do currículo²⁴. O estudo não propôs exatamente um novo currículo com a definição das seqüências de disciplinas, cargas horárias e pré-requisitos configurados numa grade curricular; na qualidade de relatório parcial apresentou princípios gerais para uma ampla reforma curricular a ser detalhada e implementada.

O objetivo central da reforma era a integração de disciplinas das três grandes áreas de estudo constituindo um núcleo de formação profissional com identidade própria à área da arquitetura e do urbanismo. Segundo o diagnóstico da CAE, o curso ainda estava fortemente vinculado às suas matrizes de origem na UFPel, pois grande parte das disciplinas profissionalizantes eram oferecidas pelas áreas de artes e agronomia. Para superar esta condição e implantar um novo currículo afinado com as idéias mais atualizadas para a formação do arquiteto, a proposta extinguiu todas as disciplinas que vinham sendo oferecidas, implantadas no currículo de 1978, e apontava as seguintes diretrizes gerais:

²³ Publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 1988.

²⁴ Conforme ata da 56ª reunião do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, realizada em 23 de dezembro de 1983.

- integrar conteúdos das disciplinas das três áreas do curso em novas seqüências com enfoque didático voltado para o ensino de arquitetura;
- concentrar disciplinas no ciclo profissionalizante e lotadas nos departamentos vinculados ao Curso de Arquitetura (na época da proposta, nos departamentos sugeridos no processo de criação da Faculdade de Arquitetura);
- reduzir o número de departamentos na constituição do curso;
- estruturar o currículo a partir da seqüência de projeto definida como ‘espinha dorsal do curso’, disciplina na qual se realizaria a síntese de conhecimentos do currículo;
- implantar métodos de ensino e elaborar recursos didáticos adequados ao conteúdo das novas disciplinas.

A integração pretendida implicava em transformações na composição do curso para superar as dificuldades de coordenação pedagógica. A nova estrutura curricular ampliava o período de profissionalização, reduzia o ciclo básico e o número de departamentos necessários para a oferta do curso, o que alterava a composição do colegiado. Estes dois objetivos, reduzir o ciclo básico e a composição do colegiado, estavam implícitos na proposta da CAE.

A estrutura curricular em três ramos de disciplinas não constituía propriamente uma novidade. Os currículos dos cursos de arquitetura desde o início dos anos 60 organizavam-se nas áreas de estudo de teoria-história, tecnologia e projeto. O currículo vigente do Curso de Arquitetura da UFPel também já estava parcialmente organizado desta forma, no entanto, as seqüências de disciplinas estavam fragmentadas em diferentes departamentos. Esta situação decorria em parte da classificação imprópria das matérias do currículo mínimo que definiu como básico conteúdo de caráter profissionalizante, e também do modo como foi interpretado e aplicado na Universidade. Assim, ocorreu que conteúdos de uma mesma matéria foram desdobrados em disciplinas lotadas na área básica e na área profissionalizante.

O estudo elaborado pela CAE quando manifestava a intenção de integrar conteúdos e disciplinas propunha outra interpretação para aplicação do currículo mínimo no desdobramento das matérias em disciplinas e da respectiva lotação destas nos departamentos. Pela proposta de reforma curricular a área de teoria e história reuniria as disciplinas teóricas e históricas da arquitetura e das artes, incluindo legislação, sociologia e economia, que vinham sendo ministradas por quatro departamentos, sendo três da área básica, em uma única seqüência de disciplinas profissionalizantes. A nova seqüência corresponderia ao desdobramento das matérias básicas Estética, História das Artes e, especialmente, da Arquitetura, e Estudos Sociais, e da matéria profissionalizante Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira. Aqui o sentido de integração implicava na transferência de conteúdos da área básica para a área profissionalizante. Já na área de tecnologia da construção, o sentido de integração era a reorientação do enfoque das disciplinas profissionalizantes oferecidas pelo Departamento de Engenharia Rural da Faculdade de Agronomia, algumas das quais integravam também o Curso de Engenharia Agrícola. As novas seqüências de disciplinas de estrutura, materiais e técnicas e conforto ambiental, seriam formatadas para o ensino de arquitetura. A área de projeto englobaria os conteúdos de plástica, projeto arquitetônico e planejamento urbano em uma nova seqüência de disciplinas estendendo-se ao longo dos dez semestres de duração do curso. Nesta área a integração de conteúdos ocorria entre as disciplinas do Departamento de Arquitetura ao reunir as seqüências anteriores de planejamento urbano e projeto arquitetônico.

A proposta indicava também a implantação de uma nova seqüência para a área de desenho e representação. Mantidas as disciplinas de Geometria Descritiva seriam extintas as disciplinas de Técnica de Representação Gráfica, Perspectiva e Sombras, e Desenho Arquitetônico, e seria implantada a seqüência de Representação e Expressão I, II e III, lotada no Departamento de Artes Visuais, abordando parte dos conteúdos das disciplinas extintas. Outros

conteúdos peculiares à área de representação seriam abordados nas novas disciplinas de projeto.

As disciplinas Introdução a Análise Matemática, Cálculo Diferencial e Integral, Estatística, e Geometria Descritiva seriam mantidas no currículo por corresponderem ao desdobramento de matérias básicas especificadas no currículo mínimo dos cursos de arquitetura. Como não se enquadravam adequadamente nas seqüências anteriores, foram classificadas na proposta como ‘disciplinas isoladas’, juntamente com Topografia de caráter profissionalizante, e mais as disciplinas complementares obrigatórias Estudos dos Problemas Brasileiros e Prática Desportiva.

Novos métodos de ensino e recursos didáticos seriam escolhidos a partir da definição dos conteúdos, tendo como princípios básicos à aprendizagem no fazer e o professor como um motivador da aprendizagem. Mesmo não tendo os conteúdos completamente definidos, pois apenas citou tópicos das ementas, a proposta apontava um princípio básico para definição dos métodos de ensino, o de que *“a aprendizagem está no fazer (...) Dessa forma o professor passa a ser encarado como um motivador da aprendizagem até como um recurso didático”*.

O estudo restringiu-se ao delineamento de um currículo mínimo que acompanhasse às orientações do novo currículo a ser aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Era intenção da CAE que o curso fosse oferecido nas 3600 horas mínimas estipuladas, assim como cumprir os percentuais mínimos e máximos destinados a cada área conforme indicação da ABEA. No entanto, a proposta previa a inclusão de dois conjuntos de disciplinas optativas que constituiriam o currículo pleno. O primeiro seria constituído por aquelas disciplinas que a Universidade já oferecia em suas outras unidades de ensino, e que por sua afinidade com a área de conhecimento da arquitetura e do urbanismo poderiam ser aproveitadas para aprofundar tópicos desenvolvidos pelo curso. O segundo grupo seria constituído por novas disciplinas a serem criadas pelo curso atendendo áreas de pré-especialização dentro de um enfoque regional respondendo a demandas do corpo discente.

3.4 A implantação da reforma curricular

Durante o ano de 1984, a proposta foi debatida no colegiado e detalhada pela CAE. A coordenação do curso solicitou o parecer dos departamentos para dar continuidade aos trabalhos da comissão disponibilizando a documentação sobre o projeto do novo currículo aos representantes. Era intenção da coordenação ter o novo currículo implantado em agosto de 1985 uma vez que o encerramento dos trabalhos da CAE estava previsto para junho.

Suspeitamos que naquele momento, a coordenação do curso pretendia efetivamente apenas o aval dos departamentos e não exatamente contribuições, pois a idéia original foi mantida conforme os delineamentos da proposta apesar das manifestações contrárias. A quantidade de disciplinas das novas seqüências e as ementas que constam no documento da CAE como proposta para discussão e detalhamento não diferem em nada do que foi posteriormente encaminhado e aprovado. Assim, suspeitamos também de que a CAE no momento em que levou a proposta ao colegiado e deu conhecimento aos departamentos já dispunha também das cargas horárias, pré-requisitos, número de créditos, em suma, de uma grade curricular definida.

O Departamento de Desenho foi o primeiro a se manifestar sobre a proposta curricular apresentando o seu parecer em março de 1984. Os relatores inicialmente manifestaram “*estranheza sobre o conteúdo da proposta curricular*”, alegando que continha assuntos de índole política e filosófica e poucas informações sobre o modelo curricular proposto. Manifestaram preocupação quanto à suposta aversão contida na proposta com relação às disciplinas do ciclo básico, quando no diagnóstico da situação do ensino menciona a dicotomia entre os ciclos básico e profissionalizante. Discordou da perspectiva de regionalização dos conteúdos do curso, quando a proposta enfatiza as características da região sul e em especial, da região de Pelotas. Lembrou que a Universidade atendia estudantes que procediam de outras regiões como também de outros países, e que, portanto, a contextualização das disciplinas à realidade

local limitaria as possibilidades de inserção no atual mercado de trabalho. Por outro lado, concordou com o princípio de integração e participação discente, mas demonstrou preocupação quanto à afirmação de que “*o professor passa a ser encarado como um motivador da aprendizagem*”. Os relatores consideraram a proposta “*radical e antididática*” por “*fazer pressupor a possibilidade maior de eliminação da figura do professor*”. Finalmente, os relatores omitiram-se de dar parecer sobre o mérito da proposta, alegando que os elementos apresentados eram insuficientes para possibilitar uma análise “*crítica, embasada e construtiva*”, questionando sobre a localização das atuais disciplinas, pré-requisitos, insuficiências das ementas e justificativa dos conteúdos dos programas, e indefinição de cargas horárias vinculadas aos conteúdos.

No segundo semestre, os departamentos de Matemática e Estatística, e de Física, também emitiram seus pareceres. Discordaram do critério de enquadramento como disciplinas isoladas para aquelas disciplinas não incluídas nas três áreas de estudo do curso, bem como a indefinição de pré-requisitos entre o ciclo básico e profissionalizante. Reclamaram da não participação dos professores da área de ciências exatas na elaboração da proposta de reforma curricular, e questionaram sobre a localização e enquadramento das disciplinas em vigor. Possivelmente a estes departamentos tenha ficado a imagem de que os trabalhos que vinham sendo realizados pela comissão de ensino buscavam uma adaptação ou ajuste de disciplinas, quando de fato propunham uma reestruturação do currículo do curso que implicava, necessariamente, na extinção de todas as disciplinas vigentes e na implantação de novas seqüências de disciplinas. Os departamentos da área básica de Ciências Sociais e Filosofia, de Sociologia e Política, e de Artes e Comunicação, que também integravam o curso não se manifestaram naquele ano. Os departamentos profissionalizantes de Engenharia Agrícola, de Engenharia Rural, de Arquitetura, a então Coordenação da Área de Tecnologia da Construção do Departamento de Arquitetura, e o Departamento de Artes Visuais apresentaram pareceres favoráveis ao estudo da CAE, incluindo sugestões de novos tópicos para as disciplinas propostas.

Em novembro de 1984, a comissão retomou os trabalhos de elaboração do currículo que haviam sido paralisados em função da troca de coordenador do curso. Em reunião do colegiado a CAE sugeriu a formação de três grupos que fariam estudos junto aos professores dos departamentos para ouvir suas posições. Os grupos corresponderiam às áreas de estudo do currículo²⁵. Este encaminhamento está na origem de uma sucessão de enfrentamentos que se desenrolariam no ano seguinte. Em primeiro lugar, porque os referidos grupos não se constituíram. A CAE continuou o trabalho de elaboração e detalhamento do novo currículo como já vinha sendo feito, sem a participação efetiva de outros membros além daqueles que foram designados por portaria. Isto era justificável, considerando o princípio regimental que assegura autonomia aos colegiados em assuntos curriculares²⁶. Em segundo lugar, porque os representantes dos departamentos no colegiado não demonstraram maior interesse na reformulação do currículo quando da retomada dos trabalhos, mesmo aqueles que antes reclamaram à ausência na elaboração da primeira proposta. Este desinteresse pelas condições em que vinha se realizando o ensino de arquitetura na Universidade já fora notado quando da realização do 2º Seminário em 1979. No documento final os participantes registraram a “*ausência e o desinteresse dos professores das áreas básicas*”. Mais tarde, estes professores argumentaram que os seus departamentos aguardavam a presença da CAE para colher as opiniões e sugestões cabíveis nos departamentos e não no fórum adequado que seria o próprio colegiado de curso reunido. Delineava-se assim, uma situação que envolvia conflitos nas relações de atribuição de competências e subordinação de decisões entre colegiado e departamentos. Por um lado, colocava-se a atribuição regimental que conferia competência aos colegiados e aos seus órgãos de assessoramento para coordenar e tomar decisões em matéria de ensino e especialmente de currículo; por outro lado, colocava-se a autonomia

²⁵ Conforme ata da 62ª reunião do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, realizada em 23 de novembro de 1984.

²⁶ UFPel - Regimento Geral da Universidade, Art. 126: “São atribuições dos Colegiados de Curso: IV elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa”.

dos departamentos refratários à autoridade do colegiado quando às decisões e o entendimento dos departamentos sobre o papel que lhes cabia na formação profissional eram discordantes, relativizando aquela autonomia.

Em maio de 1985, o colegiado de curso apreciou uma proposta de currículo mínimo para o Curso de Arquitetura e Urbanismo, constituída a partir das diretrizes definidas pela CAE. O conjunto de documentos apresentado detalhava as seqüências de disciplinas com as respectivas cargas horárias, número de créditos, pré-requisitos, ementas e conteúdos programáticos, e um quadro de equivalências entre as disciplinas novas e as que seriam extintas com a implantação do novo currículo. Os membros do colegiado concordaram que, num primeiro momento, a análise deveria centrar-se sobre o aspecto didático e quanto ao mérito da proposta, ficando os aspectos estruturais e administrativos para detalhamento e viabilização posterior. Por decisão do plenário, procedeu-se à análise por áreas de estudo e conjunto de disciplinas isoladas. Após os debates, a proposta curricular foi aprovada por maioria simples²⁷.

O próximo passo consistia na apreciação do estudo pelo COCEPE. O colegiado encaminhou o projeto do novo currículo em agosto de 1985, programando sua implantação para o primeiro período de 1986²⁸. A discussão da reforma curricular a partir deste ponto mereceria um capítulo à parte. A tramitação do currículo suscitou acaloradas discussões entre os representantes dos departamentos no colegiado, contrários às alterações propostas e à coordenação do curso, e entre a coordenação e o Conselho Coordenador do Ensino. Frente às solicitações do Conselho, as partes discordantes acrescentaram novos documentos no que resultou, ao final, em um processo com 268 páginas. No entanto, esta grande quantidade de documentos não foi decorrente do detalhamento da proposta, mas antes, do acirramento das posições sustentadas por cada uma das partes, até o impasse entre a coordenação e o Conselho na

²⁷ Conforme ata da 65ª reunião do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, realizada em 2 e 10 de maio de 1985.

²⁸ UFPel - Processo nº 23110.005877/85-53 - Reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

aprovação do currículo na sua forma original. Conseqüentemente, o processo de reforma do currículo foi arquivado em 1993 sem ter sido concluído. Vejamos os principais fatos no desenrolar dos acontecimentos desde quando a proposta foi apresentada ao COCEPE.

Ao receber a proposta do novo currículo o Conselho Coordenador do Ensino, como era de praxe, submeteu-o a Comissão de Graduação, órgão de assessoramento daquele Conselho. A Comissão de Graduação verificou os aspectos legais como o enquadramento da carga horária total entre o mínimo exigido pelo Conselho Federal de Educação e o máximo admitido pela Universidade e a inclusão de conteúdos correspondentes a todas as matérias do currículo mínimo, constatando que no novo currículo havia disciplinas básicas e profissionalizantes. O mérito do currículo como proposta de ensino não foi analisado apesar de ter sido percebido que conteúdos das áreas básicas estavam sendo transferidos para as novas disciplinas profissionalizantes. Os conselheiros argumentaram que a Comissão nunca fora solicitada a fazer este tipo de análise nos processos de modificação curricular e que a adequação neste sentido era da competência dos colegiados. A Comissão de Graduação lembrou que em ocasiões anteriores haviam sido aprovadas reformas curriculares que ocasionaram problemas de disponibilidade docente, assim para evitar que esta situação se repetisse, recomendou ao Conselho que antes de aprovar a proposta do Colegiado do Curso de Arquitetura os departamentos envolvidos na reforma se manifestassem considerando que caberia a estes departamentos ministrar as novas disciplinas.

Em dezembro de 1985, o processo retornou ao colegiado de curso para colher junto aos departamentos a disponibilidade docente para ministrar as novas disciplinas. Nesta oportunidade os departamentos contrários à reforma tentaram rever o processo questionando o currículo proposto nos seus fundamentos.

Já mencionamos que a proposta foi aprovada no colegiado sem contar com a unanimidade dos departamentos que naquele momento constituíam o curso. Entre estes, o Departamento de Desenho sempre declarou seu voto

contrário e foi o único a expressar sua posição por escrito em documentos levados ao colegiado, mas que apesar de terem sido sempre divulgados, não encontraram repercussão entre os demais representantes. Mesmo assim este departamento teve papel destacado nos desdobramentos posteriores. Quando o processo retornou ao colegiado, a direção do Instituto de Física e Matemática encaminhou ao presidente do COCEPE uma exposição de motivos do Departamento de Desenho, aprovada pelo conselho departamental²⁹, criticando a forma como a proposta havia sido encaminhada e expondo sua posição a respeito das disciplinas de desenho. Este documento é de inestimável valor para a história do ensino de arquitetura na UFPel. Em oito páginas, anexando atas e pareceres, resgatou a seqüência de fatos que se sucederam desde quando a primeira proposta curricular elaborada pela CAE foi apresentada ao colegiado, em dezembro de 1983, e as discussões e encaminhamentos que se sucederam no detalhamento da proposta³⁰. Em síntese o documento solicitava que o debate sobre o mérito da proposta fosse retomado no colegiado de curso e na hipótese de que isto não viesse a ocorrer, apelava ao COCEPE para que os conteúdos das disciplinas Desenho Arquitetônico e Perspectiva e Sombras, “*eminentemente pertencentes ao título mais amplo DESENHO*”, fossem sempre lotados “*seja qual for o título da(s) disciplina(s) que a contempla(m), no Departamento que ora subscreve*”³¹. Finalmente, reclamava que o colegiado não estava cumprindo a determinação do Conselho de que o processo fosse enviado aos departamentos para colher suas manifestações.

No começo de 1986, à coordenação do curso dirigiu-se a todos os departamentos envolvidos com a reforma para que se manifestassem a respeito da solicitação do COCEPE. Os departamentos de Artes Visuais, Física, Arquitetura, Tecnologia das Construções, Engenharia Agrícola, e Engenharia Rural, favorável

²⁹ UFPel - Instituto de Física e Matemática. Ofício n° 67/85, em 18 de dezembro de 1985, do Gabinete do Diretor do IFM.

³⁰ O dossiê encaminhado ao Presidente do COCEPE pela direção do Instituto de Física e Matemática, totaliza 43 páginas constituindo o Anexo 1 do Processo n° 23110.005877/85-53.

³¹ UFPel/IFM/DD - Ofício s/n°, em 18 de dezembro de 1985.

à reforma atenderam a solicitação do colegiado disponibilizando carga horária docente. Os departamentos de Sociologia e Política, Artes e Comunicação, e de Ciências Sociais e Filosofia que até então não haviam se pronunciado por escrito sobre o mérito da proposta, quando instados a se manifestar sobre a disponibilidade docente, alegaram desconhecer a decisão do COCEPE, que estava expressa nos ofícios encaminhados pela coordenação do curso, e solicitaram vistas ao processo. O Departamento de Artes e Comunicação, que ministrava as disciplinas Elementos de Linguagem Estética e História da Arquitetura, alegou desconhecer o conteúdo e a carga horária das novas disciplinas propostas.

O colegiado de curso não remeteu o processo aos departamentos disponibilizando-o na coordenação para que os interessados acrescentassem seus pareceres, o que não aconteceu, pois os departamentos descontentes esperavam que o processo lhes fosse encaminhado amparado pela decisão do COCEPE. Mais tarde, um dos conselheiros, na época pró-reitor de pesquisa, reconheceu que o Conselho cometera um equívoco ao determinar que o colegiado encaminhasse o processo aos departamentos que pela proposta seriam excluídos da composição do curso, pois não teriam de responder pela oferta de disciplinas de um curso do qual não mais participariam. Este pró-reitor também declarou que a decisão de abrir espaço para manifestação dos departamentos após a aprovação do mérito da proposta pelo colegiado não era unânime entre os conselheiros. De qualquer forma, em fevereiro daquele ano, o vice-reitor determinou que o coordenador do curso fizesse cumprir a resolução do Conselho de que o processo fosse enviado aos departamentos. A coordenação do curso manteve sua posição; os departamentos refratários às mudanças não se manifestaram, e o processo de reforma do currículo chegou a um impasse. Daqui para frente, a discussão escapou completamente do âmbito pedagógico e passou para um embate entre a Coordenação do Curso, o Conselho Superior e alguns departamentos contrários às mudanças pretendidas. Sucederam-se vários ataques pessoais entre o coordenador do curso, os membros do COCEPE e as chefias de departamento,

cuja narrativa é dispensável, mas que revelam um processo de medição de forças dentro da hierarquia de organização da Universidade na disputa pelo poder acadêmico. Cabe apenas registrar que a coordenação do curso recebeu uma importante manifestação de apoio que evidenciava a sintonia da proposta curricular com as diretrizes dos especialistas da área de ensino da arquitetura, e com os processos mais amplos, que se desenvolvia naquele momento, de revisão dos princípios da reforma universitária³².

Em outubro de 1986, o coordenador da Comissão de Especialistas de Arquitetura e Urbanismo, professor Edgar Albuquerque Graeff, dirigiu-se ao reitor da UFPel professor Ruy Barbedo Antunes para felicitar a Universidade pelo caráter inovador da proposta e manifestar apoio à reformulação do currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

“[...] esta Comissão examinou com grande interesse a proposta de reformulação do Currículo Pleno do Curso de Arquitetura dessa Universidade. A rigor, entre as dezenas de projetos apresentado ao Programa Nova Universidade, os que vieram da escola de arquitetura de Pelotas estão entre poucos que realmente envolviam uma intenção inovadora. A CEAU não se limitou a recomendar a SESu que fosse concedido o apoio solicitado, ela sugeriu ainda, que o MEC assumisse o patrocínio do desenvolvimento da reformulação do curso nos próximos cinco anos, como uma experiência piloto de ensino integrado, oferecendo-lhe apoio técnico e eventualmente financeiro³³”.

Esta manifestação de apoio foi levada ao conhecimento do COCEPE. Na ocasião, o Conselho reconheceu que a demora na implantação do novo currículo estava prejudicando o Curso de Arquitetura e Urbanismo, que este atraso decorria da falta de professores e também da negligência de alguns departamentos da área básica que não se pronunciaram no devido tempo sobre a

³² O projeto Nova Universidade, instituído pelo MEC em 1986, foi instaurado com o objetivo de avaliar os resultados da reforma universitária e seus efeitos nas instituições, buscando a formulação de novas políticas para o ensino superior. O projeto indicava algumas áreas de interesse para avaliação como a aplicação do ciclo básico e inter-relacionamento com o ciclo profissionalizante, estruturas curriculares e funcionamento da estrutura departamental (**Uma nova política para a Educação Superior** – Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Relatório Final – MEC. Novembro de 1985).

³³ MEC/SESu/SDE/CEAU - Ofício nº 04/86, em 14 de outubro de 1986.

reforma curricular; que o enfrentamento entre os colegiados de curso e os departamentos era uma situação que vinha se repetindo, pois “*os departamentos que não fazem parte da unidade que oferece o curso, priorizam os interesses de suas unidades de origem aos dos colegiados*”³⁴. Porém, nem mesmo a possibilidade de destinação de recursos à Universidade demoveu os departamentos contrários à reforma ou alterou a posição do Conselho junto a coordenação. Mesmo reconhecendo que esta era uma situação que se repetia com prejuízos maiores para a Universidade, como a perda dos recursos destinados na mesma época para a construção do hospital escola e do ginásio poliesportivo, o COCEPE, a exemplo do Conselho Universitário no caso da utilização da área da Faculdade de Medicina, não resolveu às diferenças de opiniões.

A proposta do novo currículo da maneira como foi encaminhada originalmente ao COCEPE, não foi aprovada. O Colegiado do Curso resolveu então dividir a proposta por área de estudo, remetendo-as separadamente como se fossem três alterações diferentes da anterior. As alterações parciais, no entanto, manteve integralmente as disciplinas propostas anteriormente, a exceção da área de projeto em que foi excluída a proposta relativa à área de representação e expressão. Ainda em 1986, quando a discussão da reforma integral não havia se esgotado, começaram a tramitar as reformas setoriais.

As reformas setoriais do currículo

Em reunião do Colegiado do Curso realizada em fevereiro de 1986, o Departamento de Tecnologia da Construção solicitou destaque para encaminhar a reforma setorial da área de Tecnologia da Construção que, caso fosse aprovada, seria implantada no segundo semestre daquele ano. O pedido justificava-se em virtude da área não depender de nenhum outro departamento para o oferecimento das disciplinas profissionalizantes propostas, e também porque contava com o

³⁴ Conforme ata da Reunião 13/86 do COCEPE, em 18 de dezembro de 1986.

apoio dos Departamentos de Física e de Engenharia Rural, que teriam disciplinas extintas com a implantação da reforma parcial³⁵.

Submetido à Comissão de Graduação do COCEPE, o processo recebeu parecer contrário a qualquer aprovação parcial uma vez que o novo currículo do curso ainda aguardava decisão que seria pautada nas manifestações dos departamentos envolvidos com o currículo em vigência e a ser implantado. Ao final do ano o processo foi novamente encaminhado com parecer do Departamento de Tecnologia da Construção sobre a viabilidade de implantação da reforma setorial. Este parecer rebatia a manifestação do conselheiro da Comissão de Graduação que argumentou sobre a impossibilidade de implantação da reforma parcial, pois entendia o conselheiro que as novas disciplinas propostas na reforma ampla, apresentavam como pré-requisitos disciplinas ainda inexistentes, pois “*estas somente existiriam se e quando for aprovada a proposta ampla*”³⁶. As disciplinas propostas na reforma parcial não implicavam na oferta de outras disciplinas do novo currículo que não fossem as da própria seqüência que se pretendia implantar. Assim, mesmo que a reforma ampla não fosse aprovada esta área do currículo poderia ser alterada, pois os pré-requisitos necessários estariam todos contemplados dentro da nova seqüência de disciplinas básicas e profissionalizantes, conferindo autonomia à reforma parcial em relação ao novo currículo como um todo. O parecer do Departamento de Tecnologia da Construção afirmava não ter encontrado nos motivos citados pela Comissão de Graduação “*uma impossibilidade lógica*” para implantação da reforma setorial pretendida. Ao ser novamente submetido ao plenário do Conselho à proposta de reforma parcial foi aprovada apesar da Comissão de Graduação ter reiterado seu parecer anterior contrário a qualquer alteração que antecederesse a decisão sobre o mérito da reforma curricular como um todo.

³⁵ Conforme ata da 70ª reunião do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, em 6 de fevereiro de 1986.

³⁶ UFPel - Processo nº 23110.000860/86-54. Reforma Setorial - Área de Tecnologia do Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Como a proposta de reforma setorial previa a extinção da disciplina básica Estatística e a implantação da disciplina profissionalizante Pesquisa Tecnológica com conteúdos daquela, o Conselho atendendo solicitação da Pró-Reitoria de Graduação remeteu o processo ao Departamento de Matemática e Estatística para que se manifestasse sobre a disponibilidade docente para assumir a nova disciplina. O Departamento de Matemática respondeu que o atendimento de cursos isolados além de ineficiente e desnecessário colidia com os princípios estabelecidos pela reforma universitária, pois considerava inadequados o conteúdo e a carga horária, não concordando com a localização “*de uma disciplina que pretende ensinar Estatística fora de um departamento que possui o direito e o dever de lecioná-la*”. Por isso, entendia que a questão principal não era propriamente de disponibilidade docente para ministrar a disciplina, mas antes do próprio mérito da proposta de reforma curricular que afetava “*o relacionamento entre os departamentos que compõem os institutos básicos e os colegiados de curso*”, motivo pelo qual se negava o departamento a indicar um professor da área para ministrar Pesquisa Tecnológica. Esta posição foi sustentada quando o COCEPE reiterou a solicitação de disponibilidade docente para atender a nova disciplina. Diante da segunda negativa o Conselho deu por encerrado o processo determinando que a Secretária Geral dos Cursos tomasse as providências cabíveis. Estava, por fim, implantada a primeira parte da reforma do currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, que passou a vigorar no primeiro semestre de 1987.

A segunda proposta de reforma parcial do currículo foi encaminhada em novembro de 1987 atingindo a área de Teoria e História da Arquitetura. Na exposição de motivos o coordenador do colegiado de curso ressaltou que os departamentos de Arquitetura, Artes e Comunicação, Sociologia e Política, e Ciências Sociais e Filosofia, envolvidos na reforma, haviam participado na elaboração das ementas e do quadro de equivalências de disciplinas dispondo-se,

inclusive, a ceder professores para ministrar as novas disciplinas³⁷. Era desejo do colegiado ter implantado esta reforma no segundo semestre de 1988. Como das outras vezes o processo foi encaminhado inicialmente a Comissão de Graduação que manifestou nada ter a opor a reforma pretendida. O Conselho, diante deste parecer, aprovou a reforma setorial da área de Teoria e História, que foi implantada no segundo semestre de 1988.

Em setembro de 1988, o colegiado encaminhou a reforma setorial da área de Projeto³⁸. Como nos casos anteriores o processo foi inicialmente submetido à Comissão de Graduação que após ter verificado as equivalências e ementas das novas disciplinas emitiu parecer favorável à solicitação do colegiado, tendo sido aprovada pelo COCEPE em novembro do mesmo ano. Assim, após um longo processo de tramitação a reforma do currículo foi finalmente concluída em 1989 com a implantação da terceira e última reforma setorial.

As novas disciplinas profissionalizantes foram implantadas em três seqüências integradas no Departamento de Tecnologia da Construção e no Departamento de Arquitetura. Em que pese o sentido manifesto na defesa deste modelo curricular e os argumentos apresentados por todas as partes envolvidas, argumentos estes que aparentemente sugeriam preocupações de ordem pedagógica na avaliação e quanto aos resultados de sua aplicação, o que efetivamente estava em discussão era a transferência de conteúdos de disciplinas que vinham sendo oferecidas pela área básica para a área profissionalizante. Isto implicava na perda de encargos de ensino para os departamentos que, com esta transferência de conteúdos, seriam excluídos ou teriam sua participação diminuída no curso. Esta posição, no entanto, não foi unânime.

O Departamento de Artes Visuais concordou que os conteúdos básicos de Plástica fossem incorporados na seqüência de Projeto, embora discordasse do princípio desta integração. Já os departamentos de Ciências Sociais e Filosofia do

³⁷ UFPel - Processo nº 23110.005500/87-57. Reforma setorial.

³⁸ UFPel - Processo nº 23110.005312/88-28. Reforma Setorial 3 - Área de Projeto.

Instituto de Ciências Humanas, e de Sociologia e Política do Instituto de Sociologia e Política, discordaram de que os conteúdos de suas disciplinas Economia I e Sociologia I, respectivamente fossem incorporados nas novas disciplinas profissionalizantes Teoria e História da Arquitetura V e VII. Também o Departamento de Desenho foi contrário à proposta como um todo, questionando o mérito pedagógico, quando de fato a preocupação quanto aos resultados da reforma era a extinção das disciplinas Desenho Arquitetônico e Perspectiva e Sombras. Estes departamentos manifestaram-se discordando de uma aplicação do currículo mínimo que reinterpretasse o conceito de matéria básica, argumentando que contrariava os princípios legais da reforma universitária e defendendo a manutenção das disciplinas nos departamentos de origem quando da implantação do curso.

O Conselho Coordenador do Ensino, por sua vez, pautou-se exclusivamente por princípios de natureza administrativa e burocrática, pois em todo o processo não há qualquer menção a critérios pedagógicos, didáticos ou a existência de projeto institucional para o ensino de graduação que servisse de referência para avaliar o mérito da proposta. Seguindo as orientações da Reitoria, cuidou para que as modificações curriculares com a inclusão de novas disciplinas não ampliassem o quadro docente da Universidade. Desta forma, submeteu o processo à opinião dos departamentos que opinaram a partir de seus particulares interesses de ensino, portanto com visão fragmentada sobre a formação do profissional arquiteto, retardando a implantação do novo currículo. Assim, quando o colegiado de curso apresentou a mesma proposta curricular fracionada por áreas de estudo, o Conselho aprovou-a rapidamente deixando a proposta integral cair no esquecimento. Esta foi a forma encontrada para viabilizar a reforma do currículo. De seus resultados efetivos nos ocuparemos a seguir.

OS CURRÍCULOS DO CAU/UFPel E A AVALIAÇÃO DA REFORMA CURRICULAR

Após havermos exposto o processo de implantação e evolução do ensino de arquitetura na UFPel, vamos nos deter nesta parte do estudo na análise das grades curriculares e na avaliação da reforma curricular.

Para facilitar a análise, elaboração e síntese dos dados, os currículos foram transcritos padronizando-se a apresentação das grades curriculares. O total de horas-aula programado em cada semestre foi anotado ao final de cada subdivisão, e ao final de cada currículo, resumimos a carga horária total discriminando as parcelas correspondentes ao currículo mínimo - ciclo básico e ciclo profissionalizante - e o equivalente às disciplinas complementares. As transcrições dos currículos constituem o Anexo B.

4.1 Os currículos do curso

Neste item vamos detalhar as modificações entre os currículos do curso. As grades curriculares foram comparadas por ordem de implantação, semestre a semestre, e relacionadas com as atas do colegiado de curso.

O primeiro currículo foi implantado em 1975. Como vimos resultou de um plano curricular elaborado por um grupo de arquitetos nomeados pelo diretor do Instituto de Artes. Nos anos seguintes, pequenos ajustes foram incluídos resultando nos currículos implantados em 1976 e 1977. Estes três currículos diferem entre si, basicamente, pelo critério de classificação das disciplinas Estática, Topografia, Materiais de Construção, Sociologia Geral e Urbana, Trabalho de Diplomação e Estudo dos Problemas Brasileiros, entre os ciclos

básico e profissionalizante. No primeiro currículo a disciplina Estática, Topografia e Materiais de Construção, oferecidas pelo Departamento de Engenharia Rural foram classificadas como disciplinas do ciclo básico. No currículo seguinte esta classificação foi alterada. Além disso, também foi implantada a disciplina Estética V, oferecida do primeiro semestre de 1977 ao primeiro semestre de 1978, no lugar de Estética IV, oferecida do primeiro semestre de 1975 ao primeiro semestre de 1976. O terceiro currículo alterou novamente a classificação das disciplinas. A disciplina Trabalho de Diplomação, com carga horária de 240hs no primeiro e segundo currículos, passou a denominar-se Trabalho de Graduação, e teve a carga horária reduzida para 210hs. Com a extinção do Departamento de Economia e Finanças as disciplinas Introdução à Economia, e Sociologia Gerais e Urbanas, incluídas no currículo do Curso de Arquitetura, passaram a ser oferecidas pelo Departamento de Ciências Sociais e Filosofia.

Nestes currículos foram incluídas dez disciplinas complementares obrigatórias de Prática Desportiva, totalizando 300hs¹. Estudo dos Problemas Brasileiros I e II totalizando 60hs e Trabalho de Graduação foram consignadas como disciplinas dos ciclos básico e profissionalizante respectivamente, integrando o currículo mínimo do curso. No entanto, estas disciplinas não correspondiam ao desdobramento de matérias do currículo mínimo, mesmo assim foram incluídas nos ciclos básico e profissionalizante para totalizar a carga horária mínima de 3600hs necessárias para a graduação em arquitetura e urbanismo.

¹ As disciplinas Estudo dos Problemas Brasileiros I e II e a atividade de Prática Desportiva foram incluídas como disciplinas complementares obrigatórias em todos os currículos dos cursos de graduação oferecidos pela UFPel até 1990. Estudo dos Problemas Brasileiros - EPB foi incluída com duas disciplinas de 30hs semestrais cada uma. A Prática Desportiva teve sua carga horária total variável durante o período de vigência, abrangendo no início todos os semestres de duração dos cursos, até ser reduzida para dois semestres. A inclusão destas disciplinas e atividades atendia ao que dispunha o Art. 40 da Lei n° 5540/68, que determinava que as instituições de ensino superior estimulariam as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais.

O currículo de 1977 assinalou as disciplinas por ciclo atendendo ao que dispunha o guia acadêmico da Universidade. Naquele currículo os códigos das disciplinas foram acompanhados por letras que identificavam o ciclo ao qual pertenciam: B para disciplinas do ciclo básico e P para disciplinas do ciclo profissionalizante. Também no currículo de 1977, as disciplinas complementares e outras oferecidas por departamentos técnico-profissionalizantes foram incluídas no ciclo básico como se pode observar no Quadro 2².

QUADRO 2
CLASSIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS NOS CURRÍCULOS 1975, 1976, 1977 e 1978

DEPTO.	DISCIPLINA	1975	1976	1977	1978
0000	Prática Desportiva	compl. (10x) 300hs.	compl. (10x) 300hs.	compl. (10x) 300hs.	compl. (8x) 240hs.
0600	EPB	básico (2x) 60hs.	básico (2x) 60hs.	básico (2x) 60hs.	compl. (2x) 60hs.
0700	Sociologia Geral e Urb.	profissional. 45hs.	básico 45hs.	básico 45hs.	EXTINTA
1200	Trabalho de Graduação	profissional. 240hs.	profissional. 240hs.	profissional. 210hs.	compl. 210hs.
1900	Estática (1)	básico 60hs.	básico 60hs.	básico 60hs.	EXTINTA
1900	Topografia (2)	profissional. 60hs.	básico 60hs.	básico 60hs.	profissional. 60hs.
1900	Materiais de Construção	profissional. 60hs.	profissional. 60hs.	básico 60hs.	profissional. 60 s.

(1) A disciplina Estática correspondia ao desdobramento da matéria profissionalizante Estabilidade das Construções.

(2) Topografia não correspondia ao desdobramento das matérias incluídas na Resolução nº 3/69; nesta condição poderia ter sido classificada como disciplina complementar.

O quarto currículo foi implantado em 1978. Estava constituído por disciplinas implantadas no início do curso e novas disciplinas que resultaram da fusão das seqüências anteriores. Em relação ao currículo anterior, extinguiu 15 disciplinas, sendo sete do ciclo básico e oito do profissionalizante totalizando

² Nos currículos implantados em 1975 e 1976 a definição das disciplinas incluídas nos ciclos foi feita a partir do resumo da carga horária anotado na página de apresentação do currículo.

660hs e implantou 17 novas disciplinas, sendo cinco no ciclo básico e doze no profissionalizante totalizando 780hs. Entre as disciplinas mantidas dez foram reposicionadas na seqüência dos semestres. Alterou a carga horária das disciplinas de Plástica, Técnica de Representação Gráfica, e Introdução a Análise Matemática. A partir do currículo implantado em 1978, a classificação das disciplinas por ciclos passou a atender ao que dispunha o Regimento Geral da Universidade recentemente aprovado. As disciplinas desdobradas de matéria básica e, portanto, lotada nos departamentos vinculados aos institutos constituíam o ciclo básico. As disciplinas desdobradas das matérias profissionalizantes, oferecidos por departamentos vinculados às faculdades constituíam o ciclo profissionalizante.

Em 1981, a disciplina complementar de Prática Desportiva foi reduzida de oito para dois semestres. Esta redução alterou todos os currículos dos cursos de graduação da Universidade uma vez que decorreu de modificação na legislação do ensino superior. A carga horária das demais disciplinas do currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Estudo dos Problemas Brasileiros e Trabalho de Graduação permaneceram inalteradas. Com a redução de 180hs a carga horária do currículo pleno passou para 3930hs.

Os currículos implantados em 1984 e 1985 decorreram de mudanças na estrutura acadêmica da Universidade. Em 1984, o Departamento de Engenharia Rural transferiu as 16 disciplinas de tecnologia da construção que eram ministradas aos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e Engenharia Agrícola para os departamentos de Arquitetura, e Engenharia Agrícola. Na época, os professores responsáveis pela oferta das disciplinas optaram pelo departamento para o qual foram transferidos. O Departamento de Engenharia Agrícola recebeu as disciplinas Sistemas Estruturais Isostáticos, Resistência dos Materiais e Estruturas de Concreto Armado I e II. O Departamento de Arquitetura incorporou as disciplinas Introdução ao Conforto Ambiental, Conforto Ambiental I, II e III, Materiais de Construção, Técnica da Construção I e II, Análise das Estruturas I e II, Estabilidade das Construções, Estrutura em Aço e Madeira, e Prática

Profissional - Especificações e Custos. Junto com as disciplinas o departamento recebeu nove professores anteriormente lotados na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Ainda neste currículo a disciplina Sociologia I oferecida pelo Departamento de Ciências Sociais e Filosofia passou a ser ministrada pelo Departamento de Sociologia e Política.

Em 1985, os departamentos de Estudos de Arte, Letras e Comunicação - DEALC e de Arquitetura foram desdobrados. O primeiro originou o Departamento de Letras e o Departamento de Artes e Comunicação, ambos vinculados ao Instituto de Letras e Artes. O Departamento de Arquitetura foi desdobrado nos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, e Tecnologia da Construção, ambos vinculado à unidade Curso de Arquitetura e Urbanismo³. No Quadro 3 estão relacionados os departamentos que participaram da composição do curso. As disciplinas Elementos de Linguagem, Estética e História das Artes I, II e III, e História da Arquitetura I e II, anteriormente ministradas pelo DEALC foram lotadas no Departamento de Artes e Comunicação. As doze disciplinas e os docentes do Departamento de Engenharia Rural que haviam sido transferidos para o Departamento de Arquitetura no ano anterior passaram a constituir o Departamento de Tecnologia da Construção. Estas modificações caracterizaram o sétimo currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Em 1987 foi implantado o oitavo currículo do curso promovendo a primeira reforma setorial. A reforma da área de tecnologia da construção extinguiu 21 disciplinas lotadas nos departamentos de Física, Matemática e Estatística, Engenharia Rural, Engenharia Agrícola e de Tecnologia da Construção, totalizando 1230hs. As disciplinas do ciclo básico Introdução a Análise Matemática, Cálculo Diferencial e Integral, e Física foram substituídas por Cálculo Diferencial com Geometria Analítica, Cálculo Integral, e Fundamentos de Física I e II. Na área profissionalizante implantou 18 novas

³ UFPel - Portaria nº 434 da Reitoria, em 26 de julho de 1984. A exposição de motivos que justificava a criação do novo departamento ressaltava a necessidade de reorganizar as estruturas 'administrativa e didático-científica' do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

disciplinas no Departamento de Tecnologia da Construção, totalizando 930hs, entre as quais a disciplina Pesquisa Tecnológica que incorporava conteúdos de Estatística. A disciplina Topografia II passou a denominar-se Topografia. Com a implantação da reforma setorial da área de tecnologia da construção o Departamento de Engenharia Agrícola deixou de oferecer disciplinas ao Curso de Arquitetura e Urbanismo.

QUADRO 3 DEPARTAMENTOS QUE CONSTITUÍRAM O CAU

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UNIDADE
0000	Departamento de Ginástica e Saúde	Escola Superior de Educação Física - ESEF
0600	Departamento de Estudos Brasileiros	Instituto de Ciências Humanas - ICH
0700	Departamento de Economia e Finanças (1)	Instituto de Ciências Humanas - ICH
0700	Departamento de Ciências Sociais e Filosofia	Instituto de Ciências Humanas - ICH
0800	Departamento de Desenho	Instituto de Física e Matemática - IFM
0900	Departamento de Física	Instituto de Física e Matemática - IFM
1000	Departamento de Matemática e Estatística	Instituto de Física e Matemática - IFM
1100	Departamento de Artes Visuais (2)	Instituto de Letras e Artes - ILA (3)
1200	Departamento de Arquitetura e Urbanismo (4)	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAUrb
1300	Departamento de Estudos de Arte, Letras e Comunicação	Instituto de Artes – IA
1900	Departamento de Engenharia Rural	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – FAEM
5600	Departamento de Sociologia e Política	Instituto de Sociologia e Política - ISP
5700	Departamento de Engenharia Agrícola	Faculdade de Engenharia Agrícola - FEA
5900	Departamento de Artes e Comunicação	Instituto de Letras e Artes - ILA
6200	Departamento de Tecnologia da Construção	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAUrb

(1) Departamento extinto em 1976.

(2) Na origem Departamento de Artes Plásticas.

(3) Na origem Instituto de Artes.

(4) Na origem Departamento de Arquitetura.

No primeiro semestre de 1988 foi implantado o nono currículo do curso adaptando a estrutura curricular vigente desde 1978 as alterações parciais introduzidas na reforma setorial da área de tecnologia da construção. Modificou

os pré-requisitos das disciplinas Economia I, Sociologia I, Evolução Urbana, e Prática Profissional - Legislação e Organização do Trabalho.

A segunda reforma setorial, implantada em 1988, alterou a área de teoria e história da arquitetura. Extinguiu 15 disciplinas entre básicas e profissionalizantes lotadas nos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e Filosofia, Sociologia e Política, e Artes e Comunicação, totalizando 675hs. O ciclo básico foi reduzido em 180hs e o profissionalizante ampliado em 495hs. Este acréscimo de carga horária no ciclo profissionalizante de quase três vezes ao que foi reduzido no ciclo básico, deveu-se à incorporação no ciclo profissionalizante de 210hs da disciplina complementar Trabalho de Graduação, que passou a constituir a seqüência de disciplinas Projeto I ao X. Implantou uma única seqüência de nove disciplinas profissionalizantes denominadas Teoria e História da Arquitetura no Departamento de Arquitetura e Urbanismo com 720hs. Esta reforma provocou maiores alterações na estrutura acadêmica do curso do que a anterior, pois além de extinguir disciplinas básicas excluiu os departamentos de Artes e Comunicação, Ciências Sociais e Filosofia, e Sociologia e Política da constituição do curso.

Em 1989, foi implantada a reforma setorial da área de projeto caracterizando o décimo primeiro currículo. Foram extintas 13 disciplinas, entre básicas e profissionalizantes, lotadas nos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, e Artes Visuais totalizando 1425hs, e implantadas doze disciplinas profissionalizantes lotadas no Departamento de Arquitetura e Urbanismo com 1530hs constituindo a seqüência de Projeto I ao X, mais as disciplinas Paisagismo e Seminário de Diplomação. Alterou a posição das disciplinas Física I e II e Conforto Ambiental I na seqüência dos semestres.

Os currículos implantados em 1990 e 1991 ajustaram a carga horária de disciplinas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo consolidando a reforma curricular. O décimo segundo currículo, implantado em 1990, alterou a carga horária das disciplinas Teoria e História da Arquitetura IV e V de 90hs para 60hs, Teoria e História da Arquitetura VI e VII de 120hs para 90hs, e Teoria e

História da Arquitetura VIII e IX de 60hs para 45hs reduzindo em 150hs a área de teoria e história. O décimo terceiro currículo, implantado em 1991, alterou a carga horária semestral das disciplinas Projeto V, VI, VII, VIII, e IX de 180hs para 150hs reduzindo em 150hs a área de projeto. As disciplinas complementares obrigatórias Estudo dos Problemas Brasileiros e Prática Desportiva foram tornadas optativas. O colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo decidiu excluí-las do currículo ficando, a partir de então, o currículo mínimo do curso igual ao currículo pleno, com 3675hs e 52 disciplinas, todas obrigatórias.

O décimo quarto currículo implantado em 1992 desdobrou a carga horária e o conteúdo da disciplina Pesquisa Tecnológica que passou a ser oferecida com 30hs, e incluiu a disciplina Introdução a Pesquisa Tecnológica, também com 30hs. O décimo quinto currículo, implantado em 1993, incluiu a disciplina optativa Projeto Auxiliado por Computador.

Em 1996 e 1997 foram implantados o décimo sexto e o décimo sétimo currículos do CAU/UFPel adaptando o curso às novas diretrizes curriculares para o ensino de arquitetura e urbanismo⁴. O currículo implantado em 1996 extinguiu as disciplinas do ciclo básico Fundamentos de Física I e II, Cálculo Diferencial com Geometria Analítica, e Cálculo Integral totalizando 255hs, e a disciplina optativa Projeto Auxiliado por Computador. Implantou a disciplina Física Aplicada à Arquitetura, e Matemática Aplicada à Arquitetura com conteúdos direcionados à formação do arquiteto. No ciclo profissionalizante foram extintas as disciplinas Introdução a Pesquisa Tecnológica, Pesquisa Tecnológica, Conforto Ambiental I - Sistemas Bioclimáticos, e Teoria e História da Arquitetura IX, totalizando 135hs. Implantou as disciplinas Métodos e Técnicas de Pesquisa, Sistemas Bioclimáticos, Práticas Topográficas para Projetos, Estética e História das Artes, Planejamento Regional, e Informática Aplicada à Arquitetura I e II, totalizando 300hs. Alterou a ementa da disciplina Projeto II. O currículo de 1997 alterou o nome das disciplinas lotadas no Departamento de

⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Portaria n° 1770, em 21 de dezembro de 1994.

Arquitetura e Urbanismo atendendo sugestão da CEAU e ABEA para padronizar os currículos das escolas de arquitetura do país. Assim, a seqüência de Projeto I ao VII passou a denominar-se Projeto Arquitetônico e Urbanístico I ao VII, Projeto VIII passou a denominar-se Técnicas Retrospectivas - Projeto Arquitetônico e Urbanístico, Projeto IX passou a denominar-se Projeto Arquitetônico e Planejamento Urbano, e Projeto X passou a denominar-se Trabalho Final de Graduação. As disciplinas Teoria e História da Arquitetura I a VII, passaram a denominar-se Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I a VII, e Teoria e História da Arquitetura VIII mudou para Teoria e História das Técnicas Retrospectivas.

Na seqüência de currículos do curso, o total de horas do currículo pleno variou de 4110hs em 1978 a 3675hs em 1991 quando teve a menor carga horária. Estes limites corresponderam, respectivamente, a 67 e 52 disciplinas. Em 1978 o currículo teve o maior número de disciplinas obrigatórias. Em 1991 foi o primeiro sem disciplinas complementares. A distribuição de disciplinas e carga horária dos currículos do curso é apresentada no Quadro 4. Na coluna Currículo Mínimo percebe-se que os currículos mantiveram a carga horária e número de disciplinas em quatro períodos. Nos currículos implantados em 1975, 1976 e 1977, o currículo mínimo foi constituído por 57 disciplinas que totalizavam 3660hs, variando na composição dos ciclos básico e profissionalizante. Esta variação não indica redistribuição de conteúdos, embora tenha havido extinção e implantação de disciplinas, porque decorreu de diferentes interpretações dos critérios de classificação das disciplinas. Os currículos de 1978, 1981, 1984 e 1985 mantiveram-se com 56 disciplinas e 3600hs, correspondendo ao novo arranjo de disciplinas implantadas em 1978. Estes currículos diferem entre si pela lotação das disciplinas nos departamentos, tendo origem em mudanças na estrutura acadêmica da Universidade.

O grupo seguinte contém oito currículos implantados de 1987 a 1993. Neste grupo, diferentemente dos anteriores, o número de disciplinas e a carga horária variou ao invés de manter-se constante. O elevado número de grades

curriculares deste período decorreu do processo de implantação da reforma que fragmentou a proposta original em reformas setoriais, disso resultando os currículos de 1987, 1988 e 1989, e dos ajustes posteriores para consolidação da reforma como um todo - 1990, 1991, 1992 e 1993.

Comparando os currículos implantados em 1978 e 1992, percebe-se que diminuiu o número de disciplinas e aumentou a carga horária total, embora estas variações sejam pequenas, passando de 56 para 53 disciplinas e de 3600hs para 3690hs no currículo mínimo. Observando as colunas ciclo básico e profissionalizante é que se percebem diferenças que caracterizam o sentido de reforma. O ciclo básico foi reduzido de 22 para 12 disciplinas com 735hs e o ciclo profissionalizante foi ampliado de 34 para 41 disciplinas totalizando 2955hs.

O currículo implantado em 1978, em relação ao grupo anterior, alterou cerca de 30% das disciplinas mantendo o enquadramento básico-profissionalizante definido pelas matérias do currículo mínimo. O currículo implantado com a reforma modificou aproximadamente 80% das disciplinas do currículo de 1978 com uma outra forma de aplicar o currículo mínimo no desdobramento das matérias em disciplinas. Os quadros a seguir demonstram esta situação.

No currículo implantado em 1978, para cada matéria especificada correspondia uma ou mais disciplinas, constituindo o ciclo básico, o conjunto de disciplinas desdobradas das seis matérias básicas, e o ciclo profissionalizante, o conjunto de disciplinas desdobradas das sete matérias profissionalizantes. Embora esta interpretação parecesse a mais adequada ao espírito da legislação e das diretrizes da instituição, este currículo apresentava algumas ambigüidades no desdobramento das matérias em disciplinas e no enquadramento destas nos ciclos básico e profissionalizante. As disciplinas Estudos Sócio-Econômicos do Urbanismo I e II ministradas pelo Departamento de Arquitetura correspondiam ao desdobramento da matéria básica 'Estudos Sociais'. Como disciplinas desdobradas de uma matéria básica deveriam constituir o ciclo básico, porém

como estavam lotadas em departamento da área técnico-profissionalizante constituíram o ciclo profissionalizante. A disciplina Trabalho de Graduação foi incluída no desdobramento da matéria profissionalizante Planejamento Arquitetônico, embora na grade curricular estivesse incluída entre as disciplinas complementares.

QUADRO 5 DESDOBRAMENTO DAS MATÉRIAS NO CURRÍCULO IMPLANTADO EM 1978

MATÉRIAS ¹	DISCIPLINAS ²
1. BÁSICAS	
Estética, História das Artes e, especialmente da Arquitetura	Elementos de Linguagem, Estética e História das Artes I, II e III História da Arquitetura I e II (5 / 240hs.)
Matemática	Introdução a Análise Matemática / Cálculo Diferencial e Integral Estatística (3 / 210hs.)
Física	Física (1 / 90hs.)
Estudos Sociais	Sociologia I / Economia I / Estudos Sócio-Econômicos do Urbanismo I e II (4 / 195hs.)
Desenho e outros meios de expressão	Geometria Descritiva III e IV / Desenho Arquitetônico I e II Perspectiva e Sombras / Técnica de Representação Gráfica I, II e III (8 / 480hs.)
Plástica	Plástica I, II e III (3 / 180hs.)
2. PROFISSIONALIZANTES	
Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira	Teoria da Arquitetura e da Cidade I, II e III / Arquitetura Brasileira / Evolução Urbana / Introdução ao Urbanismo Prática Profissional - Legislação e Organização do Trabalho (7 / 345hs.)
Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções	Resistência dos Materiais / Estabilidade das Construções (2 / 150hs.)
Materiais de Construção e detalhes técnicos de construção	Materiais de Construção / Técnica da Construção I e II Prática Profissional - Especificações e Custos (4 / 210hs.)
Sistemas Estruturais	Sistemas Estruturais Isostáticos / Análise das Estruturas I e II Estrutura de Concreto Armado I e II Estrutura em Aço e Madeira (6 / 330hs.)
Instalações e Equipamentos	Conforto Ambiental I e II (2 / 90hs.)
Higiene da Habitação	Introdução ao Conforto Ambiental / Conforto Ambiental III (2 / 90hs.)
Planejamento Arquitetônico	Planejamento Arquitetônico I ao VI / Planejamento Urbano e Regional I e II / Trabalho de Graduação (9 /

	1140hs.)
--	----------

Fonte: conforme Quadro Demonstrativo do Desdobramento das Matérias do Currículo Mínimo⁵.

1. Relativo ao currículo mínimo, conforme Resolução nº 3/69.

2. Definido pelo colegiado de curso

No currículo implantado com a reforma – Quadro 6, das seis matérias básicas somente três foram desdobradas em disciplinas. Os conteúdos das matérias básicas Estética, História das Artes e, especialmente da Arquitetura e Estudos Sociais foram incluído nas disciplinas desdobradas da matéria profissionalizante Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira, e o conteúdo da matéria básica Plástica foi incluído no desdobramento da matéria profissionalizante Planejamento Arquitetônico.

Os dois últimos currículos foram implantados sob a vigência de um novo currículo mínimo, ou de novas diretrizes curriculares. No currículo de 1996 foram implantadas novas disciplinas. Porém, mesmo com novas diretrizes curriculares e nova denominação, o conteúdo das disciplinas mantém o desdobramento das matérias proposto na reforma curricular de 1983, indicando que o currículo mínimo de 1969 não era tão restrito.

A diversidade de grades curriculares do CAU/UFPel, corresponderam, efetivamente, a duas propostas de ensino de arquitetura e urbanismo. A primeira, ao currículo implantado em 1978; a segunda proposta, ainda em vigor, corresponde ao currículo implantado em 1992. Os demais currículos corresponderam a uma ou outra forma de aplicação do currículo mínimo para graduação em arquitetura e urbanismo. Os currículos implantados entre 1978 e 1987 mudaram em função de alterações na estrutura acadêmica da Universidade. Os currículos implantados a partir de 1987 foram substituindo grupos de disciplinas, segundo uma nova proposta de ensino cujo objetivo central era a

⁵ O Quadro Demonstrativo do Desdobramento das Matérias do Currículo Mínimo é elaborado no Setor de Currículos e Legislação da Secretaria Geral dos Cursos na Pró-Reitoria de Graduação e Assistência em atendimento ao que determina o anexo da Portaria Ministerial nº 515/79. Este documento lista as matérias do currículo mínimo e demonstra como está sendo aplicado na instituição sob a forma de disciplinas. É utilizado nos processos de transferência de alunos entre instituições para verificação de equivalência de disciplinas e aproveitamento de estudos.

integração de conteúdos nas áreas de estudo de teoria e história, de tecnologia da construção e de projeto, caracterizando um núcleo de disciplinas profissionalizantes específico ao ensino de arquitetura e urbanismo.

QUADRO 6
DESDOBRAMENTO DAS MATÉRIAS NO CURRÍCULO IMPLANTADO
EM 1992

MATÉRIAS	DISCIPLINAS
1. BÁSICAS	
Estética, História das Artes e, especialmente da Arquitetura	
Matemática	Cálculo Diferencial com Geometria Analítica / Cálculo Integral (2 / 135hs.)
Física	Fundamentos de Física I e II (2 / 120hs.)
Estudos Sociais	
Desenho e outros meios de expressão	Geometria Descritiva III e IV / Desenho Arquitetônico I e II Perspectiva e Sombras / Técnica de Representação Gráfica I, II e III (8 / 480hs.)
Plástica	
2. PROFISSIONALIZANTES	
Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira	Teoria e História da Arquitetura I ao IX Seminário de Diplomação (10 / 600hs.)
Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções	Estrutura e Construção III e IV (2 / 120hs.)
Materiais de Construção e detalhes técnicos de construção	Materiais e Técnicas de Construção I ao IV Introdução a Pesquisa Tecnológica / Pesquisa Tecnológica (6 / 270hs.)
Sistemas Estruturais	Estrutura e Construção I, II, V, VI e VII (5 / 300hs.)
Instalações e Equipamentos	Conforto Ambiental II, III, IV e VI (4 / 195hs.)
Higiene da Habitação	Conforto Ambiental I e V (2 / 60hs.)
Planejamento Arquitetônico	Projeto I ao X / Paisagismo (11 / 1350hs.)

Fonte: conforme Quadro Demonstrativo do Desdobramento das Matérias do Currículo Mínimo.

4.2 As áreas de estudo

As áreas de estudo deveriam ser constituídas por disciplinas profissionalizantes que, em princípio, seriam lotadas no mesmo departamento. No entanto, o conjunto de disciplinas com conteúdos afins, oferecidas ao Curso de Arquitetura, antes da implantação da reforma, estava distribuído em diferentes departamentos, como foi o caso das disciplinas de História da Arquitetura, localizadas na área básica, e da disciplina Arquitetura Brasileira, também de conteúdo histórico, na área profissionalizante. Esta situação, como mencionado no Capítulo 2, teve origem no enquadramento das matérias do currículo mínimo e do modo como o ciclo básico funcionou na Universidade. Assim, ao reconstituir as áreas de estudo de teoria e história e de projeto incluímos aquelas disciplinas lotadas nas áreas básicas que constituíam pré-requisitos para as disciplinas profissionalizantes, e que, apesar de básicas, foram oferecidas exclusivamente para o Curso de Arquitetura e Urbanismo. A área de tecnologia da construção, ao contrário, desde sua implantação no currículo, teve todos os conteúdos que lhe são próprios incluídos em disciplinas profissionalizantes. As disciplinas básicas que constituíam pré-requisito para esta área, eram comuns a outros cursos, dentro do espírito da reforma universitária. Por esta razão não foram incluídas na constituição da área de tecnologia.

As disciplinas que foram se sucedendo na constituição das áreas de estudo, somadas com outras do ciclo básico, totalizaram 199 disciplinas, desde o início do funcionamento do curso. A relação de todas as disciplinas ministradas no CAU/UFPel desde sua implantação estão listadas no Anexo C.

Constituição da área de teoria e história

Na implantação do curso a área de teoria e história foi constituída pelas disciplinas História das Artes e das Técnicas, Estética, Teoria da Informação e Comunicação de Massas, Introdução à Arquitetura e Teoria da Arquitetura, ministradas pelos departamentos de Estudos de Arte, Letras e Comunicação, e de Arquitetura. Em 1974, as disciplinas História das Artes e das Técnicas, I, II e III, foram substituídas pelas disciplinas História das Artes V, e

História da Arquitetura I e II. As disciplinas Estética I, II e III foram substituídas por Estética IV e V. Para as turmas que ingressaram em 1975 e 1976, foi oferecida a disciplina Estética IV, e para a turma de 1977, a disciplina Estética V. Para as turmas que ingressaram em 1972, 1973 e 1974, foi oferecida a disciplina Teoria da Informação e Comunicação de Massas, que posteriormente passou a denominar-se Teoria da Comunicação e Cultura de Massas II, tendo sido oferecida para as turmas de 1975, 1976 e 1977. O Departamento de Arquitetura ministrou as disciplinas Introdução à Arquitetura, Teoria da Arquitetura I, II, III e IV, Arquitetura Brasileira, Evolução Urbana, Introdução ao Urbanismo, e Prática Profissional - Legislação e Organização do Trabalho. No período 1972-1977, integraram a área no ramo de estudo das ciências sociais, as disciplinas Introdução à Economia, e Sociologia Geral e Urbana, ministradas nos departamentos de Economia e Finanças, e Ciências Sociais e Filosofia. Em 1978, foram substituídas pelas disciplinas Economia I, e Sociologia I, lotadas no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia.

No currículo implantado em 1978, as disciplinas História das Artes V, Estética V e Teoria da Comunicação e Cultura de Massas II, foram substituídas pela seqüência de disciplinas Elementos de Linguagem, Estética e História das Artes I, II, III, oferecidas pelo Departamento de Estudos de Arte, Letras e Comunicação para o Curso de Arquitetura e Urbanismo. As disciplinas Introdução à Arquitetura, e Teoria da Arquitetura foram substituídas pela seqüência Teoria da Arquitetura e da Cidade I, II, III. Ainda no Departamento de Arquitetura, foi implantada a seqüência Estudos Sócio-Econômicos do Urbanismo I e II. As seqüências de disciplinas Elementos de Linguagem, Estética e História das Artes, História da Arquitetura, Teoria da Arquitetura e da Cidade, Estudos Sócio-Econômicos do Urbanismo, e mais as disciplinas Arquitetura Brasileira, Evolução Urbana, Introdução ao Urbanismo, Prática Profissional - Legislação e Organização do Trabalho, Economia, e Sociologia constituíram a área de teoria e história até o currículo implantado em 1987. Totalizavam 16 disciplinas ministradas por quatro departamentos, sendo três da área básica.

A reforma setorial da área de teoria e história extinguiu as disciplinas citadas acima. Implantou em 1988, a seqüência de disciplinas Teoria e História da Arquitetura I ao IX ministradas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo. A disciplina Seminário de Diplomação, implantada na reforma setorial da área de projeto em 1989, completou esta área. A nova seqüência absorveu conteúdos de disciplinas oferecidas por departamentos das áreas básicas constituindo um corpo de disciplinas profissionalizantes.

Constituição da área de projeto

Na implantação do curso foram oferecidas pelo Departamento de Artes Plásticas as disciplinas de introdução à área Análise e Exercícios de Materiais Expressivos I e II, e Plástica I, II, e III. O Departamento de Arquitetura ofereceu a disciplina Prática de Projetos I, posteriormente substituída pela seqüência de Planejamento Arquitetônico I ao VI, e Planejamento Urbano e Regional I e II. Integrou a área a disciplina complementar obrigatória Trabalho de Diplomação, sucedida no currículo implantado em 1977 por Trabalho de Graduação. A área de projeto arquitetônico e urbanístico foi constituída pelas seqüências de Plástica, Projeto Arquitetônico, Planejamento Urbano e Regional, e a disciplina Trabalho de Graduação até o currículo implantado em 1988. Totalizavam 12 disciplinas ministradas por um departamento básico e outro profissionalizante.

A reforma setorial da área de projeto extinguiu as disciplinas mencionadas acima. Implantou em 1989 a seqüência Projeto I ao X e Paisagismo, ministradas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo. As novas disciplinas absorveram conteúdos da área básica, como no caso da reforma setorial da área de teoria e história, incorporando-os em disciplinas profissionalizantes.

Constituição da área de tecnologia da construção

As disciplinas da área de tecnologia da construção foram implantadas a partir de 1974 nas subáreas de estrutura, instalações e equipamentos, e

materiais e técnicas. A primeira disciplina ministrada para o Curso de Arquitetura foi Resistência dos Materiais com Noções de Estática oferecida para as turmas que ingressaram nos anos de 1972 e 1973 posteriormente desdobradas em Estática, e Resistência dos Materiais. As disciplinas Estabilidade das Construções, Estrutura em Aço e Madeira, e Estruturas de Concreto Armado I e II completaram o curso de estrutura. A subárea de instalações e equipamentos foi constituída, inicialmente, pelas disciplinas Higiene do Trabalho e da Habitação I, e Instalações e Equipamentos – Conforto Ambiental. A disciplina Higiene do Trabalho ministrada somente no 2º semestre de 1974 foi substituída pela seqüência Higiene e Saneamento I e II. As disciplinas Materiais de Construção, Técnica da Construção I e II, e Prática Profissional - Especificações e Custos, ministradas a partir de 1975 integraram a subárea de materiais e técnicas.

No currículo implantado em 1978, a disciplina Sistemas Estruturais Isostáticos substituiu Estática, sendo implantada também a seqüência Análise das Estruturas I e II. A subárea de estrutura ficou constituída por oito disciplinas. A disciplina Instalações e Equipamentos foi desdobrada em Conforto Ambiental I – Sistemas Elétricos, e Conforto Ambiental III – Sistemas Termo-Acústicos. Extintas as disciplinas Higiene e Saneamento com a implantação de Introdução ao Conforto Ambiental e Conforto Ambiental II – Sistemas Hidro-Sanitários. Seguindo sugestão da ABEA estas disciplinas passaram a constituir a subárea de conforto ambiental. A área de tecnologia da construção constituiu-se de 16 disciplinas lotadas no Departamento de Engenharia Rural, e posteriormente nos departamentos de Tecnologia da Construção e Engenharia Agrícola.

A reforma setorial da área de tecnologia da construção integrou as disciplinas anteriores em novas seqüências. Em 1987, implantaram-se as seqüências de Estrutura e Construção I ao VII, Materiais e Técnicas da Construção I ao IV, Conforto Ambiental I ao VI, e a disciplina Pesquisa Tecnológica. A área de tecnologia da construção ficou composta por 18 disciplinas profissionalizantes concentradas no Departamento de Tecnologia da Construção.

A área de desenho e representação

As disciplinas de desenho e representação não constituem propriamente uma área ou subárea de estudos específica à formação do arquiteto. No entanto, como o conjunto de disciplinas incluídas nesta categoria fundamenta e instrumentaliza a linguagem utilizada nas práticas de projeto, a proposta de reforma curricular apontava uma diretriz específica para esta área. As disciplinas propostas não foram implantadas, permanecendo aquelas que foram definidas em 1975.

Na implantação do curso a área de desenho e representação foi constituída pelas disciplinas Desenho Artístico I e II, ministradas pelo Departamento de Artes Plásticas, e Construções Geométricas I e II, Desenho Geométrico, e Geometria Descritiva III e IV, ministradas pelo Departamento de Desenho. A seqüência de disciplinas Técnica de Representação Gráfica I, II e III, ministradas pelo Departamento de Artes Visuais, implantada a partir de 1974, substituiu Desenho Artístico para o Curso de Arquitetura. As disciplinas Desenho Técnico II e III substituíram Construções Geométricas. Por sua vez, Desenho Técnico originou as disciplinas específicas Desenho Arquitetônico I e II, lotadas no Departamento de Desenho. A disciplina Desenho Projetivo foi substituída por Geometria Projetiva, extinta em 1974. O conjunto de disciplinas do Departamento de Desenho se completou com a inclusão de Perspectiva e Sombras. No currículo implantado em 1975 consolidou-se a área de desenho e representação com oito disciplinas lotadas nos departamentos de Artes Visuais - Técnica de Representação Gráfica; e de Desenho - Geometria Descritiva, Desenho Arquitetônico e Perspectiva e Sombras. Geometria Descritiva III e IV são as únicas disciplinas ainda oferecidas do elenco definido em 1971 para a implantação do curso.

Mesmo sem implantar as novas disciplinas que constituiriam uma área de representação e expressão própria ao ensino de arquitetura e urbanismo, a reforma do currículo atingiu plenamente o objetivo de integrar os conteúdos nas

tradicionais áreas de estudo. Comparando os dois currículos tomados como referência, percebe-se que a carga horária foi ampliada nas três áreas de estudo, aproximando-se dos valores percentuais sobre os currículos mínimos, recomendados pela Abea.

QUADRO 7 PROPORÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO NO CURRÍCULO⁶

CURRÍCULO	CURRÍCULO MÍNIMO	PROJETO	TECNOLOGIA	TEORIA HISTÓRIA
1978	56 / 3600hs.	8 disciplinas 930hs. / 25,8%	16 disciplinas 870hs. / 24,2%	9 disciplinas 435hs. / 12%
1992	53 / 3690hs.	11 disciplinas 1350hs. / 36,6%	19 disciplinas 945hs. / 25,6%	10 disciplinas 600hs. / 16,3%
Abea / 1979	3600hs.	1440hs. / 40%	720hs. / 20%	720hs. / 20%

As áreas de teoria e história e de projeto tiveram um incremento maior do que a área de tecnologia da construção. A ampliação daquelas áreas ocorreu com a transferência de conteúdos e de carga horária das áreas básicas, o que não ocorreu com a área de tecnologia.

A proposta elaborada pela CAE enunciava outros objetivos decorrentes da reorganização das áreas de estudo, como reduzir o ciclo básico e o número de departamentos necessários para a oferta do curso.

QUADRO 8 PROPORÇÃO DOS CICLOS BÁSICO E PROFISSIONALIZANTE NO CURRÍCULO

⁶ Os dados referem-se somente as disciplinas profissionalizantes o que exclui Trabalho de graduação da área de projeto, pois estava incluída no currículo de 1978 como disciplina complementar. Na área de teoria e história estão incluídas as disciplinas Estudos Sócio-Econômicos do Urbanismo I e II.

CURRÍCULO	CH. CURRÍCULO MÍNIMO	CICLO BÁSICO	CICLO PROFISSIONAL.
1978	3600hs.	1305hs. 36,3%	2295hs. 63,7%
1992	3690hs.	735hs. 20%	2955hs. 80%

O ciclo básico diminuiu aproximadamente 600hs, que foram incorporadas no ciclo profissionalizante, passando de 22 disciplinas para doze em 1992, e dez em 1996. Antes da reforma curricular a carga horária alocada nas disciplinas do ciclo básico equivalia à carga horária média de dois anos de estudo para graduação em arquitetura e urbanismo. A redução do ciclo básico não foi só de carga horária. A transferência de conteúdos extinguiu disciplinas e implicou na exclusão de departamentos da constituição do curso. Em 1978, dez departamentos ministravam disciplinas para o Curso de Arquitetura, chegando a atingir a máximo, em 1985, de 13 departamentos. Em 1992, o curso estava constituído por sete departamentos sendo três profissionalizantes e quatro das áreas básicas.

A redução do número de departamentos necessários para a oferta do curso, cumpria o objetivo de recompor o colegiado, condição colocada como necessária para superar as dificuldades de coordenação pedagógica. Por outro lado, a concentração de aproximadamente 75% das disciplinas e 80% da carga horária no ciclo profissionalizante e nos departamentos diretamente vinculados ao curso, estabeleceu as condições estruturais buscadas pela coordenação do ensino para interferir nos departamentos e estabelecer os conteúdos programáticos das disciplinas. Estas encontrariam seu ponto de convergência na seqüência de projeto, definida como espinha dorsal do curso.

4.3 A área de projeto

O currículo que resultou após sucessivas alterações parciais atingiu o objetivo de acentuar a seqüência de projeto como estrutura do ensino e integradora dos conteúdos do curso. Reuniu as práticas de projeto arquitetônico e

planejamento urbano, e passou a abranger a totalidade de dez semestres de duração do curso concentrando aproximadamente um terço da carga horária total do currículo e 45% do ciclo profissionalizante. As demais áreas do currículo foram vinculadas a seqüência de projeto através de pré-requisitos, e assim, pode-se afirmar que, formalmente, na grade curricular, os conteúdos foram integrados.

A avaliação efetiva da integração dos conteúdos requer a utilização de outros instrumentos de investigação a que não nos propomos neste estudo. A verificação da eficiência do modelo adotado necessitaria, por exemplo, a confrontação das ementas com os planos de ensino, e destes com os trabalhos acadêmicos efetuados no âmbito das disciplinas. No entanto a análise comparativa do conteúdo das ementas das disciplinas de projeto e das disciplinas arroladas como pré-requisitos e dos temas de projeto propostos, por si só revelam algumas inconsistências com os princípios enunciados na proposta de reforma curricular de integrar no tronco de projeto o arquitetônico e o urbano, o projeto e a tecnologia.

A integração projeto-tecnologia-teoria-história

No esboço das ementas elaborado pela CAE os conteúdos das disciplinas de projeto seriam constituídos de teoria do projeto, teoria da tecnologia e representação e expressão. As ementas implantadas arrolam diversos assuntos, que foram classificados nestes itens. O desdobramento das ementas constitui os quadros apresentados no Anexo D.

Inicialmente observa-se que das dez ementas, cinco especificam conteúdos de teoria do projeto, seis, conteúdos de teoria da tecnologia e nenhuma ementa especifica conteúdos de representação e expressão. Os conteúdos de teoria aparecem nas disciplinas Projeto I, II, III, IV e V, com ênfase nos assuntos de coordenação modular e de ergonomia e antropometria, que são mencionados em três ementas.

Os pré-requisitos na área de teoria e história foram especificados nas disciplinas de Projeto III, VI, VIII e IX, sendo, respectivamente, as disciplinas

Teoria e História da Arquitetura II, V, VII e VIII, no entanto, somente a ementa de Projeto III apresenta conteúdos de ‘teoria do projeto’. Cotejando os conteúdos de ‘teoria do projeto’ especificado na ementa de Projeto III com a ementa da disciplina Teoria e História da Arquitetura II, observa-se que os conteúdos não estão contemplados. Assim, pode-se inferir que, o que foi especificado como ‘teoria do projeto’ não tem relação com os conteúdos das disciplinas da área de teoria e história; segundo, que os pré-requisitos eram para regulagem de fluxo das seqüências de disciplinas e não propriamente para integração de conteúdos; terceiro que os conteúdos de teoria do projeto seriam próprios das disciplinas de projeto e deveriam ser ministrados no atelier.

A integração dos conteúdos da área de tecnologia foi mais efetiva descritivamente, atingindo seis disciplinas da seqüência de projeto. Excetuando-se as disciplinas Projeto I, II e IX nas demais ementas foram especificados conteúdos de teoria da tecnologia. As disciplinas Projeto IV ao IX tinham como pré-requisitos pelo menos duas disciplinas das subáreas de Materiais e Técnicas da Construção e de Conforto Ambiental, e Projeto VI, VII, VIII e XI, também com pré-requisitos na subárea de Estrutura e Construção. Cotejando os conteúdos das ementas das disciplinas de projeto com seus pré-requisitos na área de tecnologia, verifica-se que três contemplam plenamente os conteúdos. Nas outras não há correspondência entre as ementas. Também aqui se verifica que os pré-requisitos funcionaram mais para regulagem de fluxo e os conteúdos tecnológicos, necessários ao projeto, deveriam ser ministrados no atelier. Na disciplina Projeto III esta condição era indispensável, pois as seqüências da área de tecnologia começavam no terceiro semestre e somente poderiam se constituir como pré-requisitos para disciplinas a partir do quarto semestre.

Os temas de projeto e a integração arquitetônico-urbano

Uma definição bastante usual de tema de projeto, no âmbito do exercício da profissão, é a que o define como sendo a macro-definição da finalidade que serve de motivo para elaboração do projeto, caracterizando o uso

que será predominante no edifício ou espaço urbano (NEVES; 1989). Os temas de arquitetura e de urbanismo especificados nas ementas foram os seguintes.

QUADRO 9 TEMAS DE PROJETO

DISC.	TEMA DE ARQUITETURA	TEMA DE URBANISMO
III	Habitação unifamiliar	Relações com o lote e a quadra / prática de desenho urbano local
IV	Habitação multifamiliar	Relações com o lote e a quadra / prática de desenho urbano local
V	Edifícios de uso coletivo	Espaços de uso coletivo (na unidade residencial) / prática de desenho urbano local: parcelamento do solo para habitação unifamiliar
VI	Edifícios e equipamentos coletivos: projeto de conjunto residencial multifamiliar	Espaços de uso coletivo (na unidade de vizinhança) / prática de desenho urbano da unidade vicinal: projeto de área aberta de uso coletivo da unidade vicinal
VII	Edificações de uso coletivo	Espaços públicos abertos / prática de desenho urbano
VIII	Reciclagem de edificações	Renovação urbana / prática de renovação urbana em trecho da zona urbana
IX	Conjunto de edifícios com complexidade funcional sendo um em altura	Desenho urbano (zona)

Nos dois primeiros semestres não há uma definição de tema, pois os exercícios a serem elaborados pelo aluno não abordam propriamente práticas projetuais como nas outras disciplinas da seqüência. Em Projeto X também não é especificado um tema porque este será de livre escolha do estudante. Para as disciplinas Projeto III ao IX estão anotados temas a serem desenvolvidos no mesmo exercício abordando o objeto de arquitetura e de urbanismo de forma integrada. Estes temas foram definidos de forma que os exercícios apresentassem uma complexidade crescente na relação entre objeto arquitetônico e contexto urbano segundo um critério de escalonamento urbano a partir da relação fundamental entre a casa e seu lote. Porém com uma análise mais atenta das ementas percebem-se problemas na definição dos temas de projeto. Em primeiro lugar, notam-se diferenças na definição do objeto de projeto de arquitetura e de urbano. Os temas de projeto arquitetônico estão mais delimitados, mesmo quando atingem graus maiores de generalidade. Dos temas de projeto urbano somente o

da disciplina Projeto V, que trata de parcelamento do solo, é tão específico quanto habitação unifamiliar, por exemplo. Nos outros casos, como em Projeto III e IV, pode-se indagar qual é efetivamente o tema de urbano, pois prática de desenho urbano não define um objeto de estudo; qual a diferença entre espaços de uso coletivo e espaços públicos abertos, que definem os temas das disciplinas Projeto V, VI e VII; e qual é efetivamente o tema de Projeto IX, pois a ementa da disciplina não fez qualquer indicação.

Os temas para desenvolvimento do projeto de arquitetura derivam de diferentes critérios de seleção o que talvez tenha constituído um aspecto positivo e inovador. Os temas são definidos a partir de uma classificação de uso bem delimitada como habitação unifamiliar e multifamiliar no Projeto III e IV; depois é definido pela natureza do usuário, como edifícios de uso coletivo, o que comparado com o critério anterior é mais amplo e vago. Este é o critério predominante utilizado para Projeto V, VI e VII. No Projeto VIII não é definido um tema, mas indicado o procedimento de projeto: reciclagem. Finalmente em Projeto IX o tema é definido a partir de critérios morfológicos do edifício quando menciona edifício em altura. A diversidade de critérios adotados para definir os temas representou um avanço em relação ao currículo anterior em que era adotado o critério único de classificação de uso. No entanto, quando a especificação dos temas torna-se ampla e vaga, a quem compete à escolha do tema específico para a aplicação do exercício? A escolha fica a critério do professor? Estas indeterminações causaram problemas na aplicação do novo currículo, conforme o que foi relatado nas avaliações de ensino da área de projeto.

Se o novo currículo pode ter avançado ao utilizar diferentes critérios para escolha dos temas, por outro lado, a definição dos produtos a serem atingidos no âmbito da disciplina indica a permanência do modelo de ensino de projeto definido por Lúcio Costa na década de 40. Uma alternativa ao modelo de ensino que reproduz a prática do exercício da profissão para a escolha dos temas, poderia ser, por exemplo, defini-los a partir de princípios de ensino-

aprendizagem, enfatizando habilidades e conhecimentos específicos a serem desenvolvidos e incorporados no aluno na prática de atelier.

As avaliações do ensino de projeto

Em 1986, em pleno processo de discussão da reforma curricular foi realizado o primeiro seminário específico para avaliar as disciplinas de Projeto Arquitetônico e Planejamento Urbano e Regional e seus vínculos com as demais disciplinas do curso. Na época, a discussão do ensino de projeto estava em pauta nas escolas de arquitetura. No mesmo período, a Faculdade de Arquitetura da UFRGS realizou o Primeiro Encontro Nacional sobre Ensino de Projeto, em 1985, evento que teve sua segunda e terceira edições nos anos seguintes – 1986 e 1987.

As conclusões e encaminhamentos do seminário da UFPel referiam-se aos conteúdos e procedimentos de ensino, avaliação dos trabalhos nas disciplinas e diretrizes para reforma do currículo. Quanto aos conteúdos e procedimentos, foi apontada a necessidade de uniformizar os termos utilizados nos planos de ensino das disciplinas, e de que as aulas de projeto ministrassem conteúdos estando as informações básicas para o projeto disponíveis no atelier. Foi registrada a não cobrança dos conteúdos de teoria no projeto, e sugerido que estes conteúdos fossem incluídos nas disciplinas de projeto. No assunto avaliação foi mencionada a insuficiência dos alunos na expressão gráfica e dificuldades em ‘sintonizar’ os conhecimentos adquiridos na área tecnológica com o nível de complexidade exigido nas disciplinas de planejamento arquitetônico. Quanto às diretrizes para reforma do currículo, foi reafirmados a necessidade de integrar o projeto arquitetônico e o projeto urbano, e os conteúdos das disciplinas de projeto com a área tecnológica e de teoria e história, repetindo, como sugestão, o que já estava contido na proposta de reforma curricular em discussão no colegiado de curso.

Em 1990, imediatamente após a implantação da reforma setorial da área de projeto a coordenação do colegiado encaminhou um questionário aos professores da área buscando verificar o entendimento da proposta, a aplicação

das novas disciplinas de projeto e seus vínculos no currículo com a área de tecnologia da construção. As questões apresentadas dividem-se em três categorias: objetivo de cada disciplina de projeto; exercícios práticos aplicados e conteúdos desenvolvidos. Este item constituiu-se no principal objeto do questionário que abordava questões específicas a respeito de conteúdos das disciplinas de projeto e de tecnologia. Não localizamos os documentos com os resultados desta avaliação, assim vamos fazer alguns comentários sobre o teor das questões colocadas. Primeiro, as ementas deveriam responder sobre os objetivos específicos de cada disciplina da seqüência, e a proposta de reforma curricular sobre o objetivo geral da seqüência das disciplinas de projeto. A questão sobre os exercícios práticos aplicados remete ao campo da didática, aspecto mencionado na proposta de reforma curricular como um de seus objetivos centrais, quando mencionou ‘implantar métodos de ensino e elaborar recursos didáticos adequados ao conteúdo das novas disciplinas’. Quanto aos conteúdos desenvolvidos, a questão pode se referir à forma, a natureza, ou a ambos. A questão da natureza dos conteúdos estaria especificada nas ementas; a questão da forma remete ao item anterior colocado no campo da didática. A questão, portanto, poderia referir-se a forma como os conteúdos estavam sendo ministrados. De fato, aquele objetivo mais vinculado com a prática do ensino, a implantação de novos métodos de ensino e recursos didáticos adequados aos conteúdos das novas disciplinas, não foi atingido.

Em 1994, completou-se a implantação de toda seqüência do tronco de projeto. Por solicitação dos professores da área realizou-se a primeira reunião de avaliação das novas disciplinas. O colegiado novamente preparou um questionário com questões que buscavam verificar em que medida os objetivos da reforma eram do conhecimento dos professores e avaliar como as ementas das novas disciplinas estavam sendo aplicadas na sala de aula. Quanto aos objetivos do novo currículo na área de projeto as respostas demonstraram certo consenso sobre a integração urbano-arquitetônico, cujos enfoques analíticos e projetuais nunca deveriam ficar separados. Em relação ao desenvolvimento da disciplina, as

repostas demonstraram que o novo currículo apresentou dificuldades para sua aplicação, sendo que a mais apontada referia-se a ênfase a ser dada em cada semestre, resultando que algumas disciplinas enfatizavam mais o arquitetônico e outras, mais o urbano.

4.4 A distribuição da carga horária

O mesmo critério de distribuição das disciplinas e da carga horária ao longo do curso, adotado antes da reforma, foi mantido na organização do novo currículo: concentrou muitas disciplinas e carga horária no começo do curso, reduzindo gradualmente a partir do sexto semestre e finalizando com uma disciplina no décimo semestre. No currículo implantado em 1992, a exemplo do currículo de 1978, mais da metade das disciplinas estavam concentradas do primeiro ao quarto semestre, atingindo no período 78-85 um percentual de 72% das disciplinas do currículo no 5º semestre. Esta condição não foi percebida como um problema, e nem mesmo os estudantes reivindicaram uma melhor distribuição de disciplinas e da carga horária para cumprir o programa de estudos.

A distribuição anual da carga horária do currículo pleno, considerando o tempo mínimo de cinco anos para conclusão do curso da UFPel, atingiu os seguintes valores.

QUADRO 10 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA CARGA HORÁRIA – CURRÍCULO PLENO

CURRÍCULO	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
1978	945hs.	1.185hs.	855hs.	675hs.	450hs.
1992	960hs.	960hs.	855hs.	630hs.	285hs.

Fonte: conforme Tabela 1, em anexo.

Dividindo estes valores pelo número de semanas de aula por ano, obtém-se a média de horas-aula semanais. Estas médias são indicativas do

‘esforço acadêmico’ do aluno para acompanhar a programação curricular e concluir o curso no período regular.

QUADRO 11 **MÉDIA DE HORAS-AULA SEMANAIS – CURRÍCULO PLENO**

Currículo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
1978	31,5hs.	39,5hs.	28,5hs.	22,5hs.	15hs.
1992	32hs.	32hs.	28,5hs.	21hs.	9,5hs.

O Quadro 11 demonstra que foi mantida nos dois primeiros anos uma média de integralização superior às 30hs por semana, portanto acima do termo médio recomendado pelo Conselho Federal de Educação. Considerando o total de horas do currículo pleno, o termo médio seria de 27hs/aula/semanais no currículo de 1978, e de 25hs/aula/semanais no currículo implantado em 1992. Os números apresentados são médias anuais. Em 1978, a carga horária máxima foi de 630hs no terceiro semestre, ou 42hs/semanais, atingindo no currículo 1992, o máximo de 495hs, também no terceiro semestre, com 33hs/semanais de aulas. Este aspecto fundamental na avaliação do mérito de uma proposta de ensino não foi observado pelo COCEPE.

Esta distribuição de disciplinas e carga horária implicou para o aluno uma distribuição desigual de esforço acadêmico para acompanhar o currículo. Não encontramos nos documentos do colegiado e nos processos de implantação da reforma curricular, uma justificativa para tal procedimento. Podemos, no entanto, especular sobre os motivos que levaram a manter tal configuração. Um dos possíveis motivos está na proposta de reforma curricular que previa a inclusão do estágio como atividade complementar no currículo pleno⁷. Quando a proposta curricular foi elaborada o Curso de Arquitetura e Urbanismo funcionava no campus universitário e nesta condição somente dispunha dos turnos do dia

para distribuição das aulas. Nesta situação justificava-se a concentração de disciplinas nos primeiros semestres para disponibilizar tempo a partir da metade do curso quando o estudante, já dispondo de informações suficientes, estivesse apto a participar de estágios, de atividades de pesquisa e de extensão. No entanto, esta distribuição sobrecarregada no começo do curso, teve conseqüências negativas para o aluno. A desistência e a repetência ampliaram o período de conclusão do curso; a falta de pré-requisitos e as colisões de horários provocaram de forma enviesadas uma redistribuição de disciplinas nos semestres.

Uma melhor distribuição da carga horária e das disciplinas nos dez semestres de duração do curso poderia ter sido obtida com relativa facilidade quando a maioria das disciplinas do curso passou a ser oferecida nos departamentos e por professores vinculados ao curso, e quando a sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foi transferida para a cidade possibilitando o funcionamento da escola em três turnos.

Outro fator que contribuiu para a distribuição desequilibrada das disciplinas e da carga horária foi à oferta de uma única disciplina no décimo semestre com a característica de um estudo monográfico para conclusão do curso, neste caso um projeto de graduação. Em algumas escolas de arquitetura do país a realização de um trabalho ao final do curso com estas características era uma prática adotada desde o final da década de 50. Entretanto, a Resolução nº 3/69 não a incluiu no currículo mínimo. Nesta condição, o trabalho de graduação constituía uma atividade complementar do currículo pleno⁸. No CAU/UFPel esta atividade integrou todos os currículos, oferecida como disciplina isolada no décimo semestre, sendo condição para matrícula o cumprimento de todas as disciplinas dos semestres anteriores. Este formato foi adotado por decisão do colegiado de curso de assim fazê-lo e manteve-se no currículo reformado. Como

⁷ O estágio, constituindo atividade complementar obrigatória, e as disciplinas optativas, arrolada entre os objetivos na proposta de reforma curricular elaborada pela CAE, não foram atingidos.

⁸ Com a edição da Portaria nº 1770/94 do MEC, que fixou novas diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo para graduação em Arquitetura e Urbanismo, a realização de um Trabalho Final de Graduação tornou-se uma atividade de inclusão obrigatória nos currículos dos cursos, a ser realizado no último semestre após a integralização das matérias do currículo mínimo.

esta disciplina era de inclusão optativa nos currículos, outras disciplinas poderiam ter constituído o décimo semestre possibilitando, assim, uma distribuição mais equilibrada das disciplinas e da carga horária.

CONCLUSÃO

Nos 28 anos de funcionamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel foram implantados 17 currículos. O elevado número de currículos resultou do modo como o ensino de arquitetura foi se constituindo na Universidade. A esta diversidade de grades curriculares, no entanto, não corresponde igual número de propostas de ensino de arquitetura e urbanismo, ou a diferentes formas de aplicar o currículo mínimo.

Como vimos nos cursos de graduação cada disciplina contém uma parte das matérias especificadas pelo Conselho Federal de Educação nos currículos mínimos constituindo, necessariamente, um conjunto de disciplinas básicas e outros profissionalizantes, cabendo aos colegiados de curso distribuir o conteúdo das matérias e a carga horária entre as disciplinas. Como no funcionamento do sistema não há indicação quanto ao número de disciplinas desdobradas por matéria e quanto à proporção entre os ciclos básico e profissionalizante, às recomendações dos especialistas e mais a tradição de ensino na área profissionalizante servem de referência aos colegiados de curso.

Os currículos poderão sofrer alterações em função da implantação de novas determinações curriculares, como também em decorrência de alterações na estrutura acadêmica das instituições, sem implicar, necessariamente, em alterações de conteúdos e de carga horária.

No CAU/UFPel os diversos currículos nem sempre decorreram de mudanças no ensino. A comparação das grades curriculares com o desdobramento das matérias em disciplinas demonstrou que, efetivamente, houve duas propostas de ensino, duas formas distintas de aplicação do currículo mínimo no curso. A primeira proposta se identifica com o currículo implantado em 1978,

e a segunda com os ajustes de carga horária do currículo implantado em 1991. Os demais currículos corresponderam a uma ou outra forma de desdobramento das matérias do currículo mínimo.

A classificação dos currículos pela natureza das modificações observadas possibilitou caracterizar quatro períodos em que diferentes causas incidiram sobre os currículos do curso implicando em ajustes na grade curricular. O primeiro período se caracteriza como de acomodação da estrutura acadêmica da Universidade, no qual se observa mudanças nos critérios de enquadramento e classificação das disciplinas, situação que se estabilizou com a edição do Regimento da Universidade. O segundo período contém currículos que corresponderam a alterações na organização da estrutura de ensino da Universidade, mudanças que ocorreram no período de 1981 a 1985. O terceiro período corresponde ao período de implantação e consolidação da reforma curricular, e o quarto, ao de adaptação às novas diretrizes curriculares para o ensino de arquitetura e urbanismo.

No processo de reforma, a grade curricular foi alterada sete vezes entre 1987 e 1992. A implantação de um novo currículo não decorreu de imperativos externos à instituição, mas das próprias condições de funcionamento do curso na Universidade.

No começo dos anos 80, o Colegiado de Curso, através da Comissão de Avaliação do Ensino, elaborou uma proposta de reforma curricular que integrava conteúdos em novas disciplinas profissionalizantes direcionadas ao ensino de arquitetura e urbanismo, e lotadas nos departamentos profissionalizantes vinculados ao curso, a partir de outra forma de aplicação do currículo mínimo. Aquela proposta implicava na transferência de conteúdos e carga horária do ciclo básico para o ciclo profissionalizante e reduzia o número de departamentos necessários à oferta do curso, o que, em um primeiro momento, inviabilizou a implantação da proposta na sua forma original.

Na segunda metade dos anos 80, alterações parciais e sucessivas foram implantadas tendo a proposta elaborada pela CAE, em 1983, como referência.

Esta foi a forma encontrada pela coordenação do curso para superar os obstáculos que se colocaram à reforma do currículo. Assim, a partir de 1987, conjuntos de disciplinas que caracterizavam áreas de estudo foram sendo substituídos por novos grupos de disciplinas, e, apesar do processo ter-se prolongado, a reforma curricular atingiu seus objetivos de integração e concentração de disciplinas na área profissionalizante.

O atual currículo implantado em 1997 está constituído por 54 disciplinas totalizando 3735hs, das quais dez é ministrado por quatro departamentos vinculados aos institutos, totalizando 615hs, e 44 disciplinas, com 3120hs são ministradas por três departamentos profissionalizantes. O Departamento de Arquitetura e Urbanismo oferece 24 disciplinas que totalizam 2070hs.

O novo currículo centralizou a formação em torno das disciplinas projetuais, cumprindo assim outro dos objetivos da reforma proposta pela CAE. Implantou uma seqüência que abrange dez semestres do curso, ampliou a quantidade de exercícios projetuais, e integrou os conteúdos de projeto arquitetônico e planejamento urbano. Entretanto, as avaliações das disciplinas de projeto revelaram que a reforma do currículo não superou as dificuldades de ensino-aprendizagem que pretendia resolver, como também apresentou novos problemas decorrentes do modelo implantado. As questões colocadas pela coordenação do curso na avaliação desta área revelam que a proposta curricular foi elaborada desconsiderando as condições efetivas de sua implementação.

De qualquer forma, a estrutura do ensino foi reformada, e isto significou um avanço importante para o curso. Mas o privilegiamento deste aspecto mais relacionado com o planejamento do ensino, e a não implantação dos novos métodos de ensino e recursos didáticos, aspectos estes mais na dimensão da prática do ensino e da aprendizagem, fizeram com que a reforma curricular seja um projeto inacabado. Na área de projeto, especialmente, este fator era decisivo para a integração entre os exercícios de projeto arquitetônico e

planejamento urbano na mesma disciplina. Por outro lado, o padrão de distribuição da carga horária ao longo do curso foi mantido, significando para o aluno as mesmas condições para integralização do currículo, aprofundamento dos estudos, e para o desenvolvimento de atividades extracurriculares.

O estudo da evolução dos currículos do CAU/UFPel, demonstrou que reforma curricular é diferente de reforma do ensino; que a primeira pode ocorrer sem a segunda. A reforma curricular operou a partir dos elementos constitutivos da grade curricular para redistribuir conteúdos, implantar novas disciplinas, alterar a distribuição da carga horária, mudar pré-requisitos. Tudo isso determinou uma nova trajetória de aprendizagem para o aluno, porém, somente este aspecto não foi suficiente para caracterizar uma reforma do ensino. Esta, necessariamente, implicará em novas práticas de ensino, em novas abordagens do objeto de conhecimento próprio a cada formação, com ou sem reforma de currículo.

Estudos ulteriores poderão abordar o conteúdo das disciplinas extintas e implantadas, através das sucessivas reformas curriculares, buscando verificar que assuntos foram mantidos e quais foram suprimidos, qual a relevância do que permaneceu, e por que se atribuiu valor a estes conteúdos sobre outros julgados dispensáveis. Igualmente seria importante verificar as modificações adotadas nos métodos e procedimentos de ensino em função das alterações curriculares. Finalmente, um estudo sobre a formação do arquiteto e urbanista no CAU/UFPel, que aqui foi apenas delineado em um de seus aspectos, deverá abordar a realização da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGAS, João Baptista Vilanova. **Contribuição para o relatório sobre ensino de arquitetura** UIA-UNESCO 1974. In: ABEA; 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA - ABEA. **Documentos Básicos – CEAU**. São Paulo: FAU-USP; 1975.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA - ABEA. **Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil**. São Paulo: ABEA; 1977.

_____. **Subsídios para reformulação do ensino de arquitetura**. São Paulo: ABEA; 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1979.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53 – 18 de novembro de 1966. **Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências**.

BRASIL. Decreto-Lei nº 252 – 28 de fevereiro de 1967. **Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 5540 – 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**.

BRASIL. Decreto-Lei nº 464 – 11 de fevereiro de 1969. **Estabelece normas complementares à Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, que dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino superior**.

BRASIL. Decreto n° 69.450 – 1° de novembro de 1971. **Regulamenta o artigo 22 da Lei n° 4024 (*), de 20 de dezembro de 1961, e a alínea “c” do artigo 40 da Lei n° 5540 (*), de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei n° 9394 – 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n° 159 – 14 de junho de 1965. **Fixa sob novos critérios a duração dos cursos superiores.**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n° 1770 – 21 de dezembro de 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer n° 384 - 6 de maio de 1969. **Currículo mínimo de Arquitetura.**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução n° 3 - 25 de junho de 1969. **Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Arquitetura e Urbanismo.**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Indicação n° 4 - 15 de maio de 1971. **Sistema de crédito e matrícula por disciplina.**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Indicação n° 37 - 15 de março de 1973.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva; 1981.

CESARINO Jr., Antônio Ferreira. **Reforma universitária: curso de graduação.** São Paulo: Saraiva; 1971.

- COELHO, Ildeu Moreira. **Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo.** Educação Brasileira, Brasília, v. 16, n° 33, p. 43-75, jul./ dez. 1994.
- COMAS, Carlos Eduardo (org.). **Projeto arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação.** São Paulo: Projeto, 1986.
- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO – CAE-CAU/ UFPEL. **Reformulação do currículo para o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.** Pelotas: UFPel / IFM; 1983.
- COMISSÃO DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO - DAU. **Catálogo geral das disciplinas dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil.** Brasília: MEC; 1978.
- COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições e Diretrizes.** Brasília: SESu/ MEC; 1994.
- COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO. **Proposta de reformulação de conteúdos e metodologias.** Goiânia: CAU/ UCGo; 1978.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS (IX: 1976: São Paulo). **Anais.** São Paulo: IAB; 1976.
- COSTA, Lúcio. **Sobre Arquitetura.** Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura; 1962.
- CUNHA, Maria Isabel. **A profissão e sua incidência no currículo universitário.** Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Educación, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1996.

CUNHA, Maria Isabel; LEITE, Denise Balarine. **Conhecimento formal na universidade x Conhecimento social e profissionalmente válido: quem decide o quê nos currículos de graduação ?** Pelotas; 1994 (n.p.).

DEPARTAMENTO DE ARTES E ARQUITETURA. **Projeto de integração dos conteúdos desenvolvidos na área de arquitetura.** Goiás: CTC / Universidade Católica de Goiás; (s.d.).

DOMINGOS, Ana Maria (et al.). **A teoria de Bernstein em sociologia da educação.** Lisboa: Gulbenkian; 1986.

DORNER LINNE, Arturo (et al.). **Reformulação do currículo para o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas - Ênfase na área de Teoria e História da Arquitetura.** Pelotas: CAU / UFPel; 1984.

DUARTE, Sérgio Guerra. **A reforma do ensino.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; 1972.

_____. **Dicionário brasileiro de educação.** Rio de Janeiro: Edições Antares/Nobel; 1986.

ENCONTRO DE ENSINO DE PROJETO (I: 1975: São Paulo). São Paulo: FAU-USP, 1975.

ENCONTRO DAS ESCOLAS DE ARQUITETURA DA REGIÃO SUL (I: 1985: Porto Alegre). **Projeto de Edificação: ensino e aprendizagem.** Porto Alegre: IAB/ RS, Abea Sul; 1985.

ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE PROJETO ARQUITETÔNICO (II: 1986: Porto Alegre) **História da arquitetura e ensino de projeto.** Porto Alegre: FAU-UFRGS, 1986. Vol. I, II.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO. **A estrutura curricular do curso de graduação.** Porto Alegre: FAU/ UFRGS; 1984.

FERNANDES, Ari Vicente (et al). **Um processo de trabalho em São José dos Campos.** Congresso Brasileiro de Arquitetos. Anais (IX: 1976: s.l.).

FIORI, Renato Holmer. **Arquitetura moderna e ensino de arquitetura: os cursos de Porto Alegre de 1945 a 1951. Porto Alegre, 1992.** Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC / RS.

GARCIA, Regina Leite; AZEVEDO, Joanir Gomes de. A orientação educacional e o currículo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 48, p. 29-37, fev. 1984.

GARDENAL, Lília; PAIXÃO, Antônio Luiz. Ciclo básico na universidade brasileira: temas e problemas principais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 41, p. 3-11, maio 1982.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão.** Petrópolis: Vozes; 1982.

GRAEFF, Edgar. Como vai o ensino de arquitetura? **Revista Módulo**, Rio de Janeiro, nº 61, p. 94-9, nov. 1980.

_____. A luta por um ensino autônomo. In: XAVIER, Alberto & MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre.** São Paulo: PINI; 1987. p. 32-33.

_____. **Arte e técnica na formação do arquiteto.** São Paulo: Studio Nobel; 1995.

ISOLDI, Rosilaine André. **O significado do saber pedagógico no ensino superior: um estudo específico do professor-arquiteto.** Pelotas, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFPel.

- JANTZEN, Sylvio Arnold Dick. **A ilustre pelotense. Tradição e modernidade em conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização.** Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS.
- KOSTOF, Spiro. **El Arquitecto. História de una profesión.** Madri: Ediciones Cátedra, 1984.
- LEFÉVRE, Rodrigo. Do pensar, do fazer... **Rev. Chão**, Rio de Janeiro, n° 6, p. 8-11, junho, julho, agosto/ 1979.
- LEITE, Vera França e. Origens e evolução das lutas pela reforma do ensino de arquitetura e o movimento estudantil. **Rev. Chão**, Rio de Janeiro, n° 4, p. 3-10, dezembro/ 1978 - janeiro, fevereiro/ 1979.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez; 1991.
- MASETTO, Marcos (org.). **Docência na universidade.** Campinas: Papirus; 1988.
- MOREIRA, Marco Antônio (org.). **Ensino na universidade: sugestões para o professor.** Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS; 1985.
- NEVES, Laert Pedreira. **Adoção do partido na arquitetura.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA; 1989.
- PEDRA, José Alberto. **Currículo, conhecimento e suas representações.** Campinas: Papirus; 1997.
- PERDOMO, Angela; VELÁZQUEZ, Raúl. **Método didáctico y evaluación de resultados en una enseñanza masificada.** Montevideo: Faculdade de Arquitetura; 1993.

PEREIRA, Miguel Alves (coord.). **Relatório do seminário de revisão e consolidação dos planos de ensino e abertura do projeto cultural do ICA-FAU**. Brasília: ICA/ UNB; 1968.

_____. **Universidade brasileira, reforma e democratização**. Rev. Projeto, São Paulo, n° 36, p. 7-11, dez-jan./ 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil – 1930/1973**. Petrópolis: Vozes; 1978.

SANTOS, Luciola Licínio de C.P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n° 2, p. 21-29, 1990.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp; 1997.

SCHÖN, Donald A. **La formación de profesionales reflexivos: hacia un nuevo diseño de la enseñanza y el aprendizaje en las profesiones**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica; 1992.

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA (II: s.d.: Pelotas) **A estrutura operacional de alguns modelos de ensino de arquitetura e urbanismo**. Pelotas: CAU / UFPel (s.d.).

SILVEIRA, Roberto Py Gomes. **O ensino de arquitetura na UFRGS: um documento para debate**. Porto Alegre: PIMEG-Arq/ SESu.; 1984.

SILVEIRA FILHO, Noêmio Xavier da. Avaliação do enfoque dominante de currículo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. **Educação e Avaliação**, n° 2, ano I, p. 101-130, jan. 1981. Ed. Cortez.

STENHOUSE, Lawrence. **La investigación como base de la enseñanza**. Madrid: Ediciones Morata; 1987.

- _____. **Investigación y desarrollo del curriculum.** Madri: Ediciones Morata; 1991.
- TOGNERI, Jorge A. Algumas ideias sobre a elaboração de um plan de estudos para a carreira de arquitetura. **Ciudad y Territorio**, Madri, nº 90, p. 111-117, outono/ 1991.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Regimento Geral. **Normas**, Pelotas. 1977.
- XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração.** São Paulo: PINI; 1987.
- ZANETTINI, Siegbert. **O ensino de projeto na área de edificação.** São Paulo: FAUUSP; 1980.
- YOUNG, Michael. Currículo e democracia: lições de uma crítica a “nova sociologia da educação”. **Educação e Realidade**, (s.l.), v. 14, nº 1, p. 29-39, jan-jun./ 1989.
- WEIMER, Günter. A arquitetura do positivismo gaúcho. **Estudos Tecnológicos**, São Leopoldo, nº 16 e 17 (Arquitetura), v. XIII, p. 09-40, 1990.

**SEQÜÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO E VIGÊNCIA DAS DISCIPLINAS DO
CAU/UFPeI****1º sem./1972**

- (0800) CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1973.
- (0800) GEOMETRIA DESCRITIVA III, 75hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1972 até o atual currículo.
- (0800) GEOMETRIA DESCRITIVA IV, 75hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1973 até o atual currículo.
- (0800) DESENHO TÉCNICO II, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1973 até o 2º sem./1974.
- (1000) INTRODUÇÃO À ANÁLISE MATEMÁTICA, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1976.
- (1000) CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1972 até o 1º sem./1987.
- (1100) ANÁLISE E EXERCÍCIOS DE MATERIAIS EXPRESSIVOS I, 90hs.; única oferta.
- (1100) PLÁSTICA I, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1973.
- (1100) DESENHO ARTÍSTICO I, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1973.
- (1300) HISTÓRIA DAS ARTES E DAS TÉCNICAS I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1973.
- (1300) ESTÉTICA I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1973.

2º sem./1972

- (0800) CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS II, 30 hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1973.
- (0800) DESENHO GEOMÉTRICO, 60 hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1973.
- (1100) ANÁLISE E EXERCÍCIOS DE MATERIAIS EXPRESSIVOS II, 90 hs.; única oferta.
- (1100) PLÁSTICA II, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1974.
- (1300) HISTÓRIA DAS ARTES E DAS TÉCNICAS II, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1973.
- (1300) ESTÉTICA II, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1973.

1º sem./1973

- (0900) FÍSICA III, 90 hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1974.
- (1000) CÁLCULO VETORIAL, 60 hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./ 1980.
- (1000) GEOMETRIA ANALÍTICA, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1975.
- (1100) PLÁSTICA III, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1200) INTRODUÇÃO À ARQUITETURA, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1974.
- (1300) HISTÓRIA DAS ARTES E DAS TÉCNICAS III, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1974.
- (1300) ESTÉTICA III, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1974.

2º sem./1973

- (0900) FÍSICA IV, 90hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1975.
- (1000) ESTATÍSTICA, 75hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.
- (1100) DESENHO ARTÍSTICO II, 60hs.; única oferta.
- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA I, 30hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1978.
- (1200) PRÁTICA DE PROJETOS I, 90hs.; única oferta.
- (1300) TEORIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE MASSAS, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1974.
- (1900) TOPOGRAFIA, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1975.
- (1900) MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1975 até o 1º sem./1987.

1º sem./1974

- (0700) INTRODUÇÃO À ECONOMIA, 45hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1974 até o 1º sem./ 1979.
- (0800) DESENHO TÉCNICO III, 45hs.; única oferta.
- (0800) PERSPECTIVA E SOMBRAS, 75hs.; única oferta.
- (1100) PLÁSTICA I, 75hs.; única oferta.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA I, 60hs.; única oferta.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA III, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1974 até o atual currículo.
- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA II, 30hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1979.
- (1200) ARQUITETURA BRASILEIRA, 45hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1976 até o 1º sem./1977.

- (1200) PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO I, 90hs.; disciplina oferecida até ao 2º sem./1988.
- (1200) PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO II, 120hs.; disciplina oferecida até ao 2º sem./1988.
- (1200) EVOLUÇÃO URBANA, 30hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1974 até o 1º sem./1988.
- (1300) HISTÓRIA DAS ARTES V, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1979.
- (1300) ESTÉTICA IV, 30hs.; única oferta.
- (1900) TÉCNICA DA CONSTRUÇÃO I, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1975 até o 1º sem./1987.
- (1900) ESTABILIDADE DAS CONSTRUÇÕES, 75hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1975 até o 1º sem./1987.

2º sem./1974

- (0700) SOCIOLOGIA GERAL E URBANA, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1979.
- (0800) GEOMETRIA PROJETIVA, 45hs.; única oferta.
- (1000) ANÁLISE VETORIAL, 60hs.; única oferta.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA II, 60hs.; única oferta.
- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA III, 30 hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1979.
- (1300) ESTÉTICA V, 30hs.; única oferta.
- (1300) HISTÓRIA DA ARQUITETURA I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1900) RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS COM NOÇÕES DE ESTÁTICA, 90hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1975.
- (1900) HIGIENE DO TRABALHO E DA HABITAÇÃO I, 45hs.; única oferta.
- (1900) TÉCNICA DA CONSTRUÇÃO II, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1975 até o 1º sem./1987.
- (1900) ESTRUTURA EM AÇO E MADEIRA, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1976 até o 1º sem./1987.

1º sem./1975

- (0800) DESENHO ARQUITETÔNICO II, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (0800) PERSPECTIVA E SOMBRAS, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (0900) FÍSICA, 90hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.

- (1100) PLÁSTICA I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1977.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1977.
- (1200) INTRODUÇÃO À ARQUITETURA, 30hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1978.
- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA IV, 30hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1980.
- (1200) PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO III, 120hs.; disciplina oferecida até 2º sem./1988.
- (1300) HISTÓRIA DA ARQUITETURA II, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1300) ESTÉTICA IV, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1976.
- (1300) TEORIA DA COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MASSAS II, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1978.
- (1900) ESTÁTICA, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1979.
- (1900) INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – CONFORTO AMBIENTAL, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1977 até o 2º sem./1978.
- (1900) HIGIENE E SANEAMENTO II, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1978.
- (1900) ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO I, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1976 até o 1º sem./1987.
- (1900) PRÁTICA PROFISSIONAL – ESPECIFICAÇÕES E CUSTOS, 30hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1977 até o 1º sem.1987.

2º sem./1975

- (0800) DESENHO ARQUITETÔNICO I, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1100) PLÁSTICA II, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1977.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA II, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1977.
- (1900) RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS, 75hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.
- (1900) HIGIENE E SANEAMENTO I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1977.
- (1900) ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO II, 60hs.; disciplina oferecida a partir do 1º sem./1977 até o 1º sem./1987.

1º sem./1976

- (1200) PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO IV, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1200) PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO V, 120hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1976 até o 2º sem./1988.
- (1200) INTRODUÇÃO AO URBANISMO, 105hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1200) PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL I, 120hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1976 até o 2º sem./1988.

2º sem./1976

- (1900) TOPOGRAFIA II, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.

1º sem./1977

- (1000) INTRODUÇÃO À ANÁLISE MATEMÁTICA, 75hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.
- (1200) PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO VI, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1200) PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL II, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1200) PRÁTICA PROFISSIONAL – LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1300) ESTÉTICA V, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1978.

2º sem./1977

- (1200) TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO, 210hs.; única oferta.

1º sem./1978

- (1100) PLÁSTICA I, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA I, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE I, 30hs.; disciplina oferecida a partir do 2º sem./1978 até o 1º sem./1988.
- (1200) TRABALHO DE GRADUAÇÃO, 240hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1979.
- (1300) ELEMENTOS DE LINGUAGEM, ESTÉTICA E HISTÓRIA DAS ARTES I, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.

2º sem./1978

- (1100) PLÁSTICA II, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1988.
- (1100) TÉCNICA DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA II, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1300) ELEMENTOS DE LINGUAGEM, ESTÉTICA E HISTÓRIA DAS ARTES II, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1900) INTRODUÇÃO AO CONFORTO AMBIENTAL, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.

1º sem./1979

- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE II, 30hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1300) ELEMENTOS DE LINGUAGEM, ESTÉTICA E HISTÓRIA DAS ARTES III, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1900) CONFORTO AMBIENTAL I – SISTEMAS ELÉTRICOS, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.
- (1900) CONFORTO AMBIENTAL II – SISTEMAS HIDRO-SANITÁRIOS, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.

2º sem./1979

- (1200) TEORIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE III, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1900) CONFORTO AMBIENTAL III – SISTEMAS TERMO-ACÚSTICOS, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.
- (1900) SISTEMAS ESTRUTURAIS ISOSTÁTICOS, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.
- (1900) ANÁLISE DAS ESTRUTURAS I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.

1º sem./1980

- (0700) SOCIOLOGIA I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (0700) ECONOMIA I, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1200) TRABALHO DE GRADUAÇÃO, 210hs.; disciplina oferecida até o 2ºsem./1988.

2º sem./1980

- (1200) ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO URBANISMO I, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.
- (1900) ANÁLISE DAS ESTRUTURAS II, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1987.

1º sem./1981

- (1200) ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO URBANISMO II, 45hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1988.

2º sem./1987

- (0900) FUNDAMENTOS DE FÍSICA I, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.
- (0900) FUNDAMENTOS DE FÍSICA II, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.
- (1000) CÁLCULO DIFERENCIAL COM GEOMETRIA ANALÍTICA, 75hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.
- (1000) CÁLCULO INTEGRAL, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.
- (1900) TOPOGRAFIA, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) CONFORTO AMBIENTAL I – SISTEMAS BIOCLIMÁTICOS, 30hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.
- (6200) CONFORTO AMBIENTAL II – SISTEMAS HIDRO-SANITÁRIOS, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) CONFORTO AMBIENTAL III – SISTEMAS ELÉTRICOS, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) CONFORTO AMBIENTAL IV – SISTEMAS TERMO-ACÚSTICOS, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) CONFORTO AMBIENTAL V – SISTEMAS ECOLÓGICOS, 30hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) CONFORTO AMBIENTAL VI – SISTEMAS URBANOS, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) MATERIAIS E TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO I, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) MATERIAIS E TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO II, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) MATERIAIS E TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO III, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) MATERIAIS E TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO IV, 30hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO I, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO II, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO III, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO IV, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO V, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO VI, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO VII, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (6200) PESQUISA TECNOLÓGICA, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1991.

2º sem./1988

- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA I, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA II, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA III, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA IV, 90hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1990.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA V, 90hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1990.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA VI, 120hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1990.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA VII, 120hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1990.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA VIII, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1990.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA IX, 60hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1990.

1º sem./1989

- (1200) PROJETO I, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO II, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO III, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO IV, 120hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO V, 180hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1991.
- (1200) PROJETO VI, 180hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1991.
- (1200) PROJETO VII, 180hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1991.
- (1200) PROJETO VIII, 180hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1991.
- (1200) PROJETO IX, 180hs.; disciplina oferecida até o 1º sem./1991.
- (1200) PROJETO X, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PAISAGISMO, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) SEMINÁRIO DE DIPLOMAÇÃO, 30hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

2º sem./1990

- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA IV, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA V, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA VI, 90hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA VII, 90hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA VIII, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA IX, 45hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.

2º sem./1991

- (1200) PROJETO V, 150hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO VI, 150hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO VII, 150hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.
- (1200) PROJETO VIII, 150hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.

(1200) PROJETO IX, 150hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1996.

1º sem./1992

(6200) INTRODUÇÃO À PESQUISA TECNOLÓGICA, 30hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.

(6200) PESQUISA TECNOLÓGICA, 30hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.

2º sem./1993

(1200) PROJETO AUXILIADO POR COMPUTADOR, 60hs.; disciplina oferecida até o 2º sem./1995.

1º sem./1996

(0900) FÍSICA APLICADA À ARQUITETURA, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1000) MATEMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA, 75hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1200) ESTÉTICA E HISTÓRIA DAS ARTES, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1200) INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1200) INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II, 30hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1200) PLANEJAMENTO REGIONAL, 30hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1900) PRÁTICAS TOPOGRÁFICAS PARA PROJETO, 30hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(6200) SISTEMAS BIOCLIMÁTICOS, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(6200) MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

1º sem./1997

(1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO I, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO II, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

(1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO IV, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO V, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO VI, 90hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO VII, 90hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TEORIA E HISTÓRIA DAS TÉCNICAS RETROSPECTIVAS, 45hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO I, 120hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO II, 120hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO III, 120hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO IV, 120hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO V, 150hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO VI, 150hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO VII, 150hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TÉCNICAS RETROSPECTIVAS - PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO, 150hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) PROJETO ARQUITETÔNICO E PLANEJAMENTO URBANO, 150hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.
- (1200) TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO, 60hs.; disciplina oferecida até o atual currículo.

Disciplina: **Projeto I** (1º semestre)

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
	<ul style="list-style-type: none"> leitura do espaço urbano utilizando a teoria da percepção. 	<ul style="list-style-type: none"> o mecanismo da visão e da visualização; psicologia da organização da forma: Gestalt; teoria da percepção; índices urbanísticos; relação entre espaço e sociedade; princípios de composição; fundamentos da teoria das cores. 		<ul style="list-style-type: none"> análise da configuração urbana; leitura do espaço urbano de forma gráfica e numérica. 	<ul style="list-style-type: none"> projeto de parcela do espaço urbano utilizando elementos bidimensionais.

Disciplina: **Projeto II** (2º semestre)

Pré-requisitos: Projeto I

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
	<ul style="list-style-type: none"> percepção do espaço e noções de escala aplicada. 	<ul style="list-style-type: none"> coordenação modular; relação estrutura, material e forma; relação / espaço / função / forma. 		<ul style="list-style-type: none"> análise do espaço habitacional; representação em três dimensões - maquete e protótipo. 	<ul style="list-style-type: none"> projeto de parte do espaço de edifício utilizando elementos bidimensionais e tridimensionais.

Disciplina: **Projeto III** (3º semestre)

Tema: Habitação unifamiliar e suas relações com o lote e a quadra

Pré-requisitos: Projeto II / Teoria e História da Arquitetura II

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> • integração dos conhecimentos de teoria, história, paisagismo e representação gráfica. 	<ul style="list-style-type: none"> • prática de desenho urbano local e projeto de habitação unifamiliar. 	<ul style="list-style-type: none"> • metodologia de planejamento e projeto; • princípios de coordenação modular, ergonomia e antropometria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios de conforto natural; • estudos de coberturas; • procedimentos construtivos convencionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • prática de atelier, oficina, canteiro de obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • constituição de programas de necessidades, estudo preliminar e memorial.

Disciplina: **Projeto IV** (4º semestre)

Tema: Habitação multifamiliar e suas relações com o lote e a quadra

Pré-requisitos: Projeto III / Conforto Ambiental I / Materiais e Técnicas da Construção I

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> • integração dos conhecimentos de teoria, história, tecnologia, paisagismo, mobiliário, representação e expressão. 	<ul style="list-style-type: none"> • prática de desenho urbano local e projeto de habitação multifamiliar. 	<ul style="list-style-type: none"> • estudos de tipologias de habitação multifamiliar; • princípios de coordenação modular; • princípios de ergonomia e antropometria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos construtivos convencionais; • detalhamento de cobertura, esquadrias e equipamentos fixos; • princípios de conforto ambiental natural. 		<ul style="list-style-type: none"> • constituição de programas de necessidades, estudos de implantação, estudos preliminares e memoriais; • estudo preliminar dos espaços de uso coletivo.

Disciplina: **Projeto V** (5º semestre)

Tema: Unidade residencial, espaços e edifícios de uso coletivo

Pré-requisitos: Projeto IV / Conforto Ambiental II / Materiais e Técnicas da Construção II

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none">• integração de conhecimentos de teoria, história, tecnologia, paisagismo, comunicação visual, representação e expressão.	<ul style="list-style-type: none">• prática de desenho urbano local;• parcelamento do solo para habitação unifamiliar.	<ul style="list-style-type: none">• princípios de ergonomia e antropometria dos equipamentos, espaços e edifícios de uso coletivo da unidade residencial.	<ul style="list-style-type: none">• lançamento das redes de infraestrutura urbana, redes de instalações prediais de água e esgoto;• detalhamento de procedimentos construtivos “convencionais” (estudo em concreto armado ou metálicos, vedações em alvenarias de tijolos ou painéis pré-moldados);• princípios de conforto ambiental natural.	<ul style="list-style-type: none">• prática de atelier, oficinas e canteiros de obras.	<ul style="list-style-type: none">• constituição e organização de programas de necessidades, estudos de implantação, estudos preliminares, memoriais, anteprojeto;• detalhamento construtivo de um espaço urbano de uso coletivo.

Disciplina: **Projeto VI** (6º semestre)

Tema: Unidade de vizinhança, seus espaços, edifícios e equipamentos coletivos

Pré-requisitos: Projeto V / Teoria e História da Arquitetura V / Estrutura e Construção III / Conforto Ambiental III / Materiais e Técnicas da Construção III

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> • integração de conhecimentos de teoria, história, tecnologia, paisagismo, desenho urbano, comunicação visual. 	<ul style="list-style-type: none"> • prática de desenho urbano da unidade vicinal; • projeto de conjunto residencial multifamiliar; • projeto de área aberta de uso coletivo da unidade vicinal. 		<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento das redes de infraestrutura urbana de sistemas de condicionamento artificial, de sistema de distribuição de água quente, rede elétrica e hidro-sanitária e do equipamento de distribuição de gás; • lançamento de sistema de circulação vertical mecânica; • lançamento de estrutura independente em concreto armado; • detalhamento do sistema construtivo e tratamento de superfícies. 	<ul style="list-style-type: none"> • prática de atelier, oficinas e canteiros de obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • constituição de programas de necessidades, estudos de implantação, estudos preliminares, anteprojetos, memoriais; • detalhamento de circulação para pedestres, veículos e ciclistas; • lançamento do mobiliário urbano e especificações de pavimentação.

Disciplina: **Projeto VII** (7º semestre)

Tema: Espaços públicos abertos e edificações de uso coletivo

Pré-requisitos: Projeto VI / Paisagismo / Estrutura e Construção IV / Conforto Ambiental IV / Materiais e Técnicas da Construção IV

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none">• integração dos conhecimentos de teoria, história, tecnologia, paisagismo, desenho urbano e comunicação visual.	<ul style="list-style-type: none">• prática de desenho urbano;• projeto da edificação de uso coletivo.		<ul style="list-style-type: none">• lançamento das redes de infraestrutura, das redes de instalações prediais de água e esgoto e de iluminação externa e interna;• detalhamento do sistema estrutural, das coberturas, das vedações e dos tratamentos de superfície.	<ul style="list-style-type: none">• prática de atelier, oficina e canteiro de obras.	<ul style="list-style-type: none">• constituição e organização de programas de necessidade, estudos de implantação, estudos preliminares, anteprojetos, memoriais;• detalhamento do tratamento paisagístico (forma do terreno / pavimentações e vegetação).

Disciplina: **Projeto VIII** (8º semestre)

Tema: Abordagem do patrimônio histórico: reciclagem e renovação urbana com abrangência do bairro

Pré-requisitos: Projeto VII / Teoria e História da Arquitetura VII / Estrutura e Construção V / Conforto Ambiental VI

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> • integração de conhecimentos de teoria, história, tecnologia, paisagismo, comunicação visual, representação e expressão. 	<ul style="list-style-type: none"> • prática de renovação urbana em trecho da zona urbana; • exercícios de desenho urbano; • reciclagem de edificações. 		<ul style="list-style-type: none"> • restauração, reforma e consolidação de sistemas estruturais, materiais de construção e instalações. 	<ul style="list-style-type: none"> • levantamento físico da edificação com vistas a sua preservação e reciclagem; • levantamento das relações da área a ser renovada com o entorno urbano e com as variáveis de crescimento urbano de Pelotas; • prática de atelier, oficinas e canteiros de obras; • levantamento, diagnóstico e adequação da infraestrutura urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> • elaboração de diagnóstico, constituição e organização de programa de necessidades, estudos de implantação, estudos preliminares, anteprojetos e memoriais; • proposições do regime urbanístico com simulação de sua aplicação.

Disciplina: **Projeto IX** (9º semestre)

Tema: Prática de desenho urbano em trecho da zona urbana e projeto de conjunto de edifícios com complexidade funcional, sendo um em altura

Pré-requisitos: Projeto VIII / Teoria e História da Arquitetura VIII / Estrutura e Construção VI / Pesquisa Tecnológica

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none">• integração de conhecimentos de teoria, história, tecnologia, paisagismo, comunicação visual, representação e expressão.				<ul style="list-style-type: none">• levantamento físico da área de implantação e suas relações com o entorno urbano;• levantamento, diagnóstico e proposição de infraestrutura da área.	<ul style="list-style-type: none">• elaboração de diagnóstico, constituição e organização de programa de necessidades, estudos de implantação, estudos preliminares, anteprojetos e memoriais.

Disciplina: **Projeto X** (10º semestre)

Tema: Projeto completo de edificação e/ou desenho urbano

Pré-requisitos: todas as disciplinas anteriores

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none">conhecimento de teoria, história, tecnologia, paisagismo, equipamentos, instalações prediais especiais, estrutura, comunicação visual, projeto de interiores e mobiliário.	<ul style="list-style-type: none">prática de planejamento de edificação e/ou do desenho urbano.				<ul style="list-style-type: none">constituição e organização de proposta de trabalho, programas de necessidades, estudo preliminar, anteprojeto executivo, detalhamento, memoriais, especificações, orçamento de edificações.

Disciplina: **Paisagismo** (5º semestre)

OBJETIVOS		CONTEÚDOS		PROCEDIMENTOS	PRODUTOS
GERAL	ESPECÍFICO	TEORIA-PROJETO	TEO-TECNOLOGIA		
		<ul style="list-style-type: none"> • histórico; • fundamentos básicos do planejamento da paisagem; • metodologia do projeto paisagístico; • os elementos estruturadores da paisagem; • a função da vegetação na paisagem; • técnica da construção da paisagem. 		<ul style="list-style-type: none"> • prática de projeto; • prática de atelier, oficina e canteiro de obras; • prática do detalhamento de elementos do projeto paisagístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • constituição e organização de programas de necessidades, estudos de implantação, estudos preliminares, anteprojetos, memoriais.